

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DAS CIÊNCIAS

**Juntos pela inclusão: o ensino colaborativo para potencializar o
atendimento do aluno da educação especial.**

DAVINNI DA SILVA MACEDO

Duque de Caxias
Dezembro/2023

Juntos pela inclusão: o ensino colaborativo para potencializar o atendimento do aluno da educação especial

DAVINNI DA SILVA MACEDO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Ensino das Ciências da Universidade do Grande Rio, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre.

Área de Concentração: Ensino das Ciências na Educação Básica

Linha de Pesquisa: Ensino das Ciências: Inovações Tecnológicas

Orientador
Dr. Daniel de Oliveira

Prof.(a). Adjunto(a)
Programa de Pós-Graduação em
Ensino das Ciências
Universidade do Grande Rio

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UNIGRANRIO – NÚCLEO DE COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECAS

M141j Macedo, Davinni da Silva.

Juntos pela inclusão: o ensino colaborativo para potencializar o atendimento do aluno da educação especial / Davinni da Silva Macedo. – Duque de Caxias, Rio de Janeiro, 2023.

134 f.

Orientador: Dr. Daniel de Oliveira.

Dissertação (mestrado) – UNIGRANRIO, Programa de Pós-Graduação em Ensino das Ciências, Rio de Janeiro, 2023.

1. Ensino colaborativo. 2. Inclusão. 3. Plataforma digital. 4. Sala de recursos multifuncionais. I. Oliveira, Daniel de. II. Título. III. UNIGRANRIO.

CDD: 370

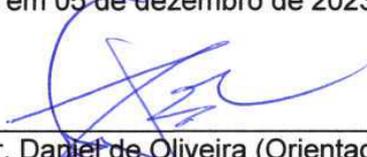
Rodrigo de Oliveira Brainer CRB-7: 3396

DAVINNI DA SILVA MACEDO

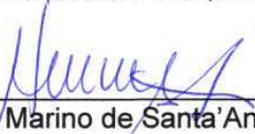
**Juntos pela inclusão: o ensino colaborativo para potencializar
o atendimento do aluno da educação especial.**

Dissertação submetida a Banca Examinadora como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre

Aprovada em 05 de dezembro de 2023, por:



Prof. Dr. Daniel de Oliveira (Orientador)
Programa de Pós-Graduação em Ensino das Ciências - PPGEC
Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO)



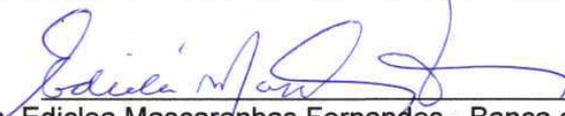
Prof. Dra. Haydea Maria Marino de Santa'Anna Reis- Banca interna
Programa de Pós-Graduação em Ensino das Ciências -- PPGEC
Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO)

Documento assinado digitalmente



MAYLTA BRANDAO DOS ANJOS
Data: 07/12/2023 11:43:24-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dra. Maylta Brandão dos Anjos - Banca externa ao PPGEC
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)



Prof. Dra. Ediclea Mascarenhas Fernandes - Banca externa ao PPGEC
Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em
Periferias – PPGECC
Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão- PGCTIn
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

Duque de Caxias
Dezembro/ 2023

“A inclusão acontece quando se aprende com as
diferenças e não com as igualdades”

– Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

Agradeço do fundo do meu coração a Deus, meu eterno guia e força motriz ao longo desta jornada de dissertação. Sem Sua orientação e graça, este caminho teria sido mais difícil de percorrer. Em cada desafio e momento de incerteza, Sua luz brilhou sobre mim, iluminando o caminho e me dando a coragem necessária para seguir em frente.

Agradeço ao meu querido marido por ser meu apoio inabalável ao longo desta jornada acadêmica. Suas palavras de incentivo, amor e compreensão foram um alicerce sólido em que pude confiar. Seu apoio incondicional permitiu que eu me concentrasse em meus estudos e alcançasse esta conquista.

Expresso minha gratidão sincera aos meus professores, cujo conhecimento, orientação e dedicação me conduziram por este desafiante percurso acadêmico. Suas aulas inspiradoras e mentoria foram essenciais para o meu crescimento intelectual, e sou grata pela oportunidade de aprender com pessoas tão notáveis.

MACEDO, Davinni da Silva. **Juntos pela inclusão:** o ensino colaborativo para potencializar o atendimento do aluno da educação especial. 2023. *f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Ensino das Ciências – Universidade do Grande Rio, UNIGRANRIO, Duque de Caxias, Rio de Janeiro, 2023.

RESUMO

Esta dissertação aborda o tema do Ensino Colaborativo como uma ferramenta de apoio destinado a fomentar a cooperação entre os docentes da Sala de Recursos Multifuncionais e das Classes Comuns em benefício dos alunos matriculados na escola que apresentam Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Compreende-se que a presença de alunos com discrepâncias em seu processo de aprendizagem demanda a implementação de práticas capazes de abordar eficazmente a diversidade presente entre os estudantes. Desta forma, busca-se a partir deste trabalho fomentar o processo de parceria entre esses dois profissionais, favorecendo o uso de estratégias propostas pelo Ensino Colaborativo. A colaboração entre educadores das salas comuns e os professores da Sala de Recursos é considerada uma das estratégias para remover as barreiras de aprendizagem dos alunos com NEE da escola. Além disso, descreve a concepção e os propósitos do produto educacional intitulado "Inclusão Colaborativa," elaborado como parte do projeto de mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências da UNIGRANRIO. Trata-se de uma plataforma digital que viabiliza a troca de informações e a colaboração entre os docentes do Ensino Regular e da Sala de Recursos, com o propósito de contribuir efetivamente para a inclusão e o processo de aprendizagem dos alunos do Público do Atendimento Educacional Especializado em uma instituição de ensino pública do Município de Magé. Os participantes desta pesquisa são os educadores da instituição escolar onde se desenvolve o estudo, os quais ministram aulas para alunos com NEE matriculados em suas respectivas turmas. A criação dessa plataforma se justifica pela premente necessidade de estabelecer uma comunicação efetiva entre os professores que reconhecem a sua relevância para um ensino eficaz e adaptado às demandas individuais dos estudantes da Educação Especial. O produto proporciona um ambiente digital colaborativo no qual os professores das classes comuns podem se manter atualizados acerca dos alunos assistidos pela Sala de Recursos Multifuncionais, receber uma variedade de atividades, compartilhar sequências didáticas, vídeos, sugestões de materiais adaptados e estratégias inclusivas. O propósito subjacente é que, ao fazer uso dessa plataforma, os docentes possam promover a integração entre seus pares, refletir sobre suas abordagens pedagógicas e enriquecer suas aulas, tornando-as mais substanciais, criativas e inclusivas. A validação deste produto educacional foi realizada por meio da utilização da plataforma pelos professores, os quais forneceram feedback e sugestões de aprimoramento. Acredita-se que esse site possa desempenhar um papel crucial na facilitação do processo de inclusão de todos os estudantes nas escolas, utilizando a tecnologia como uma aliada nessa missão. Este trabalho transcende a criação de uma plataforma interativa; ele constitui um convite a uma jornada em direção a práticas docentes mais colaborativas.

Palavras-chave: Inclusão. Ensino colaborativo. Sala de recursos multifuncionais. Plataforma digital.

ABSTRACT

This dissertation addresses the topic of Collaborative Teaching as a support tool designed to foster cooperation between teachers in the Multifunctional Resource Room and Common Classes for the benefit of students enrolled in the school which has Special Educational Needs (SEN). It is understood that the presence of students with discrepancies in their learning process demands the implementation of practices capable of effectively addressing the diversity present among students. In this way, this work seeks to foster the partnership process between these two professionals, favoring the use of strategies proposed by Collaborative Teaching. Collaboration between educators in regular classrooms and teachers in the Resource Room is considered one of the strategies to remove learning barriers for students with SEN at the school. Furthermore, it describes the conception and purposes of the educational product entitled "Collaborative Inclusion," developed as part of the professional master's project of the Postgraduate Program in Science Teaching at UNIGRANRIO. It is a digital platform that enables the exchange of information and collaboration between Regular Education and Resource Room teachers, with the purpose of effectively contributing to the inclusion and learning process of students in the Educational Service Target Audience Specialized in a public educational institution in the Municipality of Magé. The target audience for this research is made up of educators from the school institution where the study is carried out, who teach classes to students with SEN enrolled in their respective classes. The creation of this platform is justified by the pressing need to establish effective communication between teachers who recognize its relevance for effective teaching and adapted to the individual demands of students targeted in Special Education. The portal provides a collaborative digital environment in which regular class teachers can stay up to date with the students assisted by the Multifunctional Resource Room, receive a variety of activities, share teaching sequences, videos, suggestions for adapted materials and inclusive strategies. The underlying purpose is that, by using this platform, teachers can promote integration among their peers, reflect on their pedagogical approaches and enrich their classes, making them more substantial, creative and inclusive. The validation of this project was carried out through the use of the platform by teachers, who provided feedback and suggestions for improvement. It is believed that this website can play a crucial role in facilitating the process of inclusion of all students in schools, using technology as an ally in this mission. This project transcends the creation of an interactive platform; it constitutes an invitation to a journey towards more collaborative teaching practices.

Keywords: Inclusion, Collaborative Teaching, Multifunctional Resource Room, Digital Platform.

APRESENTAÇÃO

A oportunidade de apresentar a minha trajetória acadêmica permitiu-me uma reflexão sobre a minha formação e meu percurso profissional até os dias atuais. Para tanto, assinalo, a seguir, as formações e experiências profissionais que julgo como mais significativas e relevantes até então.

Escolhi redigir essa apresentação obedecendo à ordem cronológica da minha vida e da minha carreira por considerar que este processo possa facilitar a minha própria compreensão e a do leitor.

No Ensino Médio fiz a formação de professores, antigo normal, concluindo no ano de 2004. Após a prova do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), ingressei na Faculdade Estácio de Sá em 2005 no curso de Psicologia, sendo contemplada por uma bolsa integral pelo programa PROUNI (Programa Universidade para Todos) do Governo Federal e me formei no ano de 2010. Após a titulação de Psicóloga, atuei profissionalmente na área de Recursos Humanos em uma empresa reconhecida da região, porém a minha aspiração era trabalhar na área da Educação.

No ano de 2012 prestei o concurso para Prefeitura Municipal de Magé para o cargo de Professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Fui aprovada no certame e tomei posse do cargo no mesmo ano. Nesse período, conciliei os dois trabalhos: como professora da EJA (Educação de Jovens e Adultos) e como Psicóloga organizacional da empresa em que já trabalhava.

Em 2016 tive a oportunidade de tentar prestar concurso público para Prefeitura Municipal de Caxias, fui aprovada e convocada para tomar posse no mesmo ano. Após a minha nomeação, optei por deixar a empresa que trabalhava e dediquei inteiramente às minhas funções de professora nos dois municípios supra citados. Neste período decidi cursar duas especializações: Gestão de Pessoas e Neuropsicologia, ambas contribuíram imensamente na minha atuação profissional tanto como psicóloga tanto como professora.

No ano de 2015 senti a necessidade de cursar a graduação de Pedagogia por entender que com essa formação eu poderia estar mais preparada para contribuir com minha atuação enquanto professora. Concluí esta formação em 2019 pela UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro).

Nos dias atuais continuo trabalhando como professora efetiva da educação básica nessas duas prefeituras. Em Magé atuo como professora do Atendimento Educacional Especializado e sou dinamizadora de leitura na Prefeitura de Duque de Caxias. Ao lecionar na sala de recursos, tive grande afinidade com a função e desde então deparei-me com uma paixão: a educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

No segundo semestre do ano de 2021 iniciei meu Mestrado profissional acadêmico na Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO) para agregar mais conhecimentos e contribuir para minha prática docente. Penso que a partir da minha pesquisa poderei desenvolver um produto que possua impactos positivos na vida dos educadores e dos alunos. Acredito que nós professores precisamos estudar sobre inclusão, pois também é nossa responsabilidade garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas diferenças e necessidades individuais.

A pesquisa em curso é resultado das indagações da realidade na escola em que atuo do município de Magé. A vivência neste espaço fez emergir em mim a necessidade de um trabalho conjunto entre os professores para o aprendizado do aluno público do atendimento educacional especializado como uma prestação de serviço de apoio destes educandos que estão sendo escolarizados em classe comum.

Observo o tema do Ensino Colaborativo como uma oportunidade de corresponder a necessidade de uma proposta de trabalho que proporcione um maior diálogo entre o professor da sala de recursos e o professor do ensino comum e a implementação do mesmo para uma educação inclusiva de qualidade. Começo assim a me dedicar a esta temática a fim de avaliar as possibilidades dentro da realidade da escola pesquisada.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1	Educação: um direito de todos	19
2.2	Contexto da Educação Inclusiva no Brasil	23
2.3	Sala de Recursos Multifuncionais: marcos legais, organização e público-alvo	31
2.4	Potencialidades do Ensino Colaborativo	40
2.5	Utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) entre os professores	52
3	METODOLOGIA DA PESQUISA	57
3.1	Contexto da Pesquisa	60
3.2	Sujeitos da Pesquisa	60
3.3	Coleta de Dados	61
3.3.1	OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE	61
3.3.2	ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	62
3.3.3	CATEGORIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES	63
3.4	Análise de dados	64
3.4.1	OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE	64
3.4.2	CATEGORIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES	65
3.4.3	ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS	71
3.5	Ética na Pesquisa	76
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES SOBRE A PESQUISA	77
5	PRODUTO EDUCACIONAL	79
5.1	Ferramentas do Produto Educacional	83
5.1.1	TELA DE LOGIN	83
5.1.2	CADASTRO NO PROJETO DE PROFESSORES DE OUTRAS ESCOLAS	84
5.1.3	CADASTRO DOS PROFESSORES DA ESCOLA LÓCUS DA PESQUISA	87
5.1.4	OPÇÕES DA “HOME”	90
5.1.5	FUNCIONALIDADES DA “HOME”	91
6	VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	106
6.1	Metodologia da Validação do Produto Educacional	106
6.2	Contexto da validação	107
6.3	Sujeitos da Pesquisa	108
6.4	Coleta de Dados	108
6.5	Análise de dados	109
6.6	Resultados e Discussões	109
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	115

REFERÊNCIAS.....	118
ANEXO 1 – APROVAÇÃO DO CEP.....	123
ANEXO 2 – TCLE.....	126
APÊNDICE A – CATEGORIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES.....	128
APÊNDICE B – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	129
APÊNDICE C –TERMO DE CONSENTIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	130

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Categorização da cor de pele dos participantes.....	66
Figura 2	Professores que possuem graduação.....	67
Figura 3	Especialização dos professores.....	68
Figura 4	Distância da residência dos professores até a escola.....	68
Figura 5	Resposta dos professores sobre a qualidade da comunicação com as professoras da SMR.....	69
Figura 6	Resposta dos professores sobre a frequência da comunicação com as professoras da SRM.....	70
Figura 7	Respostas sobre o recebimento de informações sobre os alunos atendidos na sala de recursos.....	74
Figura 8	Respostas sobre o trabalho em conjunto entre o professor da sala de recursos e das salas regulares.....	75
Figura 9	Termo de consentimento para tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes.....	82
Figura 10	Tela inicial do site.....	84
Figura 11	Link de convite para outras pessoas entrarem no site.....	85
Figura 12	Tela para cadastro das escolas no projeto.....	85
Figura 13	Resposta enviada por e-mail do cadastro das escolas.....	86
Figura 14	Tela para inclusão dos professores na plataforma.....	87
Figura 15	Tela para inserção dos dados pessoais dos professores.....	88
Figura 16	Exemplo de e-mail recebido pelos professores incluídos no site.....	89
Figura 17	Tela de login para professores cadastrados.....	89
Figura 18	Opções da home para professores cadastrados no site.....	90
Figura 19	Informações iniciais dos alunos.....	91
Figura 20	Informações disponibilizadas sobre os alunos.....	93
Figura 21	Necessidades educacionais específicas.....	94
Figura 22	Listagem das necessidades educacionais específicas.....	95
Figura 23	Tela sobre a necessidade educacional específica selecionada.....	96
Figura 24	Exemplo do calendário inclusivo.....	97
Figura 25	Espaço para colaboração entre os professores.....	98
Figura 26	Exemplo de tela do espaço de colaboração.....	99
Figura 27	Sobre o produto educacional.....	100
Figura 28	Tela para avaliação dos usuários.....	102
Figura 29	Espaço para avaliação dos usuários.....	103
Figura 30	Espaço para troca de mensagens.....	104
Figura 31	Questionário de avaliação do site pelos professores.....	106
Figura 32	Gráfico das respostas da primeira pergunta.....	109

Figura 33	Gráfico das respostas da segunda pergunta.....	111
------------------	--	------------

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Perguntas feitas nas entrevistas.....	72
Quadro 2	Ideias centrais das respostas da primeira pergunta.....	73
Quadro 3	Respostas sobre sugestões para melhoria da comunicação entre o professor da sala de recursos e o professor da classe regular	76
Quadro 4	Sugestões dos professores após validação.....	113

1 INTRODUÇÃO

Este projeto de pesquisa tem como finalidade refletir sobre a prática do Ensino Colaborativo para potencializar o atendimento do aluno público da Educação Especial e identificar a funcionalidade da utilização de uma plataforma digital pelos professores do Ensino Comum e os professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

O interesse em realizar esta pesquisa partiu das observações da própria pesquisadora que atua na função de professora da Sala de Recursos desde o ano 2021 e que começou a identificar, por meio da sua prática e das suas observações, a dificuldade de estabelecer um trabalho conjunto entre os professores do Ensino Regular e as professoras que atuam na Sala de Recursos Multifuncionais.

Nesse eixo, notou-se que a ação pedagógica planejada e articulada tem se mostrado pouco trabalhada na escola, pois as observações realizadas sinalizaram que o atendimento educacional especializado tem acontecido de modo desconectado da sala de aula comum.

Dados oficiais do país mostram um aumento significativo e progressivo de estudantes com deficiências matriculados em escolas regulares, principalmente após a promulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. De acordo com Censo Escolar da Educação Básica de 2022, eram quase 1,3 milhão de estudantes, e a maior parte tem deficiência intelectual, seguida de pessoas com autismo e deficiência física.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (Brasil, 2008) e o conjunto de medidas institucionais subsequentes impulsionaram o avanço da inclusão escolar, traduzido na expansão das matrículas de pessoas com deficiência nas classes comuns e na redução das matrículas dessa população nas classes e escolas especiais.

Quanto a isso, as autoras Capellini e Zerbato (2019, p. 19) destacam que “Após a aprovação de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008, confirma-se, pelos dados oficiais do país, um aumento significativo e progressivo de estudantes PAEE matriculados em escolas do ensino comum”.

Essa mudança na política educacional do país teve como objetivo promover a inclusão escolar de todos os alunos, independente das suas diferenças e

necessidades individuais, garantindo-lhes o direito à educação de qualidade em igualdade de condições.

Inspirado nos proclames da Declaração de Salamanca, o Brasil assumiu a defesa dos princípios da Educação Inclusiva e afirma na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva cujo objetivo é o de:

[...] assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p. 14)

Além deste, pode-se citar vários documentos normativos referentes aos avanços importantes em relação aos direitos das pessoas com deficiência que serão mencionados no decorrer do trabalho.

Esta dissertação irá inclinar-se sob ao que tange às conquistas dos direitos de escolarização de tais pessoas e como os professores podem contribuir com o sucesso da aprendizagem destes alunos por meio de práticas inclusivas na perspectiva do Ensino Colaborativo baseando-se principalmente nos estudos de Capellini (2019), Zerbato (2019) e Vilaronga (2023), dentre outros autores.

Para que o cidadão aprenda os conhecimentos historicamente construídos, é fundamental que ele passe pela Instituição escolar. A presença de alunos com diferenças em seu processo de aprendizado é uma realidade nas escolas brasileiras e a partir desta demanda devemos pensar em propostas que contribuam para inclusão destes alunos.

A escola é composta por vários profissionais, não há trabalho isolado. É fundamental um trabalho conjunto, ou seja, cada profissional tem um papel importante a desempenhar na escola e devem trabalhar em colaboração para que os alunos possam desenvolver seu potencial e alcançar seus objetivos educacionais.

As pesquisas têm destacado o Ensino Colaborativo como uma estratégia em ascensão nos países com práticas consolidadas de inclusão escolar. Essa

abordagem valoriza a cooperação entre educadores, apoia o desenvolvimento dos alunos e fortalece o ambiente educacional como um todo.

Sobre a Inclusão escolar na perspectiva do Ensino Colaborativo, as autoras Mendes, Vilaronga e Zerbato (2022, p. 46) ressaltam que:

A literatura de países mais experientes em práticas de inclusão escolar tem apontado o trabalho colaborativo no contexto escolar como uma estratégia em ascensão, tanto para solucionar problemas relacionados a processo de ensino e aprendizagem de alunos do público-alvo da Educação Especial como para promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos educadores.

Sabe-se que há muitos profissionais da educação que ainda enfrentam desafios e dúvidas sobre como lidar com crianças com necessidades educacionais especiais, porém, a presença de alunos com deficiência é uma realidade e exige práticas educativas que possam contribuir para a sua aprendizagem.

A autora Mantoan afirma que “Não há mais como recusar, negar, desvalidar a diferença na sociedade brasileira e no cenário internacional” (MANTOAN, 2014, p. 37). Sob esta perspectiva, é necessário criar um ambiente de aprendizado acolhedor, seguro e estimulante para todos os alunos, independentemente das diferenças que eles possuam.

A educação é um direito de todos e, como tal, deve proporcionar um ambiente escolar que elimine as barreiras para seus estudantes e que se adaptem as necessidades e especificidades de cada um deles. Desta forma, entende-se que não basta matricular o aluno na escola para que seu direito seja garantido, é necessário um planejamento da equipe pedagógica, preparo dos professores e a busca de estratégias para que a escola caminhe em direção à qualidade de ensino para todos os alunos.

Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, “é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada à cidadania global, plena, livre, livre de preconceitos, que reconhece e valoriza as diferenças”. (MANTOAN, 2014, p. 24).

É fundamental que a educação seja vista como um direito universal e que seja garantida a todas as pessoas para que possam alcançar seu pleno potencial.

Cury (2002) afirma que a educação escolar é uma dimensão fundante da cidadania e tal princípio é indispensável para políticas que visam à participação de

todos nos espaços sociais e políticos assim como na reinserção no mundo profissional.

Nesse sentido, ao discutir o direito à educação o autor afirma que:

Não são poucos os documentos de caráter internacional assinados por países da Organização das Nações Unidas, que reconhecem e garantem esse acesso a seus cidadãos. Tal é o caso do art. XXVI da Declaração dos Direitos do Homem, de 1948. Do mesmo assunto ocupam-se a Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino, de 1960, e o art. 13 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966. (CURY, 2002a, p. 246)

Sendo assim, a demanda de todos os alunos, sem exceção, deve ser atendida para que a aprendizagem seja igualitária, equitativa e significativa no ambiente escolar. É sabido que historicamente as pessoas com deficiência enfrentaram muitas barreiras para acessar a educação formal, o que resultou em altas taxas de exclusão escolar. Entretanto, acreditamos que a educação inclusiva tem muito a contribuir no que diz respeito a igualdade de oportunidades, contribuindo para formação de cidadãos mais conscientes e tolerantes em relação às diferenças. A autora Mantoan destaca que:

A perspectiva de formar uma nova geração dentro de um projeto educacional inclusivo é fruto do exercício diário da cooperação, da colaboração, da convivência, do reconhecimento e do valor das diferenças, que marcam a multiplicidade, a natureza mutante de todos nós. (MANTOAN, 2014, p. 16)

Essa prática fortalece a capacidade de lidar com desafios complexos, pois cada indivíduo contribui com suas perspectivas únicas, enriquecendo a experiência coletiva. Ao promover a cooperação, a colaboração, a convivência e o reconhecimento das diferenças, um projeto educacional inclusivo contribui para formar uma nova geração que compreende a importância da diversidade, respeita as individualidades e está preparada para enfrentar os desafios de uma sociedade mutante e em constante evolução.

Na visão das autoras Glat e Pletsch, a proposta do Ensino Colaborativo é a de “Garantir a articulação de saberes entre ensino especial e comum, combinando as habilidades de dois professores” (GLAT; PLETSCH, 2013, p. 53). Nesse modelo, dois professores trabalham juntos: o professor do Ensino Regular, responsável pela turma

como um todo, e o professor do Ensino Especial, com expertise na área de educação especial e necessidades educacionais especiais. Eles compartilham conhecimentos, experiências e responsabilidades, colaborando para proporcionar um ambiente inclusivo e adequado às necessidades dos alunos.

Ensinar com qualidade a todos é um dever, pois não se deve focar apenas na socialização do aluno com necessidade educacional especial, mas também no aprendizado do mesmo.

Há muito ainda a ser feito para garantir que todas as pessoas com deficiência tenham acesso a uma educação inclusiva de qualidade. Porém, precisamos levar em consideração que este trabalho não deve ser feito de maneira individualizada, tal como as autoras Glat e Pletsch (2013, p. 58) destacam que professores “Não devem trabalhar sozinhos, mas em equipes, de modo que possam construir propostas com objetivos comuns para garantir a escolarização de todos os alunos”.

Considerando que os profissionais da escola, principalmente os professores, não devem trabalhar de maneira isolada, trazemos a proposta de um trabalho colaborativo como uma sugestão de pesquisa, na qual tem como premissa a divisão de tarefas e responsabilidades de planejamento, instrução e avaliação dos alunos da educação especial.

A forma como está organizado o trabalho nas Salas de Recursos Multifuncionais impossibilita a comunicação, a troca e o trabalho em equipe (MENDES; VILARONGA e ZERBATO, 2022, p. 36). Nesse aspecto, a falta de comunicação e trabalho em equipe entre os professores do ensino regular e do AEE pode dificultar a identificação das necessidades educacionais dos alunos e o planejamento de estratégias pedagógicas efetivas para atendê-los.

Levando-se em consideração o fato que o diálogo entre o professor especializado e o professor da sala de aula comum é uma ação que raramente acontece, precisamos buscar alternativas para melhoria dessa comunicação e trabalho em conjunto por meio da criação e implantação de uma plataforma colaborativa entre os professores.

Este projeto de pesquisa está organizado em cinco capítulos, o primeiro capítulo aborda a educação como direito de todos e sobre a importância da garantia das legislações brasileiras de inclusão.

No segundo capítulo é tematizado sobre o Contexto da Educação Inclusiva no Brasil e os avanços do país no sentido de promover a inclusão na Educação.

No terceiro capítulo é conceitualizado e contextualizado a Sala de Recursos Multifuncionais: Marcos legais, Organização e Público-alvo, cujo objetivo é ser um espaço destinado à inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na escola regular.

O quarto capítulo aborda sobre as potencialidades do Ensino Colaborativo que propõe uma nova forma de ensinar o público da Educação Especial, baseando-se na articulação e cooperação dos professores do Ensino Regular e Educação Especial.

O quinto capítulo discorre acerca das vantagens da utilização da tecnologia pelos professores, como possibilidade de comunicação rápida e objetiva, além do acesso a uma vasta gama de informações e o desenvolvimento em colaboração de novas metodologias de ensino.

O sexto capítulo traz os pressupostos metodológicos que fundamentaram o estudo, a apresentação dos dados gerais do local da pesquisa bem como a descrição dos participantes. São apresentados os procedimentos e instrumentos de coleta de dados e por fim, os procedimentos adotados para analisar os dados.

No sétimo e último capítulo são apresentadas as contribuições da experiência do ensino colaborativo e a análise dos resultados obtidos a partir da pesquisa desenvolvida, contribuindo assim para a implementação do produto educacional nas redes públicas de ensino oferecendo benefícios promissores para apoiar a escolarização de estudantes público da Educação Especial em escolas comuns.

Contribuindo com as discussões dessa temática, propomo-nos estudar a produção do produto educacional baseado na teoria do Ensino Colaborativo como potencializador da aprendizagem dos alunos público da Educação Especial.

Objetivo Geral:

Apresentar uma plataforma digital em que os professores do Ensino Comum e da Sala de Recursos possam trocar informações e trabalhar colaborativamente visando contribuir nos aspectos referentes à inclusão e aprendizagem do aluno público do atendimento educacional especializado em uma escola pública do Município de Magé.

Objetivos Específicos:

- Observar o cotidiano escolar tendo em vista averiguar o trabalho desenvolvido entre o professor da sala de recursos e os professores do ensino comum, com a finalidade de compreender as relações estabelecidas para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos público da Educação Especial.
- Contribuir com a formação dos educadores envolvidos na pesquisa, bem como com a formação da pesquisadora no que se refere a começar a atuar de maneira colaborativa.
- Buscar maneiras de inserir ações colaborativas cotidianas entre os professores do ensino comum e da educação especial por meio da implantação do produto educacional aqui proposto.
- Problematizar a articulação entre o professor do ensino comum e o professor especializado no contexto da escola comum.
- Colaborar com a escola observada no sentido de buscar possibilidades de acesso ao currículo escolar que envolva a todos, sobretudo os alunos público da educação especial, por meio da articulação entre a sala de aula comum e o atendimento educacional especializado.
- Utilizar a tecnologia como aliada na prática do Ensino Colaborativo na escola pesquisada.
- Apontar práticas pedagógicas inclusivas através das potencialidades do Ensino Colaborativo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Educação: um direito de todos.

Nesta seção, destacaremos que o direito à educação precisa sempre estar em pauta nas discussões para uma sociedade melhor e mais igualitária, pois trata-se de um direito humano fundamental reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e por diversos tratados internacionais. Ter direito à educação é uma oportunidade de crescimento do cidadão e uma poderosa ferramenta para combater a desigualdade, pobreza e exclusão social.

O acesso à educação é um direito garantido pela Constituição Federal Brasileira de 1988, visto que, por meio da Carta Magna, assegura-se o direito de todos à Educação. O ensino gratuito e obrigatório (ensino fundamental) tornou-se público e subjetivo nos parágrafos 1º e 2º do art. 208 da Carta Magna brasileira, a qual elenca que “O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.” e “O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente” (BRASIL, 1988, *on-line*).

A Constituição Federal de 1988 é um marco importante para a garantia de avanços significativos na educação escolar de pessoas com deficiência. Em seu texto, a Constituição estabelece fundamentos e objetivos que respaldam a inclusão e a valorização desses indivíduos. No artigo 1º, a Constituição elege como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana. Isso significa que todas as pessoas, independentemente de suas capacidades ou limitações, devem ser reconhecidas como cidadãos com direitos e dignidade inalienáveis. Essa disposição constitucional estabelece uma base sólida para a inclusão e a igualdade de oportunidades na educação.

Em relação a isso, Mantoan (2015, p. 38) corrobora que:

A Constituição Federal de 1988 respalda os que propõe avanços significativos para a educação escolar de pessoas com deficiência quando elege como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, incisos II e III e, como um dos seus objetivos fundamentais a promoção do bem de todos, se preconceito de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inciso IV). Ela garante ainda o direito à igualdade (art. 5º) e trata, no artigo 205 e nos seguintes, do direito de todos à educação. Esse direito deve visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para a cidadania e à sua qualificação para o trabalho.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/1988) que, em seu artigo 3º, inciso IV, reconhece as crianças e os adolescentes como cidadãos de direitos, com o objetivo de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, *on-line*) e norteia uma proposta de educação para todos, sem discriminação, que deve ser oferecida por todas as escolas brasileiras, tanto públicas como privadas, abrangendo desde a educação básica até o Ensino Superior.

Borges (2000, p. 25) reitera que

A Constituição Federal de 1988 defende a educação pública como direito de todos, respaldada pelo conceito de democracia e participação, visando ao desenvolvimento e autonomia dos alunos a fim de que esses possam exercer sua cidadania.

O artigo 205 da CF de 1988 é bem evidente ao elencar que

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, *on-line*).

A autora Borges (2020, p. 25) observa que:

A Constituição Federal de 1988 defende a educação pública como direito de todos, respaldada pelo conceito de democracia e participação, visando ao desenvolvimento e autonomia dos alunos a fim de que esses possam exercer a sua cidadania.

A educação pública é tratada com grande relevância, pois é por meio dela que se busca garantir a igualdade de oportunidades e o acesso ao conhecimento a todos os cidadãos, independentemente de sua condição socioeconômica. A educação pública é fundamental para fortalecer a democracia, promover a participação cívica e empoderar os indivíduos, capacitando-os para exercerem plenamente sua cidadania e contribuírem positivamente para a sociedade.

Vale ressaltar que, embora a Constituição estabeleça a educação pública como um direito, a oferta de ensino particular também é permitida e regulamentada. A coexistência de instituições de ensino públicas e privadas busca garantir o acesso à educação de forma diversificada e com diferentes opções para a população. No entanto, cabe ao Estado assegurar a qualidade e a universalização do ensino público,

de modo a atender a todos os cidadãos que não têm condições de arcar com o ensino privado.

O autor Cury destaca que:

O Brasil, por exemplo, reconhece o ensino fundamental como um direito desde 1934 e o reconhece como direito público subjetivo desde 1988. Em 1967, o ensino fundamental (primário) passa de quatro para oito anos obrigatórios. Ele é obrigatório, gratuito e quem não tiver tido acesso a esta etapa da escolaridade pode recorrer à justiça e exigir sua vaga. (CURY, 2002a, p. 259).

Com isso, grupos sociais em outro momento excluídos da escola, passaram lutar pelo acesso à educação. Dentre eles estão as pessoas que apresentam algum tipo de comprometimento físico, psíquico, sensorial ou intelectual e com altas habilidades/superdotação, buscando o direito a ter acesso à educação assim como os demais.

No entanto, apenas incluir os discentes na escola, sem um planejamento prévio e um preparo político pedagógico podem contribuir para que essa conquista se torne distante da realidade de muitos. A inclusão de discentes na escola sem um planejamento prévio e um preparo político-pedagógico adequado pode, de fato, dificultar ou até mesmo inviabilizar a concretização da verdadeira inclusão educacional. A inclusão é muito mais do que apenas colocar os alunos com deficiência ou outras necessidades educacionais especiais em uma escola regular; requer uma abordagem bem planejada e um ambiente acolhedor para que todos os alunos possam participar e se desenvolver plenamente.

Fica evidente que as pessoas com deficiência têm o direito de estudar e ter acesso a uma educação de qualidade em igualdade de condições com as demais pessoas. A autora Capellini (2004, p. 37) adverte que:

A partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), do Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990 (BRASIL, 1990) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB (BRASIL, 1996), a criança no Brasil passou a ser objeto da legislação sob um novo enfoque diferente das legislações anteriores. Os direitos sociais e fundamentais da criança, foram reconhecidos como inerentes a ela, evidenciando que, no atual contexto social brasileiro, a criança é reconhecida como sujeito social, com direitos que devem ser garantidos a todos, enquanto dever do Estado, da família e da sociedade em geral.

Todos possuem direito inalienável à educação e a escola precisa ser inclusiva para que não exclua nenhum dos seus estudantes. Uma educação de todos deve ser uma luta diária de todos os profissionais da educação. Ninguém deve ficar de fora da

escola comum, todas as crianças precisam ser ensinadas e incluídas de forma indistinta.

Cury (2022, p. 261), reitera que

A educação como direito e sua efetivação em práticas sociais se convertem em instrumento de redução das desigualdades e das discriminações e possibilitam uma aproximação pacífica entre os povos de todo o mundo.

Precisamos estar abertos para os novos saberes, novas formas de ensinar, visando sempre a aprendizagem do aluno. Uma escola aberta para todos não deve ser uma utopia, mas uma prática constante. “Não há mais como recusar, negar, desvalidar a diferença na sociedade brasileira e no cenário internacional”. (MANTOAN, 2014, p. 37). Neste sentido, Cury esclarece que:

Desse modo, a educação como direito e sua efetivação em práticas sociais se converte em instrumento de redução das desigualdades e das discriminações e possibilitam uma aproximação pacífica entre os povos de todo o mundo. (2002, p.261).

Essas e outras influências moldaram o direito à educação no Brasil, transformando-o em um princípio essencial para o desenvolvimento social, econômico e cultural do país, ao mesmo tempo em que continua sendo um desafio constante a ser enfrentado para alcançar uma educação cada vez mais inclusiva e de qualidade para todos os brasileiros.

Ainda sobre isso, Mantoan (2015, p. 39) afirma que:

Quando garante a todos o direito à educação e ao acesso à escola, a Constituição Federal não usa adjetivos: assim toda escola deve atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão da sua origem, raça, cor, sexo, idade ou deficiência.

O ensino deve visar os aspectos qualitativos e, quanto a isso, Cury destaca que:

[...] um Brasil uno em sua multiplicidade, moderno e efetivamente democrático será realidade quando oferecer ao seu povo reais condições de inclusão e cidadania. Isso possibilitará o rompimento com uma realidade perversa e dualista de um passado ainda presente (2022, p. 245).

A Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases garantem que a Educação é um direito de todas as pessoas e desempenha um papel essencial no processo de integração do indivíduo na sociedade (BRASIL, 1996). Ou seja, ela destaca a importância da colaboração entre professores e profissionais da educação no processo de inclusão escolar, e ressalta a necessidade de que as escolas promovam

a formação de professores e a disponibilidade de recursos para garantir a inclusão de todos os alunos.

As autoras Mendes, Vilaronga e Zerbato destacam que:

[...] garantir apenas a matrícula e mesmo o ensino fornecido a todos os alunos não é suficiente no caso de estudantes do público-alvo da Educação Especial, e por isso a legislação brasileira prevê a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), o que deve implicar no diferencial que garanta acesso ao direito à escolarização. (2022, p. 23)

As escolas e os profissionais da educação precisam estar preparados para acolher e atender adequadamente as demandas dos alunos com necessidades especiais, promovendo a acessibilidade e inclusão escolar.

Incluir é necessário, sobretudo, para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para levar a vida na sua plenitude livremente sem preconceitos, sem barreiras. (MANTOAN, 2014, p. 59).

A inclusão escolar é um imperativo que demanda preparação das escolas e dos profissionais da educação. É essencial que estejam aptos a acolher e atender adequadamente às demandas dos alunos com necessidades especiais. Esse compromisso visa promover a acessibilidade e a inclusão no ambiente escolar. Incluir não é apenas uma obrigação, mas também uma oportunidade de aprimorar as condições da escola.

2.2 Contexto da Educação Inclusiva no Brasil

A Educação Inclusiva no Brasil refere-se a uma abordagem educacional que visa a garantir o acesso, a permanência e o sucesso de todos os estudantes, independentemente de suas características pessoais, necessidades educacionais especiais ou diferenças individuais. O contexto da Educação Inclusiva no Brasil envolve diversos aspectos históricos, legais, políticos e práticos. Trata-se de um processo em construção, com avanços significativos, mas também desafios a serem superados. A busca por uma educação que acolha a diversidade e promova a igualdade de oportunidades é fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

Dois movimentos internacionais muito importantes que contribuíram para inclusão dos alunos da educação especial nas escolas regulares foram: a Declaração Mundial de Educação para todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994).

As autoras Nunes, Saia e Tavares advertem que “[...] são dois movimentos históricos marcantes na mudança de paradigma que baliza a educação inclusiva” (2015, p. 4). E ainda afirmam que:

Na primeira, a educação aparece como preocupação mundial. Na segunda foi aprovada declaração tendo como objetivos: o reconhecimento das diferenças, o atendimento às necessidades de cada um, a promoção da aprendizagem, o reconhecimento da importância da “escola para todos” e a formação de professores. (NUNES; SAIA; TAVARES, 2015, p. 4)

O primeiro deles foi realizado em Jomtien, Tailândia. Essa declaração é considerada um dos principais documentos mundiais sobre educação, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração de Salamanca de 1994 (BRASIL, 1994). Essa conferência reuniu representantes de diversos países e organizações internacionais para discutir a importância da educação como um direito fundamental para todas as pessoas e para estabelecer metas e estratégias para garantir o acesso à educação de qualidade para todos, sem distinção de gênero, origem étnica, religião, deficiência ou outras características.

A autora Capellini (2004) afirma que a ideia de inclusão social se proliferou após a Conferência supra citada e que nesse encontro o governo brasileiro assumiu o compromisso de construir o compromisso de construir um sistema educacional que incluísse todos.

A Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) é um documento importante que contribuiu para a expansão do conceito de necessidades educativas especiais e promoveu a ideia de uma educação inclusiva para todos. Ela foi adotada durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em Salamanca, Espanha, em 1994. O documento defende o direito à educação inclusiva e reconhece que todas as crianças têm o direito de frequentar escolas regulares e receber uma educação de qualidade, independentemente de suas diferenças ou deficiências. Ela ajudou a expandir o conceito de necessidades educativas especiais para todo aquele que precisasse da adaptação da escola para que suas necessidades fossem atendidas e a escolarização, assim, pudesse se encaminhar (NUNES; SAIA; TAVARES, 2015).

A Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994, *on-line*) convocou todos os governantes para:

- Adotar, com força de lei ou como política, o princípio da educação integrada que permita a matrícula de todas as crianças, em escolas comuns, a menos que haja razões convincentes para o contrário.
- Assegura que, num contexto de mudança sistemática, os programas de formação inicial e permanente dos professores estejam voltados para atender às necessidades educacionais especiais nas escolas comuns.
- Dar a mais alta prioridade política e orçamentária à melhoria de seus sistemas educativos, para que possam abranger todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.
- Criar mecanismos, descentralizados e participativos, de planejamento, supervisão e avaliação do ensino de crianças e adultos com necessidades educacionais especiais.
- Promover e facilitar a participação de pais, comunidade e organizações de pessoas com deficiência, no planejamento e no processo de tomada de decisões, para atender às crianças com necessidades educacionais especiais.

Esse documento enfatiza a importância de uma perspectiva educacional centrada na criança. Além disso, fornece definições e novas abordagens sobre as necessidades básicas da aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos e o esforço de longo prazo para a execução desde objetivo, uma vez estabelecidos objetos intermediários e medidos os progressos realizados.

As autoras Nunes, Saia e Tavares (2015, p. 4) contribuem ao afirmar que

É a partir desse marco que a educação inclusiva vai se popularizando, partindo sim da educação especial, mas vislumbrando uma nova concepção de educação: a escola precisa incluir não apenas os “especiais”, mas todos os alunos.

Renders e Barbosa (2020, p. 2) reiteram que:

A história da Educação Especial no Brasil tem sido marcada por intensas discussões e por diferentes abordagens na busca de uma escola mais inclusiva. Historicamente, a escolarização limitava-se a um grupo seletivo e

homogêneo de pessoas, sendo que os educandos com deficiência permaneciam à margem da sociedade, excluídos do espaço de convívio social por meio de escolas especiais segregadoras.

A resolução n. 2, de 2001, que institui as Diretrizes e Bases para Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) foi publicada com o objetivo de garantir a escolarização de alunos com necessidades especiais em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da educação básica. Essa legislação delibera que alunos com necessidades educacionais especiais são aqueles que apresentam:

[...] dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento não vinculadas a uma causa orgânica específica ou relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiência, dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas, altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2001, p. 2)

Em 2008, o Brasil ratificou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e, desde então, tem implementado políticas e ações para garantir a inclusão educacional. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída no Brasil em 2008, representa um marco importante tanto em termos políticos quanto pedagógicos para a educação do país. Essa política estabelece um novo direcionamento, promovendo a inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares.

Além disso, em 2015, foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabeleceu metas para a promoção da educação inclusiva no país. A Lei nº 13.146/2015 prevê a inclusão das pessoas com deficiência em todos os aspectos da vida, incluindo a educação. Em seu artigo 27, podemos verificar a seguinte afirmativa:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. (BRASIL, 2015, *on-line*)

O objetivo principal dessa política é garantir o acesso, a participação e a aprendizagem desses estudantes nas escolas comuns, ao invés de segregá-los em instituições especializadas. Ela reconhece que todos os alunos têm direito a uma educação de qualidade, independentemente de suas características individuais, e direciona os sistemas de ensino a fornecer respostas adequadas às suas necessidades educacionais específicas.

Essa norma implica uma mudança de paradigma, promovendo a valorização da diversidade e o respeito à singularidade de cada aluno. Ela encoraja a busca por práticas pedagógicas inclusivas, que considerem a heterogeneidade dos estudantes e ofereçam suporte adequado para que todos possam se desenvolver plenamente.

Dessa forma, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva busca superar as barreiras que historicamente excluíram pessoas com deficiência e outros estudantes com necessidades educacionais especiais do sistema regular de ensino. Ao estabelecer diretrizes claras e orientar os sistemas de ensino, ela visa garantir a igualdade de oportunidades e o respeito aos direitos desses estudantes, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Corroborando com tal afirmativa, Capellini (2004, p. 46) acrescenta:

A despeito dessas novas perspectivas as unidades escolares têm como principal tarefa, a construção de espaços para participação de todos os segmentos envolvidos direta ou indiretamente nas atividades de ensino. Entre outras tarefas, tal participação deve garantir a elaboração, execução e avaliação do projeto político pedagógico da escola em consonância com princípios e objetivos maiores da educação, previstos em legislação nacional. Neste projeto, a educação para todos deve prever o atendimento à diversidade de necessidade e características da demanda escolar.

Cada escola possui características e contexto diferentes. Diante das transformações da sociedade, a escola não pode ignorar as mudanças que acontecem ao seu redor, evitando olhar as diferenças que fazem parte. Nesse sentido,

[...] a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional- que, por sua vez, abala a identidade fixada dos professores e faz que seja ressignificada a identidade fixa do aluno (MANTOAN, 2015, p. 35).

As autoras Capellini e Zerbato (2019, p. 19) destacam sobre os benefícios de conviver com as diferenças ao afirmarem:

Há muitos benefícios na formação individual dos estudantes, quando a escola não segrega os alunos por suas incapacidades (nem sempre reais de fato)

de aprender ou conviver. Ao contrário esses estudantes juntos, podem aprender muito mais, cada um com suas especificidades.

Portanto, conviver com a diversidade na escola é um desafio, mas também uma oportunidade para o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva e plural. Para isso, é fundamental que as escolas tenham uma postura acolhedora e receptiva em relação às diferenças, valorizando a diversidade.

As autoras Capellini e Zerbato (2019, p. 21) afirmam que “O fato desses estudantes estarem matriculados em escolas comuns leva a equipe de profissionais a pensar na reestruturação-física, pedagógica, atitudinal- da escola regular, para atendimento das diferentes demandas presentes”. Ou seja, a presença do aluno público da Educação Especial na escola, pode gerar um movimento importante para inclusão escolar: induzindo toda a equipe a repensarem suas práticas pedagógicas, além de contribuir para o aprendizado dos alunos sem deficiência.

Uma escola considerada inclusiva é aquela que busca promover a educação de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas habilidades, deficiências, condições sociais, étnicas e culturais. Capellini e Zerbato (2019, p. 22) contribuem ao afirmar que “uma escola inclusiva deve pensar e, recursos e metodologias variadas e acessíveis para o cumprimento dos objetivos escolares e o êxito na formação de cada estudante,”

Desta forma, são adotadas práticas pedagógicas que levam em consideração as diferenças e necessidades individuais dos alunos, oferecendo suporte individualizado, com planos de ensino individualizado, recursos adaptados e adaptações curriculares se necessário. O currículo escolar deve ser flexível o suficiente para atender às necessidades individuais dos alunos com deficiências, oferecendo apoio adicional quando necessário. Quanto a isso Capellini (2018, p. 48) afirma que:

As adaptações curriculares podem ser entendidas como uma possibilidade de se concretizar um currículo flexível, em suas diferentes instâncias, não no sentido de se empobrecer o conteúdo a seu trabalho, mas de torná-lo acessível a todos os estudantes de alternativas metodológicas e avaliativas que atendam às necessidades individuais.

As responsabilidades sobre a educação dos alunos público da Educação Especial devem ser compartilhadas e não recais sobre o professor de Educação Especial, ou somente o professor do Ensino Comum (CAPELLINI; ZERBATO, 2019, p. 34).

As autoras acima citadas ainda contribuem ao afirmar que a perspectiva da escolarização de crianças e jovens com deficiências, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento nas classes comuns das escolas regulares brasileiras é hoje um imperativo moral e político, dado que a maioria desta parcela da população continua sendo sistemicamente excluída das nossas escolas. (MENDES; VILARONGA; ZERBATO, 2022, p.17).

Nesse sentido, compartilhamos com as autoras Nunes, Saia e Tavares (2015, p. 12) a importância da diversidade nas escolas:

A diversidade presente na educação inclusiva não é um favor aos grupos historicamente excluídos, mas uma luta pela humanização de todos nós. Quando não conseguimos lidar com as diferenças que nos rodeiam perdemos uma oportunidade de caminhar na nossa própria evolução. Assim, quando privamos os alunos de conviverem com outras crianças com dificuldades visuais, motoras, auditivas, intelectuais ou com outras diferenças marcantes tais como classe social, lugar de origem, religião, opção sexual etc., falhamos na sua formação, porque, quando adultos, talvez terão menor facilidade de lidar com essas mesmas pessoas.

Quando abraçamos a diversidade na educação, estamos promovendo a formação de cidadãos mais conscientes, empáticos e preparados para enfrentar os desafios de uma sociedade plural e heterogênea. Ao conviverem com pessoas que têm diferentes origens, culturas, habilidades e características, os alunos desenvolvem uma compreensão mais profunda das necessidades e realidades do outro, tornando-se mais tolerantes e respeitosos.

Essa interação com a diversidade é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Privar os alunos de experiências com a diversidade pode limitar sua capacidade de lidar com as diferenças no futuro e contribuir para perpetuar preconceitos e estereótipos.

Além disso, a educação inclusiva prepara os alunos para a vida em uma sociedade diversa, ajudando-os a desenvolver habilidades importantes, como empatia, comunicação efetiva, trabalho em equipe e resolução de conflitos.

Desta forma estamos investindo na formação de cidadãos mais preparados para enfrentar os desafios de um mundo cada vez mais globalizado, respeitando e valorizando a singularidade de cada indivíduo e contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva, justa e humana.

No contexto da matrícula e da permanência dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (público-

alvo da educação especial) nas escolas de ensino comum, Renders e Barbosa (2020, p. 5) entendem que “[...] para fomentar a educação inclusiva nos espaços escolares e viabilizá-la na prática, é necessário conduzir uma dinâmica de trabalho em colaboração para que se estabeleçam as redes de apoio para o processo inclusivo.”

A reflexão a respeito do papel do professor na educação inclusiva também deve fazer parte da nossa discussão, pois para que haja de fato uma educação inclusiva é imprescindível que os professores busquem capacitação, aperfeiçoamento e formação continuada, a fim de proceder visando um ensino que respeite as diferenças e peculiaridades de cada indivíduo.

Sabe-se que é um grande desafio aos professores o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, por isso, acreditamos que a partir das trocas estabelecidas entre os professores o trabalho poderá ser enriquecido, oferecendo confiança ao professor, e, principalmente, a condição de tornarem-se protagonistas de suas práticas, mas não de forma isolada e solitária, e sim, de uma forma colaborativa.

Desta maneira, acredita-se que a colaboração oferecerá oportunidade dos professores serem incluídos, ampliando o conhecimento especializado sobre os alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) e também das deficiências tendo a oportunidade de trocarem experiências com seus pares, “aprendendo uns com os outros, garantindo com esta relação positiva a satisfação das necessidades de todos os alunos” (DIEKER; BARNETT, 1996, p. 7).

2.3 Sala de Recursos Multifuncionais: marcos legais, organização e público-alvo

A Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) é um espaço presente em algumas escolas no Brasil que tem como objetivo oferecer recursos e serviços para atender às necessidades educacionais específicas de alunos com deficiência, altas habilidades e/ou superdotação e não devem ser confundidas com reforço escolar. É onde se oferece o atendimento educacional especializado, de maneira prioritária.

Considera-se um local importante para a promoção da inclusão dos alunos público da Educação Especial, pois conta com recursos que visam atender as necessidades educacionais específicas dos alunos.

A resolução CNE/CNB nº 4/2009 (BRASIL, 2009), no seu art. 2º, confirma a função desse sistema de apoio à escolarização de alunos com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, conforme exposto abaixo:

[...] o AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que elimine as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. (BRASIL, 2009)

Mendes, Vilaronga e Zerbato (2022, p. 24) definem a sala de recursos como um serviço de apoio que tem sido privilegiado na política brasileira de inclusão escolar, e envolve atendimento escolar complementar ou suplementar no contraturno da frequência às classes comuns.

As autoras abordam que embora a sala de recursos seja amplamente utilizada no Brasil, ela pode dificultar a relação entre o ensino da sala de aula regular e da sala de recursos, entre os professores e na partilha de responsabilidades relacionadas à educação dos alunos.

Ela tem a função de complementar a formação dos alunos, público da educação especial, matriculados no ensino comum, e sua oferta deve ser no contraturno. Talvez pelo fato de os alunos serem atendidos no contraturno, são poucos os momentos de contato entre as professoras do AEE e do Ensino Regular.

A Constituição de 1988, em seu art. 208 faz menção ao atendimento educacional especializado como dever do Estado:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I-ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
II-progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
III-atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
IV-atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
V-acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
VI-oferta do ensino noturno regular, adequado às condições do educando,
VII-atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático co-escolar[*sic*], transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 1988, *on-line*)

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, criada em 2008, é uma política que busca garantir a inclusão e participação plena de pessoas com deficiência no sistema educacional brasileiro. Através dessa política, busca-se superar as práticas segregadoras do passado e promover uma educação inclusiva, onde todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência, tenham acesso igualitário às oportunidades educacionais. Isso implica na garantia de que todos os alunos, independentemente de suas limitações, tenham o direito de frequentar escolas regulares e participar plenamente das atividades escolares.

Essa política reconhece a importância da diversidade e valoriza a igualdade de oportunidades educacionais. Ela visa promover a transformação do sistema educacional, adaptando as práticas pedagógicas, os currículos e os ambientes escolares para atender às necessidades de todos os alunos e tem como objetivo:

[...] assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p. 14)

Dentre as medidas previstas nesta política estão a oferta de atendimento educacional especializado (AEE), a formação de professores e gestores para inclusão, a adaptação do ambiente escolar e de recursos pedagógicos para atender as necessidades dos alunos, a promoção de ações de acessibilidade e criação de

condições para que alunos com deficiência possam frequentar as escolas regulares. A política destaca que:

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2008, p. 16)

Isso significa que a Educação Especial não se limita a atender apenas os alunos com deficiência em salas especiais ou separadas do ensino regular, mas sim busca promover a inclusão desses alunos em todos os espaços e atividades escolares, garantindo-lhes acesso aos mesmos conteúdos e oportunidades educacionais que os demais alunos.

Borges (2020, p.31) acrescenta que por meio desse documento, houve a indicação de que o atendimento educacional especializado não deve substituir o ensino comum, mas sim complementá-lo ou suplementá-lo, reforçando a necessidade de articulação entre os diferentes espaços no ensino comum.

A autora ainda afirma que:

Visto que o atendimento educacional especializado não é substitutivo do ensino comum e tem como função complementar e suplementar visando a eliminar barreiras que dificultem o aprendizado dos alunos público-alvo da educação especial, a articulação, a colaboração entre os professores capacitados e especializados tornam-se princípios-chave nesse processo (BORGES, 2020, p. 33).

A Resolução CNE/CEB nº 4/2009, art. 10º, o Projeto Político Pedagógico - PPP da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE, prevendo na sua organização:

- I - Sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;
- II - Matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;
- III - Cronograma de atendimento aos alunos;
- IV - Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;
- V - Professores para o exercício do AEE;
- VI - Outros profissionais da educação: tradutor intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção;
- VII - Redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e

equipamentos, entre outros que maximizem o AEE. (Resolução CNE/CEB nº 4/2009, 2009, *on-line*)

De acordo com a resolução CNE/ CNB nº4 de 2 de outubro de 2009, considera-se público alvo do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em seu art. 4º:

I-alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II-alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III-alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade (BRASIL, 2009).

Em 2010 foi lançado pelo MEC (Ministério de Educação e Cultura) o Manual de Orientação: programa de implantação de Sala de Recursos Multifuncionais. Neste documento, a educação inclusiva é citada como um direito assegurado na Constituição Federal para todos os alunos e reafirma que a efetivação deste direito deve ser cumprida pelas redes de ensino, sem nenhum tipo de distinção e reitera que:

[...] todos os alunos público alvo da educação especial devem ser matriculados nas classes comuns, em uma das etapas, níveis ou modalidade da educação básica, sendo o atendimento educacional especializado – AEE ofertado no turno oposto ao do ensino regular. As salas de recursos multifuncionais cumprem o propósito da organização de espaços, na própria escola comum, dotados de equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos que auxiliam na promoção da escolarização, eliminando barreiras que impedem a plena participação dos alunos público alvo da educação especial, com autonomia e independência, no ambiente educacional e social (Manual de Orientação: programa de implantação de Sala de Recursos Multifuncionais, 2010, p. 6).

O Manual de Orientação: programa de implantação das Sala de Recursos Multifuncionais tem como objetivo informar os sistemas de ensino sobre as ações deste Programa, instituído pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Especial/SEESP, para apoiar a organização do atendimento educacional especializado – AEE aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados no ensino regular. De acordo com este documento, as atribuições do professor de AEE precisam contemplar:

i) Elaboração, execução e avaliação do plano de AEE do aluno;

- ii) Definição do cronograma e das atividades do atendimento do aluno, organização de estratégias pedagógicas e identificação e produção de recursos acessíveis;
- iii) Ensino e desenvolvimento das atividades próprias do AEE, como: Libras, Braille, orientação e mobilidade, Língua Portuguesa para alunos surdos, informática acessível, Comunicação Alternativa e Aumentativa - CAA, atividades de desenvolvimento das habilidades mentais superiores e atividades de enriquecimento curricular;
- iv) Acompanhamento da funcionalidade e usabilidade dos recursos de tecnologia assistiva na sala de aula comum e ambientes escolares;
- v) Articulação com os professores das classes comuns, nas diferentes etapas e modalidades de ensino;
- vi) Orientação aos professores do ensino regular e às famílias sobre os recursos utilizados pelo aluno; Interface com as áreas da saúde, assistência, trabalho e outras.

O documento intitulado “Sala de Recursos Multifuncionais: espaço para atendimento educacional especializado” ressalta que:

Nesse sentido, o atendimento educacional especializado não pode ser confundido com atividades de mera repetição de conteúdos Programáticos desenvolvidos na sala de aula, mas deve constituir um conjunto de procedimentos específicos mediadores do processo de apropriação e produção de conhecimentos. (BRASIL, 2006, *on-line*)

A resolução CNE/ CNB nº4 de 2 de outubro de 2009, no seu art. 2º, explica sobre a funcionalidade da Sala de Recursos e institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, a saber:

[...] o AEE teve como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras em sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. (BRASIL, 2009, p.1)

O Decreto nº 7.611/2011 regulamenta o atendimento educacional especializado, incluindo as salas de recursos multifuncionais. Ele define critérios para implementação e organização destes locais, bem como a formação dos profissionais que atuarão nesses espaços. Em seu artigo 2º podemos observar as formas da oferta deste serviço:

Art. 2º A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Para fins deste Decreto, os serviços de que trata o caput serão denominados atendimento educacional especializado, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou

II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 2011, *on-line*)

Este Decreto ainda contribui ao afirmar que os objetivos do atendimento educacional especializado são:

I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;

II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e

IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino. (BRASIL, 2011)

Na opinião de Borges (2020, p. 45) o trabalho realizado no atendimento educacional especializado deveria ser subsidiado pelo que é trabalhado em sala de aula, o intuito de potencializar o aprendizado do aluno nesse espaço-tempo. A autora ainda reconhece que não se trata de reforço, mas que haja uma articulação e coerência com o trabalho realizado em sala de aula e ressalta a importância da ação pedagógica colaborativa entre os profissionais.

O AEE tem como objetivo oferecer recursos, estratégias e apoios pedagógicos adicionais para promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais especiais. Ele é voltado para suprir as demandas específicas desses alunos, considerando suas características individuais e buscando garantir o acesso ao currículo comum.

Visto que o atendimento educacional especializado não é substitutivo do ensino comum, a autora Borges (2020, p. 33) complementa que o AEE:

[...] tem como função complementar e suplementar visando a eliminar barreiras que dificultem o aprendizado dos alunos público-alvo da educação especial, a articulação, a colaboração entre os professores capacitados e especializados tornam-se princípios-chave entre os professores capacitados e especializados tornam-se princípios-chave nesse processo.

O atendimento educacional especializado na sala de recursos deve ser sempre intencional, sistematizado e objetivar o aprendizado. Esse atendimento é um potencializador para o aprendizado dos alunos e para que isso aconteça, é necessária uma articulação entre a sala de aula comum e o referido atendimento.

No que diz respeito à intencionalidade, destaca-se que o trabalho realizado na sala de recursos deve ser orientado pelos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de

cada estudante com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

O AEE deve ser organizado de maneira sistematizada, com um plano de atendimento individualizado para cada aluno. Esse plano leva em consideração as necessidades, potencialidades e dificuldades do estudante, estabelecendo ações específicas para seu desenvolvimento acadêmico e social.

Os objetivos do AEE devem ser claros e específicos, visando ao progresso e ao desenvolvimento dos alunos. O trabalho na sala de recursos não deve ser apenas assistencialista, mas sim voltado para o aprendizado e para o desenvolvimento das habilidades dos estudantes.

O AEE tem o propósito de potencializar o aprendizado dos alunos, oferecendo estratégias e recursos que auxiliem no desenvolvimento das competências e no enfrentamento das dificuldades. Com o apoio adequado, os estudantes têm mais chances de se desenvolverem plenamente.

A articulação entre a sala de recursos e a sala de aula comum é fundamental para a efetividade do AEE. É importante que os profissionais que atuam na sala de recursos dialoguem com os professores da sala de aula regular, para que haja uma troca de informações e experiências, e para que as estratégias utilizadas sejam complementares e alinhadas com o currículo escolar.

A autora Borges (2020, p. 45) afirma que:

Acredito que o trabalho realizado no atendimento educacional especializado deveria ser subsidiado pelo que é trabalhado em sala de aula. No intuito de potencializar o aprendizado do aluno nesse espaço-tempo. Reconheço que não se trata de reforço, mas que haja uma articulação e coerência com o trabalho realizado em sala de aula. Para tanto, uma ação pedagógica colaborativa entre os profissionais torna-se importante nessa configuração de se pensar o referido atendimento.

Ao pensar na configuração do atendimento educacional especializado, a colaboração entre os profissionais e a articulação entre a sala de recursos e a sala de aula comum são fundamentais para que o aluno receba um suporte pedagógico adequado e consistente, promovendo o seu desenvolvimento acadêmico, social e emocional de maneira plena e inclusiva.

As atribuições do professor que atua no AEE vão além do trabalho nas salas de recursos multifuncionais. A Nota Técnica-Seep/GAB/nº11/2010 as expõe as atribuições deste:

4-Estabelecer a articulação com os professores da sala de aula comum e com os demais profissionais da escola, visando a disponibilização dos serviços e recursos e o desenvolvimento de atividades escolares; bem como as parcerias com as áreas intersetoriais;

5-Orientar os demais professores e as famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno de forma a ampliar suas habilidades, promovendo sua autonomia e participação (BRASIL, 2010, *on-line*).

A autora Borges nos esclarece que a referida nota técnica atribui como tarefa do professor do AEE “desenvolver e planejar atividades específicas dos alunos público da Educação Especial. Dessa forma, há que se investigar como essas atividades dialogam com o que é realizado com o aluno em sala de aula e como elas se complementam nesse processo” (BORGES, 2020, p. 35).

Ao realizar essa tarefa, é essencial que o professor do AEE estabeleça uma relação de colaboração e diálogo com os professores da sala de aula regular. A complementaridade entre as atividades do AEE e as atividades realizadas em sala de aula visa proporcionar uma abordagem integrada e coerente, de forma a promover o progresso acadêmico e o desenvolvimento global dos alunos.

Mantoan afirma que “Todos sabemos que as transformações da escola dependem de um compromisso coletivo de professores, gestores, pais e da sociedade em geral” (MANTOAN, 2015, p. 14). A escola não é um local homogêneo, é um lugar de diferenças e estas devem ser consideradas valiosas e importantes e acrescenta:

Reluto em admitir certas medidas adotadas pela escola para reagir à diferença de todos nós. De fato, elas existem, persistem, insistem em se manter, apesar de todo esforço despendido para se demonstrar que as pessoas são seres singulares, que estão sempre se diferenciando, interna e externamente e, portanto, não cabem, nem caberão, em categorizações, modelos, padrões. (p. 15).

A educação inclusiva busca reconhecer e valorizar a singularidade de cada indivíduo, reconhecendo que todos são diferentes em suas características, talentos, habilidades e necessidades. No entanto, ainda pode haver resistência ou dificuldade em lidar com essa diversidade e em se afastar de abordagens padronizadas ou homogeneizadas.

Apesar das legislações vigentes sobre a sala de recursos, Capellini (2004, p. 25) nos faz refletir sobre a ausência de diretrizes claras em relação a atuação do professor de Educação Especial em contextos inclusivos. Na visão da autora, é

preciso ampliar a investigação de propostas educacionais inclusivas no ensino público, hoje escassas, a fim de poder contribuir efetivamente para transformação dessa escola tradicional em uma escola de qualidade para todos, aberta às diferenças onde todos os alunos sintam-se respeitados, reconhecidos e não marginalizados.

Mendes, Vilaronga e Zerbato (2022, p. 29) questionam a oferta exclusiva do atendimento educacional especializado ao afirmar que: “O atendimento educacional especializado, quando ofertado exclusivamente em sala de recursos, reforça o pressuposto de que o problema está no aluno, e não na escola”. Essa afirmação tem sido bastante discutida na área da educação inclusiva, uma vez que o atendimento educacional especializado deve ser ofertado em conjunto com o ensino regular, de forma a garantir a inclusão escolar dos alunos com deficiências.

Desta forma, é importante que o professor do AEE e do Ensino Regular trabalhem em colaboração, para que possam identificar as necessidades educacionais dos alunos e encontrar as estratégias pedagógicas mais adequadas para atendê-los.

Borges contribui ao afirmar que “Os estudos evidenciam a importância do diálogo entre a sala de aula comum e o trabalho desenvolvido no AEE realizado nas salas de recursos” (BORGES, 2020, p. 40). Esse diálogo também contribui para a criação de um ambiente educacional mais acolhedor e inclusivo, onde todos os professores estão comprometidos com o sucesso e o bem-estar dos alunos. A colaboração entre os professores envolvidos fortalece a equipe educacional e possibilita uma abordagem mais abrangente e efetiva para atender às necessidades dos estudantes.

2.4 Potencialidades do Ensino Colaborativo

O Ensino Colaborativo é uma abordagem pedagógica que busca promover a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular por meio da colaboração entre professores do ensino comum e do Atendimento Educacional Especializado.

O ensino colaborativo é uma estratégia didática inclusiva em que o professor da classe comum e o professor, ou especialista planejam de forma colaborativa, procedimentos de ensino para ajudar no atendimento a estudantes com deficiência, em classes comuns, mediante um ajuste por parte dos professores. Nesse modelo, dois ou mais professores possuindo habilidades de trabalho distintas, juntam-se de forma coativa e coordenada, ou seja, em um trabalho sistematizado, com funções previamente definidas para ensinar grupos heterogêneos, tanto em questões acadêmicas quanto em questões comportamentais em cenários inclusivos.

Trazemos os Ensino Colaborativo como uma nova possibilidade de trabalho para efetivação da escolarização e aprendizado do aluno com deficiência. O objetivo é o de trazer saberes entre o ensino especial e o comum, combinando as habilidades dos dois professores. Quando os indivíduos possuem diversidade de modelos, entende-se que há mais possibilidade de desenvolvimento, e o espaço escolar é um espaço privilegiado e para contribuir com esse desenvolvimento. A construção de um trabalho de parceria entre os professores possibilita o aprendizado de novas práticas para o acesso de todos os alunos ao conhecimento. A adequação curricular, o planejamento de estratégias e a elaboração dos recursos adequados são realizados de maneira conjunta em prol da aprendizagem do educando.

Podemos dizer que o Ensino Colaborativo pressupõe clareza no papel de cada profissional atuante na escolarização do aluno público da Educação Especial.

Ambos professores participam plenamente do processo de ensino aprendizagem dos alunos, embora de formas diferentes. Não há segregação, não há a ideia de que esses são “meus alunos” e esses são “seus alunos” haja vista que se trata de um trabalho de parceria entre os dois profissionais.

No plano municipal de educação do município de Magé-RJ, Lei nº 2326/2016 vemos duas estratégias que falam sobre a importância da formação continuada tanto

dos professores do AEE quanto das classes comuns, bem como da articulação necessária entre esses dois professores:

4.3) ampliar e aperfeiçoar o processo de formação continuada dos professores do atendimento educacional especializado e dos professores das classes comuns, valorizando a diversidade cultural.

4.11) incentivar e promover a articulação entre os professores das classes comuns e do ensino regular e os professores do atendimento educacional especializado oferecido em Salas de Recursos Multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas, podendo ocorrer dentro do horário do planejamento do professor.

Essas afirmativas refletem um compromisso com a melhoria constante da qualidade educacional, visando melhor atender às necessidades educacionais dos alunos. Ampliar e aperfeiçoar o processo de formação continuada dos professores no contexto do AEE e das classes comuns demonstra um reconhecimento da importância da educação inclusiva. Ao investir na capacitação desses profissionais, busca-se promover ambientes educacionais mais inclusivos e adaptados às diversidades presentes em sala de aula. Essa iniciativa não apenas contribui para o desenvolvimento profissional dos educadores, mas também impacta positivamente o aprendizado e a participação dos alunos, promovendo uma educação mais equitativa e acessível.

No item 4.11 percebemos que a essa articulação é fundamental para a construção de uma abordagem educacional integrada, na qual os educadores podem trocar experiências, estratégias e recursos. Essa colaboração contribui para adaptação e personalização do ensino às necessidades individuais dos alunos.

Guélhiri et al. (2018) consideram o Ensino Colaborativo como uma “[...] estratégia essencial para o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência, pois leva como requisito o trabalho conjunto do professor da educação regular e o professor do ensino especial” (GUÉLHIRI et al., 2018, p. 97).

Dentre seus princípios, podemos destacar: requer respeito mútuo, baseia-se em paridade repousa sobre objetivos mútuos e específicos, envolve compartilhar recursos e assume responsabilidade compartilhada. Sobre isso, Capellini (2004, p. 89) declara que:

O trabalho colaborativo efetivo requer compromisso, apoio mútuo, respeito, flexibilidade e uma partilha dos saberes. Nenhum profissional deveria considerar-se melhor que os outros. Cada profissional envolvido por aprender e pode beneficiar-se dos saberes dos demais e, com isso, o beneficiário maior sempre será o aluno.

Os estudantes, público do AEE, estão cada vez mais presentes na escola e inseridos em classe comum. Para que a sua permanência na escola seja garantida, o acesso ao currículo escolar e o sucesso de práticas inclusivas devem ser realizadas por toda equipe escolar. A inclusão desses alunos não deve ser pensada apenas no aspecto da socialização, mas também no seu aprendizado e rendimento escolar.

Burkle (2010, p. 54) afirma, em seu estudo, que “Os professores [...] devem se relacionar de forma colaborativa, usando estratégias para alcançar a melhor forma de trabalhar com o aluno”. O objetivo é o de haver articulação de saberes entre o ensino especial e o comum, combinando as habilidades dos dois professores. A adequação curricular, o planejamento de estratégias e a elaboração dos recursos adequados são realizados de maneira conjunta em prol da aprendizagem do educando.

As autoras Capellini e Zerbato (2019, p. 14) ressaltam que o Ensino Colaborativo vem sendo apontado como promissor dos alunos público da Educação Especial.

Sobre a articulação entre o trabalho realizado no atendimento educacional especializado e o trabalho realizado na sala de aula comum, Borges (2000, p. 45) aponta que:

Acredito que o trabalho realizado no atendimento educacional especializado deveria ser subsidiado pelo que é trabalhado em sala de aula, no intuito de potencializar o aprendizado do aluno nesse espaço-tempo. Reconheço que não se trata de reforço, mas que haja uma articulação e coerência com o trabalho realizado em sala de aula. Para tanto, uma ação pedagógica colaborativa entre os profissionais torna-se importante nessa configuração de se pensar o referido atendimento.

É necessário que todos estejam incumbidos com o mesmo objetivo, dividindo responsabilidades do ensino e educação dos alunos. Considerando isso, trazendo o conceito de ensino colaborativo como importante ferramenta a ser utilizada nas escolas, porém pouco vivenciada pelos próprios professores e demais atores sociais da educação. Chamamos a atenção para a importância dessa prática, principalmente para o público do AEE, presente nas escolas e realizado pela SRM (Sala de Recursos Multifuncionais).

Nós docentes, planejamos com frequência, porém geralmente fazemos isso de maneira isolada. Ao contrário disso, o Ensino Colaborativo por ser entendido como um sistema de parceria entre os profissionais da educação, que se envolvem para pensar nos desafios do estudante público da educação especial. Isso requer um

trabalho de parceria, pensar em aulas diversificadas que levem em consideração o sucesso da aprendizagem de todos os alunos.

Esse novo modelo de ensino deve ser compreendido como uma forma de educação, onde todos os envolvidos se tornem responsáveis pelo processo de desenvolvimento e inclusão do aluno, independente das diferenças, colocando em prática todos os recursos essenciais para o crescimento saudável do seu alunado (GHÉLHIRI et al., 2018, p. 98).

É urgente a elaboração e proposição de ações pedagógicas para ensinar e responder as demandas e especificidades dos alunos. O ensino colaborativo “consiste numa parceria entre os professores de educação regular e os professores de educação especial, na qual um educador especial dividem a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar os procedimentos de ensino a um grupo heterogêneo de estudantes” (FERREIRA et al., 2007, p. 1).

As autoras Capellini e Zerbato (2019) discorrem sobre o sucesso da aprendizagem dos alunos, destacando sobre a importância de um trabalho de colaboração e parceria para que isso ocorra:

[...] para garantir a permanência do aluno na escola, o acesso ao currículo escolar e o sucesso em sua aprendizagem é necessário um trabalho efetivo de práticas inclusivas, a serem realizadas dentro da sala de aula de ensino comum, por toda a equipe escolar, e isso só se consegue através de um trabalho de parceria e colaboração (CAPELLINI; ZERBATO, 2019, p.13).

A articulação e a colaboração com os demais profissionais da escola são fatores importantes a serem considerados. O trabalho deve ser planejado, organizado, acompanhado, avaliado e replanejado constantemente. Faz-se necessário uma boa comunicação entre os profissionais que estão envolvidos no processo de ensino-aprendizagem do aluno.

As autoras Capellini e Zerbato (2019) ressaltam que no Ensino Colaborativo não há hierarquia entre os professores, ou seja:

[...] nenhum professor tomará as decisões isoladas, pois os estudantes não são responsabilidade única desse ou daquele professor, e sim da equipe escolar e da comunidade. Também não há sobreposição do conhecimento de um professor sobre o do outro, pois no Ensino Colaborativo, os saberes e experiências de cada profissional são valorizados igualmente, uma vez que se entende que a soma e a troca de conhecimentos diferenciados entre eles potencializará a construção de práticas mais inclusivas. (CAPELLINI; ZERBATO, 2019, p .41)

No Ensino Colaborativo, todos os professores e profissionais da equipe escolar compartilham a responsabilidade de garantir a inclusão e o progresso dos estudantes. A colaboração entre os docentes e a troca de informações são fundamentais para um atendimento mais efetivo e abrangente.

As autoras Capellini e Zerbato desatacam que “Apesar de alguns documentos oficiais mencionarem a importância de uma atuação colaborativa entre os profissionais, não há clareza de como deve ser construída tal parceria.” (CAPELLINI; ZERBATO, 2019, p. 14), desta forma não há clareza de como o Ensino Colaborativo pode efetivamente acontecer, desta forma vemos oportunidades de fazê-lo de uma maneira que atenda à realidade de cada Unidade escolar.

Os profissionais da escola, entretanto, ainda atuam individualmente nas suas salas de aula, por isso não possuem respostas para a maior parte das dificuldades apresentadas pelas crianças e não conseguem concretizar processos reais de aprendizagem. Dessa forma, a ideia-chave para promover a inclusão escolar é colocar professores de Educação Especial e Ensino Comum para trabalharem juntos. (MENDES; VILARONGA; ZERBATO, 2022, p. 18).

O Ensino Colaborativo reconhece e valoriza os saberes e experiências de cada profissional envolvido no processo educativo. Não há sobreposição de conhecimentos, mas sim uma complementaridade que enriquece as práticas pedagógicas e promove uma abordagem mais inclusiva.

O objetivo é o de trazer saberes entre o ensino especial e o comum, combinando as habilidades dos dois professores. Quando os indivíduos possuem diversidade de modelos, entende-se que há mais possibilidade de desenvolvimento, e o espaço escolar é um espaço privilegiado e para contribuir com esse desenvolvimento. A construção de um trabalho de parceria entre os professores possibilita o aprendizado de novas práticas para o acesso de todos os alunos ao conhecimento. A adequação curricular, o planejamento de estratégias e a elaboração dos recursos adequados são realizados de maneira conjunta em prol da aprendizagem do educando.

Souza et. al. (2017, p. 6) afirmam que:

É de grande importância, da mesma forma, que o professor trabalhe de forma colaborativa com outros profissionais da educação a fim de perceberem os avanços e retrocessos de seus alunos. As parcerias são essenciais para que se atinja o máximo do desenvolvimento das potencialidades do aluno, pois ninguém é possuidor de todos os saberes.

A razão pela qual essa colaboração é tão crucial reside na diversidade de perspectivas que cada profissional traz para o processo educacional. Cada um deles possui conhecimentos e habilidades específicas em suas respectivas áreas de atuação, o que se torna valioso quando se trata de entender e atender às necessidades individuais dos alunos. Capellini e Zerbato (2019, p. 35) destacam que o Ensino Colaborativo é baseado na abordagem social da deficiência, ou seja, pressupõe que a escola deve ser modificada para atender os estudantes e não o contrário. As autoras ressaltam que o Ensino Colaborativo não está garantido nos documentos normativos e políticas da Educação Especial, apesar desses documentos apontarem a importância da construção de um trabalho colaborativo e a elaboração de um planejamento que atenda às diferenças. (CAPELLINI; ZERBATO, 2019, p.37)

As autoras Capellini e Zerbato (2019, p. 38) afirmam que uma das características do Ensino Colaborativo consiste em tratar-se “de um serviço de apoio especializado, no qual estudantes PAEE (Público Alvo da Educação Especial) recebem educação especializada e serviços relacionados à sua escolarização, no próprio contexto da sala de aula comum da escola regular”. As autoras apresentam o Ensino Colaborativo como uma nova possibilidade de trabalho para efetivação da escolarização e aprendizado dos estudantes PAEE, com intuito de soma-los aos serviços de atendimento educacionais especializados já existentes.

As autoras Machado e Almeida afirmam que:

[...] pesquisas realizadas no Brasil e, principalmente, em outros países, sugerem que o trabalho colaborativo entre professores traz várias vantagens para escolas, professores e alunos. As escolas tornam-se inclusivas, os professores aprendem a refletir sobre as suas práticas, aprendem novas formas de enfrentar as dificuldades e tornam-se mais autoconfiantes. (MACHADO; ALMEIDA, 2010, p.344)

Podemos dizer que o Ensino Colaborativo pressupõe clareza no papel de cada profissional atuante na escolarização do aluno público da Educação Especial. Ambos professores participam plenamente do processo de ensino aprendizagem dos alunos, embora de formas diferentes. Não há segregação, não há a ideia de que esses são “meus alunos” e esses são “seus alunos” haja vista que se trata de um trabalho de parceria entre os dois profissionais. Nesse contexto,

O professor especializado e o professor do ensino comum dividem a responsabilidade do ensino, os erros e os acertos. Por isso, o profissional da Educação Especial não entra na sala de aula para supervisionar, criticar, ou

para ensinar o que os outros devem fazer, [...] a meta comum, é favorecer a aprendizagem e o acesso ao currículo, por todos os estudantes (CAPELLINI; ZERBATO, 2019, p. 39).

O trabalho colaborativo entre os dois profissionais contribui na reflexão e planejamento das práticas pedagógicas, ampliando, dessa maneira, as possibilidades de os alunos terem acesso a um ensino de qualidade. A articulação entre esses dois profissionais contribui na qualificação do trabalho pedagógico desenvolvido com os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Quando não há colaboração entre os professores, há uma fragmentação das reais necessidades especiais de aprendizagem do aluno, como se na sala de aula comum se aprendesse de uma forma e na sala de recursos de aprendesse de outra. As ações de articulação e planejamento devem ser mais constantes, pois um trabalho colaborativo proporciona o acesso ao conhecimento a todos os alunos.

Borges (2000) expõe sobre a importância da colaboração entre os professores capacitados e especializados:

Visto que o atendimento educacional especializado não é substitutivo do ensino comum e tem como função complementar e suplementar visando a eliminar barreiras que dificultem o aprendizado dos alunos público-alvo da educação especial, a articulação, a colaboração entre os professores capacitados e especializados tornam-se princípios-chave nesse processo. (BORGES, 2000, p. 33).

Trabalhar de maneira colaborativa envolve desafios a serem enfrentados, pois partimos do princípio de que todos os profissionais envolvidos no processo de escolarização do aluno são corresponsáveis pelo processo de aprendizagem dos mesmos.

A articulação entre a sala de aula comum e o atendimento educacional especializado pressupõe “criar pontes”, ou seja, interagir, afetar um ao outro em uma relação de diálogo constante. Capellini (2004, p. 54) ressalta que:

A efetivação de uma proposta de educação inclusiva tem como condição essencial: apoios, recursos, além de um bom clima na escola e na sala de aula. O trabalho em colaboração envolve não somente os docentes, como também os pais. O trabalho cooperativo implica, além desses elementos um nível de igualdade na relação e uma complementação nos conhecimentos, pontos de vista e perspectivas. No trabalho colaborativo e/ ou cooperativo, ninguém é mais que ninguém! O especialista não é mais que o docente. São iguais.

A colaboração pressupõe duas ou mais pessoas trabalhando juntas, usando planejamento sistematizado e procedimentos de resolução de problemas para alcançar resultados desejados. A soma e a troca de conhecimentos diferenciados entre os professores e profissionais da equipe escolar têm o potencial de enriquecer as práticas pedagógicas, favorecendo a identificação e a implementação de estratégias mais adequadas para atender às necessidades específicas dos estudantes.

Capellini (2004, p. 25) adverte que:

Entretanto, a redefinição de papéis desses educadores que ao longo da história trabalharam sozinhos, com diferentes enfoques para um novo modelo de parceria, que é demandada pela filosofia da inclusão escolar, vem sendo pouco investigada em nosso país e estas redefinições na atuação, certamente trarão implicações norteadoras de mudanças nos processos de formação de seus educadores.

Os docentes planejam com frequência, porém geralmente fazem isso de maneira isolada. Ao contrário disso, o Ensino Colaborativo por ser entendido como um sistema de parceria entre os profissionais da educação, que se envolvem para pensar nos desafios do estudante público da educação especial. Isso requer um trabalho de parceria, pensar e, aulas diversificadas que levem em consideração o sucesso da aprendizagem de todos os alunos.

O Ensino Colaborativo envolve uma ação coletiva e colaborativa, em que cada membro da equipe contribui com suas habilidades e conhecimentos para alcançar objetivos comuns. Isso fortalece o trabalho conjunto em prol da inclusão e do sucesso educacional de todos os alunos.

Essa abordagem centrada na colaboração e na troca de conhecimentos cria um ambiente mais rico e propício para o desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes, permitindo que cada aluno seja atendido de forma mais personalizada e efetiva. A valorização do trabalho em equipe e a compreensão de que a inclusão é uma responsabilidade compartilhada são pilares fundamentais para uma educação mais inclusiva e de qualidade.

As autoras Gomes e Barby (2022, p. 289) afirmam que:

Neste contexto, os termos “colaboração” e “cooperação”, têm uma dimensão relacionada as ajudas recíprocas, como sinônimo, o que leva a reflexão na área da educação especial como um pilar de cooperação e colaboração entre professores, gestores, alunos e famílias que compõem o universo das escolas inclusiva. A relevância da compreensão de um conceito mais

complexo está relacionada a definição da função exercida pelo professor do AEE.

A autora Borges (2020, p. 53) sugere que “O diálogo constante e o planejamento entre o professor especializado e o professor de sala de aula comum seja uma ação que realmente aconteça. No entanto, o fato de os professores atuarem em horários distintos dificulta o processo”.

Glat e Pletsch (2013, p. 54) destacam que “Um dos grandes desafios da inclusão escolar é justamente favorecer o desenvolvimento específico de um sujeito num contexto coletivo”. Isso significa que a escola precisa oferecer a garantia de um espaço que possa atender às necessidades educacionais e pessoais individuais. Isso inclui uma variedade de práticas educativas, incluindo o Ensino Colaborativo, tornando a escola mais inclusiva e acessível para todos os alunos.

Capellini e Zerbato (2019, p. 48) destacam que poucos professores e profissionais de apoio têm tido a oportunidade de receber formação e praticar habilidades colaborativas. Por isso, é importante que os profissionais não sejam obrigados a trabalharem em colaboração, é preciso formação e treinamento dessas habilidades para o sucesso do trabalho colaborativo.

Nota-se que a ação pedagógica planejada e articulada tem se tornado pouco trabalhada na escola, pois os estudos sinalizam que o atendimento educacional especializado tem acontecido de modo desconectado da sala de aula comum (BORGES, 2020, p. 54).

Desta forma, entendemos o Ensino Colaborativo como o compartilhamento das responsabilidades, pois não é possível que um único profissional possa dar conta de saber sobre todas as metodologias para atendimento das especificidades de cada estudante. Sendo assim, Capellini e Zerbato (2019, p. 34) corroboram que o trabalho em parceria pode ser um caminho muito valioso para o favorecimento do aprendizado aos estudantes.

No Ensino Colaborativo, ambos professores participam plenamente do processo de ensino aprendizagem do aluno PAEE. Capellini e Zerbato (2019, p. 39) indicaram que:

No Ensino Colaborativo, professor especializado e o professor do ensino comum dividem a responsabilidade do ensino, os erros e os acertos. Por isso, o profissional da Educação Especial não entra na sala de aula para supervisionar, criticar, ou para ensinar o que os outros devem fazer, mas sim,

para contribuir, aprender e somar, ou seja, colaborar com a meta comum, que é favorecer a aprendizagem e o acesso ao currículo, por todos os estudantes.

Os professores especializados e do ensino comum dividem a responsabilidade pela aprendizagem dos alunos. Eles trabalham juntos para identificar as necessidades e habilidades de cada estudante e para planejar e implementar estratégias adequadas para atender a essas necessidades.

No Ensino Colaborativo, os professores valorizam as experiências e conhecimentos uns dos outros. A troca de ideias e a colaboração permitem que ambos os profissionais aprendam e cresçam juntos, enriquecendo as práticas pedagógicas.

O objetivo central do Ensino Colaborativo é favorecer a aprendizagem e o acesso ao currículo por todos os estudantes. Os professores trabalham em conjunto para garantir que todas as crianças e jovens tenham as oportunidades e o suporte necessários para se desenvolverem plenamente.

Borges (2020, p. 29) reitera sobre a relevância do trabalho colaborativo ao afirmar ser:

Importante evidenciar a relevância do trabalho colaborativo, por ajudar os profissionais da escola a refletir e a planejar as práticas pedagógicas visando à qualificação do trabalho pedagógico desenvolvido com os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. As ações colaborativas ampliam as possibilidades de os alunos terem acesso ao conhecimento e a constituição de um ensino de qualidade.

Ao promover a colaboração entre os profissionais da educação, é inevitável que surjam desafios e dificuldades. Cada indivíduo traz consigo experiências, perspectivas e habilidades diferentes, o que pode gerar atritos e conflitos no processo de colaboração. Além disso, a diversidade de opiniões e visões de mundo também pode contribuir para o surgimento de tensões e desafios na busca por um consenso ou uma abordagem comum.

No entanto, é importante ressaltar que o trabalho colaborativo também traz consigo alegrias e possibilidades. Quando os profissionais da educação superam esses desafios e conseguem trabalhar de forma harmoniosa, os resultados são extremamente gratificantes. A troca de conhecimentos, experiências e recursos entre os professores pode levar a soluções inovadoras, práticas pedagógicas mais eficazes e um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo.

A autoras Capellini e Zerbato (2019) contribuem ao afirmar que:

A construção de um trabalho de parceria com o professor especialista poderia minimizar essa dificuldade, apresentada pelos professores do ensino comum, visto que o trabalho em conjunto possibilitaria o aprendizado de novas práticas para o acesso de todos ao conhecimento. (p. 29)

Ao trabalhar em conjunto, os professores do ensino comum podem se beneficiar da expertise do professor especialista em determinadas áreas de conhecimento ou necessidades específicas dos alunos. O professor especialista pode oferecer orientações sobre metodologias diferenciadas, recursos educacionais adaptados e estratégias de ensino que atendam às necessidades de todos os alunos.

Além disso, a parceria também pode abrir espaço para a troca de ideias, discussões e planejamento conjunto. Os professores do ensino comum podem aprender com as abordagens e experiências do professor especialista, ampliando seu repertório de práticas pedagógicas e aperfeiçoando sua habilidade de adaptar o ensino para atender a diversidade de alunos em sala de aula.

Essa colaboração entre professores pode contribuir para um acesso mais inclusivo ao conhecimento, permitindo que todos os alunos tenham oportunidades de aprendizagem significativas. Ao compartilhar responsabilidades e trabalhar em conjunto, os professores podem desenvolver estratégias mais eficientes para lidar com as dificuldades e desafios que surgem no contexto educacional.

No contexto do ensino colaborativo, é fundamental reconhecer e valorizar os saberes e experiências de cada profissional envolvido. Ao trabalhar em equipe, os professores podem compartilhar seus conhecimentos e experiências de forma igualitária, reconhecendo que a soma dessas perspectivas diferentes pode enriquecer as práticas pedagógicas e contribuir para a construção de um ambiente de aprendizado mais inclusivo. O ensino colaborativo enquanto estratégia de ensino vem se mostrando eficaz, porém desafiador, exigindo de seus participantes uma atuação que geralmente era realizado de modo individual e hoje vem necessitando de um trabalho em equipe. (DAVID E CAPELLINI, 2014, p. 193).

Nesse sentido, o trabalho colaborativo entre os professores permite a troca de conhecimentos diferenciados, potencializando o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais eficazes e adaptadas às necessidades dos estudantes. Ao valorizar a diversidade de perspectivas, a equipe escolar pode explorar diferentes abordagens e estratégias, buscando atender às necessidades individuais dos alunos de maneira mais abrangente.

Além disso, a colaboração entre os professores também pode envolver outros profissionais da escola, como orientadores educacionais, psicólogos, assistentes sociais e especialistas em inclusão. Essa abordagem multidisciplinar fortalece ainda mais o suporte oferecido aos estudantes, considerando suas dimensões acadêmicas, sociais e emocionais.

No ensino colaborativo, os saberes e experiências de cada profissional são valorizados igualmente, reconhecendo que a troca de conhecimentos e a colaboração entre os membros da equipe escolar podem potencializar a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e efetivas.

Capellini e Zerbato (2019, p. 43) afirmam que “Os dois professores decidirão juntos, a melhor maneira de se trabalhar em conjunto, podendo sempre ser reavaliado o formato do trabalho, de acordo com os objetivos que buscam alcançar.” Os dois professores colaborarão em conjunto para determinar a melhor abordagem de trabalho em equipe, levando em consideração os objetivos que desejam alcançar. Eles terão a flexibilidade de reavaliar e ajustar continuamente o formato de trabalho, conforme necessário, com o objetivo de atingir os melhores resultados para os alunos envolvidos. Através de um diálogo aberto e uma comunicação constante, eles poderão compartilhar ideias, estratégias e recursos, garantindo que estejam alinhados e trabalhando em harmonia para promover o sucesso educacional e inclusão dos alunos. Essa parceria colaborativa permitirá uma abordagem mais eficaz e adaptável, visando sempre o bem-estar e o progresso dos estudantes.

2.5 Utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) entre os professores

A atividade humana na sociedade contemporânea está profundamente entrelaçada com a presença e o impacto da tecnologia. Hoje, é praticamente impossível compreender e analisar as ações e relações humanas sem considerar a influência dos artefatos tecnológicos. A tecnologia se estende por todas as esferas da vida cotidiana, desde a maneira como nos comunicamos até como trabalhamos, aprendemos, nos entretemos e até mesmo como cuidamos de nossa saúde.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) contemporâneas têm provocado a imperativa demanda por uma constante busca pela superação do conhecimento. Diante desse contexto, é essencial que busquemos incessantemente novos caminhos para aprimorar nossa fluência e abrir novas portas ao saber.

Com o avanço tecnológico, surgiram novas ferramentas que possibilitam a criação de recursos que possam facilitar a comunicação entre os profissionais e acesso a uma vasta gama de informações que possam facilitar a prática docente.

Nesse contexto, Valente afirma que as TIC's podem ser “[...] extremamente úteis como ferramentas cognitivas, desempenhando diferentes papéis” (VALENTE, 2014, p. 144).

A rápida evolução das TIC tem transformado profundamente a maneira como interagimos com o conhecimento e o mundo ao nosso redor. Acesso à informação, comunicação global instantânea e a capacidade de colaborar em escala global são algumas das oportunidades oferecidas por essas tecnologias. No entanto, para aproveitar plenamente essas vantagens, precisamos cultivar uma atitude de aprendizado contínuo e adaptabilidade.

Machado (2021) contribui ao afirmar que:

A atividade humana, nos dias de hoje, não pode ser descrita, muito menos analisada, sem considerar o elemento da tecnologia como parte essencial das relações, de modo que, em alguns momentos, o ser humano torna-se refém dos artefatos tecnológicos, cuja utilização é componente fundamental na atualidade. (MACHADO, 2021, p. 10).

Esta afirmação destaca a importância da tecnologia na vida cotidiana das pessoas e na sociedade como um todo. Ela indica que o uso das tecnologias se tornou

tão comum e generalizado que se tornou praticamente impossível descrever ou analisar atividades humanas sem considerar o seu uso.

A constante evolução das TIC significa que o conhecimento se torna rapidamente obsoleto em muitas áreas. Portanto, é fundamental adotar uma abordagem de melhoria constante e buscar oportunidades para expandir nosso repertório de habilidades e conhecimentos. Isso não apenas nos mantém relevantes em um mundo em constante transformação, mas também nos capacita a enfrentar desafios complexos e a contribuir de forma significativa para a sociedade.

As tecnologias da informação e comunicação (TIC) têm assumido um importante papel enquanto recursos pedagógicos que podem potencializar os processos de ensino aprendizagem (MACHADO, 2021, p. 4) e desempenham um papel vital na promoção da comunicação entre professores, aprimorando a colaboração e o compartilhamento de conhecimento no campo da educação. Em um mundo cada vez mais conectado, essas tecnologias têm um impacto significativo nas interações entre educadores em vários níveis

Schuhmacher (2017, p. 2) ressalta que “A construção de conhecimentos apropriados à utilização adequada das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para fins educativos apresenta-se como uma nova barreira a ser superada pelos professores.”

A incorporação efetiva das TIC na prática pedagógica requer uma série de competências específicas, bem como uma reflexão sobre sua relevância e impacto na aprendizagem dos alunos. As TIC atuais demandam que cultivemos uma mentalidade de aprendizado contínuo e constante superação do saber. Devemos abraçar a oportunidade de explorar novos territórios de conhecimento

O autor Schuhmacher (2017, p. 2) ainda afirma que “Para dar conta dessa inserção no cenário educacional é solicitado aos professores novos saberes e competências para lidar criticamente com as TIC em seu dia a dia docente.”

Pereira et al. discorre sobre que as atuais TIC provocam “[...] necessidade de constante superação do saber, de forma que devemos buscar novos caminhos de fluência e abertura do conhecimento” (PEREIRA et al., 2016, p. 61).

O acesso à informação nas últimas décadas tornou-se cada vez mais democratizado, em grande parte devido ao desenvolvimento e popularização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Com o acesso à internet e o

aumento do número de dispositivos móveis conectados, o fluxo de informações e a quantidade de conteúdos na rede cresceu exponencialmente, tornando mais fácil e rápido obter informações e conhecimentos sobre diversos temas.

Machado contribui a afirmar que:

O acesso à informação nas últimas décadas assumiu um caráter mais democrático, acarretando uma mudança de comportamento na sociedade atual, uma vez que os recursos digitais permitem, hoje, a interação e a criação de novas linguagens que levam à reflexão e ao posicionamento crítico no processo de construção do conhecimento (MACHADO, 2021, p. 7).

Desta forma, podemos afirmar que os professores também fazem parte da sociedade e, portanto, estão sujeitos às mesmas mudanças decorrentes da utilização das tecnologias da informação e comunicação. Como profissionais da educação, é fundamental que os professores estejam atualizados e capacitados para lidar com as novas demandas trazidas pelas tecnologias e utilizá-las ao seu favor, como por exemplo como um espaço de colaboração entre si.

A utilização de uma tecnologia colaborativa é proposta com o objetivo de superar a forma individualizada de trabalho de muitos docentes. Segundo Machado (2021, p. 6):

Esse movimento se dá a partir do entendimento de que o isolamento a que está vinculado historicamente o trabalho docente em nada contribui no enfrentamento das situações latentes na escola e que desafiam os professores em seu cotidiano

Desta forma, as TICs podem ser uma ferramenta valiosa para promover a colaboração entre os professores, permitindo que eles compartilhem experiências, conhecimentos e estratégias de ensino, além de proporcionar um espaço para discussão e reflexões conjuntas sobre as práticas pedagógicas.

Valente contribui ao afirmar que:

Do ponto de vista da construção de conhecimento, a cooperação que acontece entre pessoas de um determinado grupo é uma das maneiras mais interessantes de uso das facilidades de comunicação das TDICs. (VALENTE, 2014, p. 145)

Por meio da formação continuada mediada por tecnologias, os professores têm a oportunidade de desenvolver competências digitais, refletir sobre sua prática pedagógica, compartilhar experiências, buscar novos conhecimentos e inovar em suas abordagens de ensino. Essa abordagem dinâmica e colaborativa na formação

contribui para o aprimoramento profissional e para a promoção de uma educação de qualidade, alinhada aos desafios da sociedade contemporânea.

Almeida corrobora desta afirmativa e destaca que:

O uso das tecnologias pela ótica da formação continuada, considerando as premissas da autoformação e da aprendizagem colaborativa, pode ser compreendido como uma importante ferramenta que possibilita e amplia as condições de interação e cooperação entre os docentes, favorecendo os processos formativos (ALMEIDA, 2021, p. 7).

É possível ampliar o repertório de conhecimentos e habilidades dos professores, tornando-os mais preparados para enfrentar os desafios do cotidiano escolar, principalmente os desafios ligados à inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas e proporcionando aos discentes uma educação de qualidade. Pereira et al. (2016) contribui afirma que os sistemas de informação e as redes de computadores estão desempenhando um papel primordial na criação de um ambiente cooperativo e é por meio desses instrumentos que se dará a comunicação.

Através desta afirmativa podemos concluir que os sistemas de informação e as redes de computadores desempenham um papel cada vez mais crucial em nossa sociedade moderna, especialmente no contexto educacional e colaborativo. Eles fornecem a infraestrutura necessária para estabelecer comunicações eficientes e eficazes entre professores, alunos e outros profissionais envolvidos no processo educacional.

O autor Menezes (2014, p. 287) entende que:

A utilização efetiva dos recursos tecnológicos independe exclusivamente de sua disponibilização e do mero conhecimento técnico para sua utilização, pois se faz necessária, também, a compreensão da utilização desses recursos a partir de uma perspectiva educacional.

Ter acesso a tecnologias e conhecer suas funcionalidades técnicas é apenas o primeiro passo. A verdadeira eficácia na utilização desses recursos emerge quando se compreende como eles podem ser integrados de forma significativa no contexto educacional. Isso implica considerar como as tecnologias podem aprimorar o processo de ensino-aprendizagem, promover a participação dos alunos e ampliar as oportunidades de aprendizado. A utilização efetiva dos recursos tecnológicos no contexto educacional vai além da simples disponibilidade e do conhecimento técnico. Ela requer uma compreensão sólida de como essas tecnologias podem ser aproveitadas de maneira educacionalmente significativa, alinhando-as com os

objetivos pedagógicos e avaliando constantemente seu impacto no aprendizado dos alunos.

As tecnologias de informação estão desempenhando um papel significativo na promoção da comunicação entre professores, impulsionando a colaboração, a partilha de recursos e o desenvolvimento profissional. Essas ferramentas são fundamentais para o avanço da educação e o compartilhamento de melhores práticas no campo educacional.

Valente (2014, p. 142) destaca que:

A presença das tecnologias digitais de comunicação e educação (TDICs) no nosso dia a dia tem alterado visivelmente os meios de comunicação e como nos comunicamos. As possibilidades e o potencial que essas tecnologias oferecem para a comunicação são enormes. É possível vislumbrar mudanças substanciais nos processos comunicacionais, alterando a maneira como recebemos e acessamos a informação.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Os procedimentos metodológicos adotados para a coleta de dados se caracterizam por uma abordagem qualitativa, com o objetivo de estudar o fenômeno de modo aprofundado. A abordagem qualitativa é frequentemente adotada em pesquisas que buscam compreender um fenômeno de forma aprofundada, explorando significados, perspectivas e experiências dos participantes. O foco é a preocupação com o contexto do local do estudo.

Bogdan e Biklen (1994) entendem que, “as ações podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual que ocorrem” (p.48). Desta forma, observação em contexto natural permite que os pesquisadores examinem as ações e interações das pessoas em seu ambiente real, sem interferências artificiais ou distorções que poderiam ocorrer em ambientes controlados. Isso pode proporcionar uma compreensão mais completa e precisa do comportamento humano.

O autor Zanette (2017, p. 159) contribui ao afirmar que:

[...] o uso do método qualitativo gerou diversas contribuições ao avanço do saber na dinâmica do processo educacional e na sua estrutura como um todo: reconfigura a compreensão da aprendizagem, das relações internas e externas nas instâncias institucionais, da compreensão histórico-cultural das exigências de uma educação mais digna para todos e da compreensão da importância da instituição escolar no processo de humanização.

Nesse tipo de abordagem, o pesquisador busca compreender o fenômeno estudado a partir da perspectiva dos participantes, e para isso, ela se envolve e interage com o grupo, observando e registrando informações em primeira mão. Esse envolvimento pode permitir ao pesquisador uma melhor compreensão do objeto estudado, uma vez que ele tem a oportunidade de escutar as narrativas dos participantes, entender as nuances do contexto, e obter dados e informações que não seriam possíveis por outros métodos. O pesquisador torna-se parte integrante do grupo, estabelece com trocas discursivas sobre o objeto em questão. Neste sentido, participa, ativamente, da reflexão e, conseqüentemente, da construção de novas concepções sobre esse objeto, sobre esse fenômeno (AZAMORW, 2021, p.140).

Trata-se de uma abordagem qualitativa, pois será baseada na escuta dos professores por meio da fonte oral para que possamos entender por meio de

entrevistas qual é o tipo de relação de trocas de informações estabelecidas entre eles e o professor da sala de recursos multifuncionais.

A abordagem qualitativa permite explorar e compreender o fenômeno de interesse a partir das perspectivas dos participantes, fornecendo uma visão mais rica e contextualizada das interações. Ao ouvir os professores por meio de entrevistas é possível capturar suas experiências subjetivas, compreender os significados atribuídos às trocas de informações e obter insights sobre as dinâmicas envolvidas nesse contexto específico.

Minayo, Desalandes e Gomes (2009, p. 21) destacam que “A pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Isso implica uma ênfase na compreensão dos significados atribuídos pelos participantes às suas experiências, assim como nas motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes que influenciam seus comportamentos.

Quanto a isso, Mussi (2019, p. 423) nos elucidada que:

[...] a pesquisa qualitativa nos permite enveredar por situações que os números muitas vezes não conseguem responder. Um desses fatores pode ser utilizado através do uso da memória como fonte de pesquisa. A Fonte Oral vem conquistando a adesão de teóricos que a defendem como um meio legal e importantíssimo de se pesquisar em alguns setores da História e de outras ciências.

A pesquisa qualitativa tem como objetivo principal a compreensão dos fenômenos sociais em sua complexidade, levando em consideração os aspectos subjetivos e simbólicos que permeiam as relações sociais. A coleta de dados será por meio de observações e entrevistas semiestruturadas. Desta forma, pode-se classificar esta pesquisa como participante, ou pesquisa participativa. Azamorw (2021, p. 140) contribui ao afirmar que “O caráter participativo da pesquisa indica uma atuação linear entre os sujeitos. O conhecimento de cada um é importante para as trocas que se estabelecem a fim de se atingirem alguns objetivos. Neste sentido, todos aparecem em cena, todos tem voz.”

Isso significa que todos têm voz e participam ativamente da construção do saber. Na observação participante, as entrevistas realizadas pelo investigador se assemelham geralmente como uma conversa entre amigos, levando-se em consideração o fato de se conhecerem anteriormente (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Para Brandão (1992, p. 10), pesquisar é participar, ou seja, “O pesquisador não pode se limitar a observar a realidade de forma distanciada e neutra, mas deve se envolver ativamente no processo de pesquisa, dialogando com os sujeitos e promovendo a reflexão e a construção coletiva do conhecimento”. O autor argumenta que: “a pesquisa participante implica participação efetiva, uma prática social, uma ação.”

O autor Zanette (2017), apresenta a entrevista como um mecanismo pertinente para se dar lugar a palavra ao outro a fim de se construir dados em pesquisas de campo. Ainda contribui ao dizer que:

Ela não se reduz a uma troca de perguntas e de respostas previamente preparadas, mas é concebida como uma produção de linguagem, portanto, dialógica. Os sentidos são criados na interlocução e dependem da situação vivenciada, dos horizontes espaciais ocupados pelo pesquisador e pelo entrevistado. As enunciações acontecidas dependem da situação concreta em que elas se realizam, da relação que se estabelece entre os interlocutores, ou seja, depende de com quem se fala. Na entrevista é o sujeito que se expressa, mas sua voz carrega o tom de outras vozes, refletindo a realidade de seu grupo, gênero, etnia, classe, momento histórico e cultural (ZANETTE, 2017, p. 163).

Enfatizamos que os aspectos metodológicos da coleta das entrevistas dos professores do ensino regular e professor da sala de recursos multifuncionais, população alvo do trabalho seguem a preconização de Haguete (1997), Bogdan e Biklen (1994) e Zanette (2017).

A entrevista qualitativa oferece uma oportunidade única de explorar os significados atribuídos pelo entrevistado ao seu mundo, desvendar suas percepções subjetivas e fornecer uma compreensão aprofundada do fenômeno em estudo. De acordo com Haguete (1987, p. 86) “A entrevista pode ser definida como um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. Os autores Bogdan e Biklen (1994, p. 136) definem que boas entrevistas: “[...] produzem uma riqueza de dados, recheados de palavras que revelam as perspectivas dos respondentes. As transcrições estão repletas de detalhes e de exemplos”.

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa valoriza a compreensão das narrativas, dos discursos e das perspectivas dos participantes, permitindo que suas vozes sejam ouvidas e suas experiências sejam levadas em consideração. Ela se preocupa em

descrever e interpretar as complexidades do mundo social, em vez de reduzir os fenômenos a variáveis mensuráveis e isoladas.

3.1 Contexto da Pesquisa

A escola, lócus da pesquisa, está localizada no município de Magé, região da Baixada Fluminense, distante 62 km da capital do Rio de Janeiro. Funciona em dois turnos (manhã e tarde) e atende os anos iniciais do Ensino Fundamental.

A Escola possui, até o presente momento, 303 alunos matriculados, destes, 25 (8,25%) são considerados público da Educação Especial atendidos no contraturno pelo serviço da Sala de Recursos Multifuncionais.

As modalidades ofertadas pela escola são: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Atendimento Especializado. Os alunos público da Educação Especial (PAEE) são atendidos pela sala de recursos no contraturno das suas respectivas aulas. A instituição de ensino está situada dentro dos limites urbanos da cidade.

Em relação à estrutura física, unidade é composta por 7 salas de aula, 1 parquinho que fica localizado na parte dos fundos da unidade, 1 refeitório, 3 banheiros, sendo 2 para uso dos alunos e 1 para funcionários. A escola também conta com 1 sala para direção escolar, 1 sala para planejamento dos professores, 1 secretaria e 1 sala de recursos multifuncionais que fica na parte da frente.

Atualmente a escola possui 16 professores, sendo dois deles professores atuantes da Sala de Recursos Multifuncionais com formação continuada em Educação Especial e os demais das classes regulares.

3.2 Sujeitos da Pesquisa

Nesta pesquisa, teremos como sujeitos 14 (catorze) professores do Ensino Fundamental I, com média de idade de 46,07 anos (Desvio Padrão= 11,3) e uma média de tempo de docência de 21,2 (Desvio Padrão= 9,8), revelando ser um grupo heterogêneo em relação a idade e que, por conseguinte, já superou a fase da descoberta e da sobrevivência do início da carreira docente (HUBERMAN, 2000).

Todos estes professores possuem em suas turmas pelo menos um aluno em processo de inclusão e que são atendidos pelo Atendimento Educacional

Especializado (AEE). O regime de trabalho dos participantes é de 22h e 20 min, sendo 1/3 deste tempo de planejamento.

3.3 Coleta de Dados

Conforme evidenciado até aqui, a prática do Ensino Colaborativo é a principal motivação deste trabalho. Desta forma, apresentamos nesta seção o percurso metodológico da estratégia para coleta de dados dos professores participantes da pesquisa, a saber:

3.3.1 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

O primeiro passo para coleta de dados será por meio da observação participante na escola lócus da pesquisa, definido segundo Minayo (2009, p. 70) como:

[...] um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. A proximidade do pesquisador com o grupo estudado é uma premissa do trabalho qualitativo, pois ao invés de ser um inconveniente, é uma necessidade.

Ao se colocar como observador participante, o pesquisador tem a oportunidade de vivenciar e experimentar diretamente o ambiente social em estudo, interagindo com os participantes e observando suas ações, comportamentos e interações de maneira mais imersiva. Isso permite uma compreensão mais rica e contextualizada do fenômeno, uma vez que o pesquisador pode capturar nuances, dinâmicas e aspectos não verbais que podem não ser evidentes apenas por meio de observação externa. De acordo com Minayo (2004, p. 21):

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não se podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A autora Azamorw (2021, p. 140) afirma que “A utilização da técnica de observação participante possibilitará uma aproximação com o campo, com os sujeitos

e com o objeto de forma mais aprofundada. Essa aproximação dará ao pesquisador um conhecimento inicial valioso”.

Essa observação direta e participante permite ao pesquisador capturar nuances, detalhes e aspectos não verbalizados que podem ser perdidos por meio de outros métodos de coleta de dados. Neste momento, não serão feitas perguntas, nem direcionar, mas sim perceber as relações espontâneas estabelecidas entre os professores da classe regular e da sala de recursos.

Bogdan e Biklen (2004) destacam que a observação funciona como um instrumento investigativo de grande valor, pois o pesquisador se insere no ambiente a ser pesquisado, com a possibilidade de se conhecer perspectivas, visão de mundo e valores dos participantes.

Desta forma, a pesquisadora irá observar e coletar dados acerca dos seguintes pontos: i) dinâmica dos atendimentos realizados na sala de recursos, ii) frequência e assiduidade dos alunos, iii) quais são as deficiências apresentadas pelos alunos, iv) como ocorre a troca de informações entre a professora do ensino regular e professora da sala de recursos, v) proposta da educação inclusiva do município e conseqüentemente da escola em questão, vi) dados quantitativos dos alunos com Necessidades educacionais especiais atendidos pela escola, vii) como é a dinâmica da interação com a família dos alunos com necessidades educacionais especiais.

3.3.2 ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

O segundo passo para coleta de dados dar-se-á por meio de entrevista semiestrutura, definida por Minayo (2009, p. 64) como comunicação verbal que combina perguntas abertas e fechadas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se perder à indagação formulada.

Busca-se por meio dessas entrevistas, fazer um levantamento do que pensa, sente e almeja o professor do ensino regular a respeito da proposta do ensino colaborativo.

3.3.3 CATEGORIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

A categorização dos participantes em uma pesquisa qualitativa desempenha um papel crucial na análise e interpretação dos dados coletados. A caracterização dos sujeitos pesquisados é importante para contextualizar a pesquisa, identificar a representatividade da amostra, analisar os dados em relação às características dos sujeitos, garantir a validade interna e externa da pesquisa, bem como promover transparência e replicabilidade dos resultados. O quadro abaixo trata-se da caracterização dos professores:

Segundo Gomes (2004, p. 70): “A palavra *categoria*, em geral, se refere a um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si. Essa palavra está ligada à ideia de classe ou série”.

De maneira similar, na análise dos dados de nossas pesquisas, a utilização de categorias auxilia na organização, distinção, agregação, classificação e validação das respostas obtidas por meio dos nossos instrumentos de coleta de dados.

Entretanto, os autores André e Ludke alertam que:

A categorização, por si mesma, não esgota a análise. É preciso que o pesquisador vá além, ultrapasse a mera descrição, buscando realmente acrescentar algo à discussão já existente sobre o assunto focalizado. Para isso ele terá que fazer um esforço de abstração, ultrapassando os dados, tentando estabelecer conexões e relações que possibilitem a proposição de novas explicações e interpretações (ANDRÉ; LUDKE, 1986, p. 49).

A atenção à categorização dos dados é um aspecto importante na pesquisa, especialmente na abordagem qualitativa. As categorias permitem organizar, agrupar e classificar as informações coletadas, facilitando a compreensão e a análise dos dados. No entanto, é fundamental que o pesquisador vá além das categorias estabelecidas e busque extrair novidades e insights dos dados.

Para categorizar os participantes, utilizamos critérios como idade, estado civil, tempo de magistério, gênero, cor e formação acadêmica. Essas categorias foram selecionadas com base na relevância para o tema em estudo e com o objetivo de obter uma compreensão abrangente dos professores entrevistados.

Abaixo, pode-se ver quais perguntas serão feitas para caracterização dos participantes:

3.4. Análise de dados

3.4.1 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Durante sua observação participante na escola, a pesquisadora percebeu que os professores das classes regulares e os professores da sala de recursos raramente interagem de maneira colaborativa. Eles atuavam separadamente, com poucas oportunidades de compartilhamento de informações e troca de ideias. Essa falta de comunicação prejudicava a construção de estratégias pedagógicas conjuntas e a adaptação das práticas de ensino para atender às necessidades dos alunos em processo de inclusão.

A ausência de interação entre os professores pode ter consequências negativas no aprendizado dos alunos, pois os estudantes que frequentam a sala de recursos multifuncionais dependem de estratégias diferenciadas e apoio especializado para alcançar seu pleno potencial acadêmico. No entanto, sem uma comunicação fluida e colaborativa entre os professores, fica difícil compartilhar informações sobre as necessidades específicas desses alunos, bem como as estratégias pedagógicas que são mais eficazes para atendê-los.

A interação entre os docentes permite a troca de conhecimentos, experiências e recursos. Ao colaborar e compartilhar informações, os professores das classes regulares e da sala de recursos podem desenvolver estratégias de ensino conjuntas, adaptar o currículo e criar um ambiente de aprendizado inclusivo. Essa interação também pode proporcionar oportunidades para que os professores aprendam uns com os outros, ampliando seu repertório pedagógico e promovendo uma atuação mais efetiva com os alunos em processo de inclusão.

3.4.2 CATEGORIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Após coletar as respostas dos 14 professores participantes da entrevista, procedemos a análise dos dados, buscando identificar padrões e tendências relevantes. Nesta seção, apresentamos os resultados da análise e a categorização dos participantes de acordo com os critérios estabelecidos.

No que diz respeito à idade, percebe-se que se trata de um grupo heterogêneo com a média de idade de 46 anos. Tal característica do grupo pode trazer inúmeros benefícios, tais como: como aprendizagem intergeracional, desenvolvimento de habilidades sociais, ampliação do repertório de experiências, suporte emocional e estímulo à criatividade e inovação. Essa diversidade de idades promove uma maior compreensão, respeito e cooperação entre as gerações, enriquecendo o processo de aprendizagem e contribuindo para um ambiente inclusivo e enriquecedor.

Quanto ao tempo de magistério, constata-se que se trata de um grupo altamente experiente, com uma média de aproximadamente 21 anos de experiência. Essa longa trajetória no campo educacional traz consigo uma série de benefícios e contribuições significativas para a qualidade da educação e o desenvolvimento dos alunos.

De acordo com Huberman (1992, p. 43) “Trata-se, em termos não muito precisos do “meio da carreira”, um período que se situa entre os 35 e aos 50 anos, ou entre o 15º e o 25º anos de ensino”.

O autor citado acima refere-se a esta fase como Fase de Estabilização com significado de pertença a um grupo profissional e a independência. (HUBERMAN,1992)

A fase de estabilização dos professores refere-se a um estágio em que os educadores desenvolvem um senso de segurança, confiança e competência em relação à sua prática profissional.

Huberman (1995, p. 40) afirma que: “um grande número de professores fala mesmo de ‘libertação’ ou de ‘emancipação’. Uma vez colocadas, em termos de efetivação, as pessoas firmam-se perante os colegas com mais experiência e, sobretudo, perante as autoridades”. Nesse estágio, os professores tendem a se sentir mais confortáveis com suas responsabilidades, conhecem melhor os alunos, dominam as habilidades de ensino e são capazes de lidar com desafios mais facilmente.

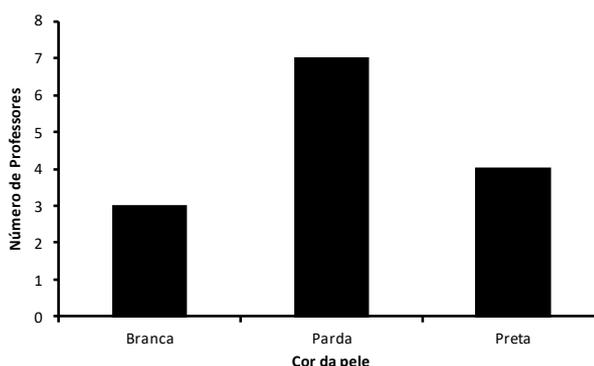
Durante a fase de estabilização, os professores podem se concentrar em aperfeiçoar suas estratégias de ensino, buscar o aprimoramento contínuo e desenvolver sua própria identidade profissional. Eles podem se sentir mais confiantes em experimentar novas abordagens pedagógicas e tomar decisões autônomas em sala de aula.

A presença de um grupo experiente de professores também promove o desenvolvimento profissional contínuo. Esses educadores podem compartilhar seus conhecimentos e experiências uns com os outros, colaborar em projetos educacionais e orientar professores mais jovens.

Essa troca de conhecimentos e práticas fortalece o corpo docente como um todo e contribui para a melhoria constante do ensino e da aprendizagem na instituição de ensino. Acredita-se que uma equipe de professores coesa e colaborativa é mais eficaz em alcançar os objetivos educacionais da instituição. Essa unidade de propósito e a troca contínua de conhecimentos e práticas criam um ambiente de aprendizado e desenvolvimento que beneficia não apenas os professores, mas também os estudantes.

Em relação a cor, constata-se que a maioria dos professores estão na categoria pardos e negros conforme observa-se na figura abaixo:

Figura 1 – Categorização da cor de pele dos professores



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

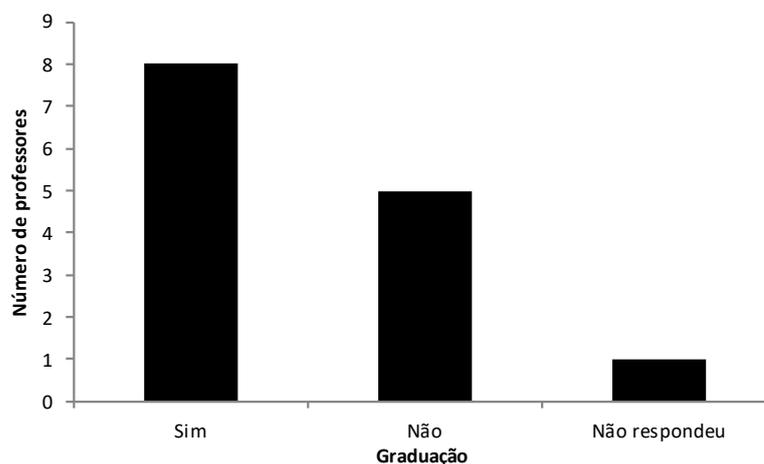
A presença de 12 professoras e 1 professor, em que a maioria se autodeclara como pardos ou negros, está alinhada com os resultados da pesquisa do IBGE realizada em 2021 sobre a cor ou raça da população brasileira com base na autodeclaração. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) 2021, 43,0% dos brasileiros se declararam como

brancos, 47,0% como pardos e 9,1% como pretos. No Sudeste, essa porcentagem aumenta para 54,5 % de acordo com os dados retirados do site do IBGE.

A pesquisa do IBGE, ao adotar a autodeclaração como critério para identificar a cor ou raça das pessoas, considera a importância da subjetividade e da autopercepção na construção da identidade racial. Dessa forma, os resultados obtidos na pesquisa refletem as percepções individuais dos participantes e fornecem dados estatísticos relevantes para análises demográficas e sociológicas.

No que tange à formação acadêmica, constata-se que a maioria dos professores possui graduação, conforme a figura abaixo:

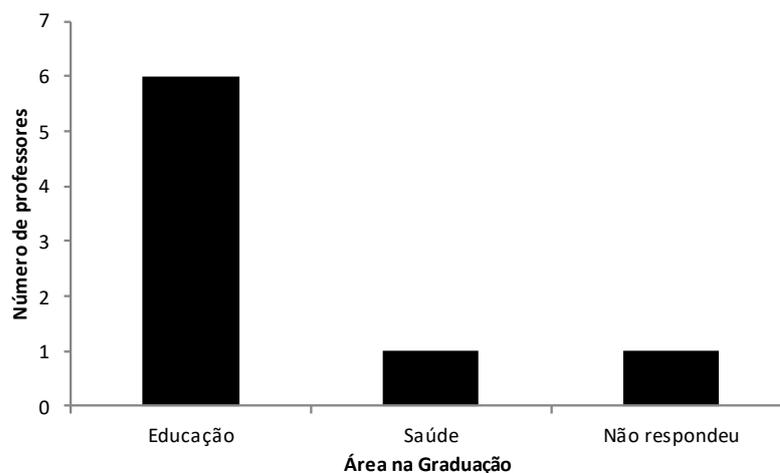
Figura 2 – Professores que possuem graduação



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

No grupo de 14 professores entrevistados, constatou-se que 8 deles possuem graduação. Dentre esses, 6 possuem especialização na área da Educação e 1 na área da Saúde, como ilustrado no gráfico a seguir:

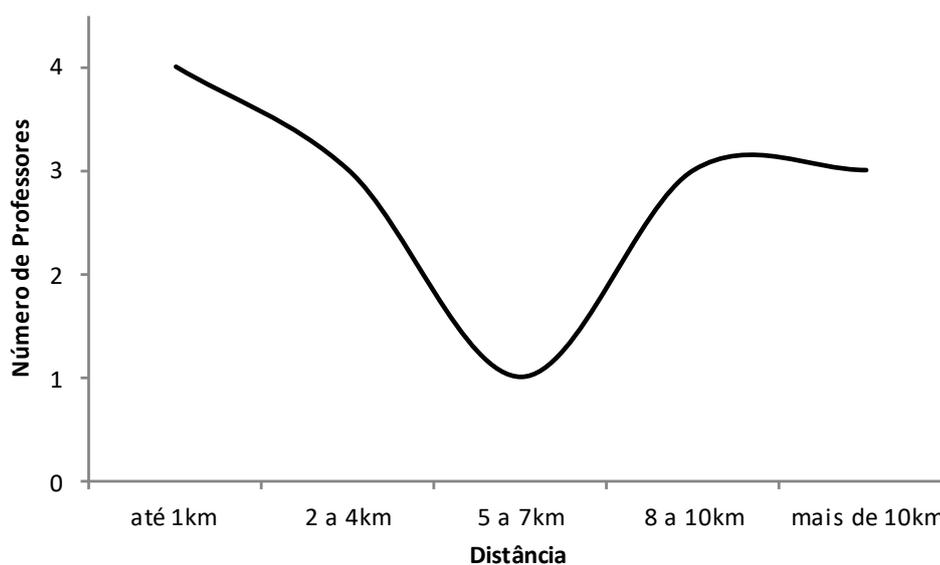
Figura 3 – Especialização dos Professores



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

No que diz respeito à distância entre suas residências e a escola em que trabalham, é evidente que a maioria dos professores reside nas proximidades. Isso indica que se trata de um grupo endógeno, como demonstrado no gráfico a seguir:

Figura 4 – Distância da residência dos professores até a escola



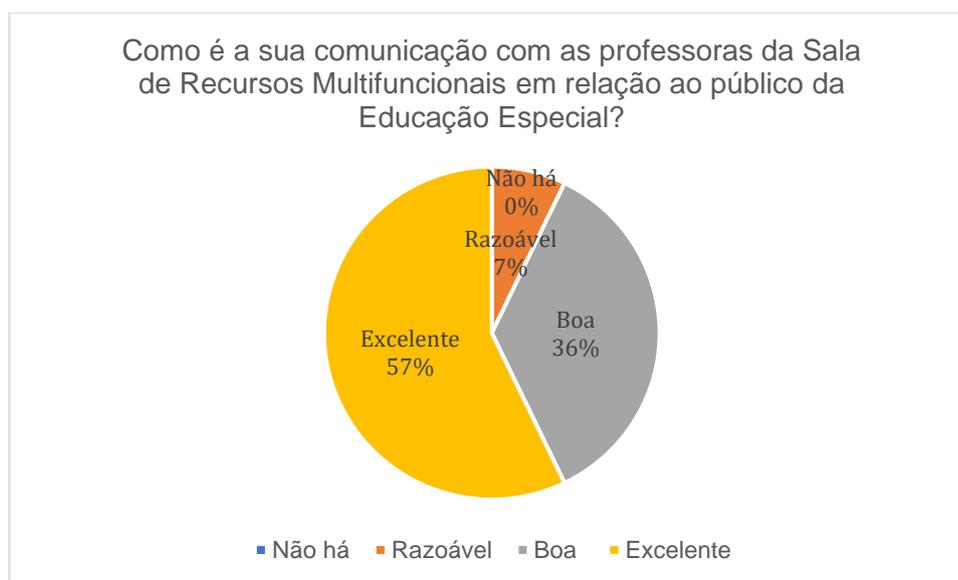
Fonte: Dados da pesquisa (2023)

No mesmo questionário fechado buscou verificar sobre a importância da comunicação entre o professor do AEE e os demais professores bem como verificar a frequência da ocorrência desta comunicação. Essas informações são fundamentais para compreender a dinâmica da comunicação entre os professores e identificar áreas que necessitam de intervenção e apoio para promover uma educação inclusiva mais efetiva.

Quanto à seguinte pergunta: “Como é a sua comunicação com as professoras da sala de Recursos Multifuncionais em relação ao público da educação especial?”.

Os professores tinham a opção de escolherem as seguintes opções: não há, razoável, boa ou excelente. O gráfico das respostas ficou da seguinte maneira:

Figura 5 – Resposta dos professores sobre a qualidade da comunicação com as professoras da SRM



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Entende-se desta forma que a maioria dos professores relata ter uma boa e excelente comunicação com as professoras da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM). Isso é uma observação positiva e significativa, pois a comunicação eficaz entre os professores regulares e os professores da Sala de Recursos Multifuncionais desempenha um papel crucial na promoção da inclusão e no atendimento às necessidades de alunos com deficiências ou necessidades especiais.

Entretanto, ao analisar as respostas dos professores em relação à frequência da comunicação com as professoras da Sala de Recursos Multifuncionais sobre o

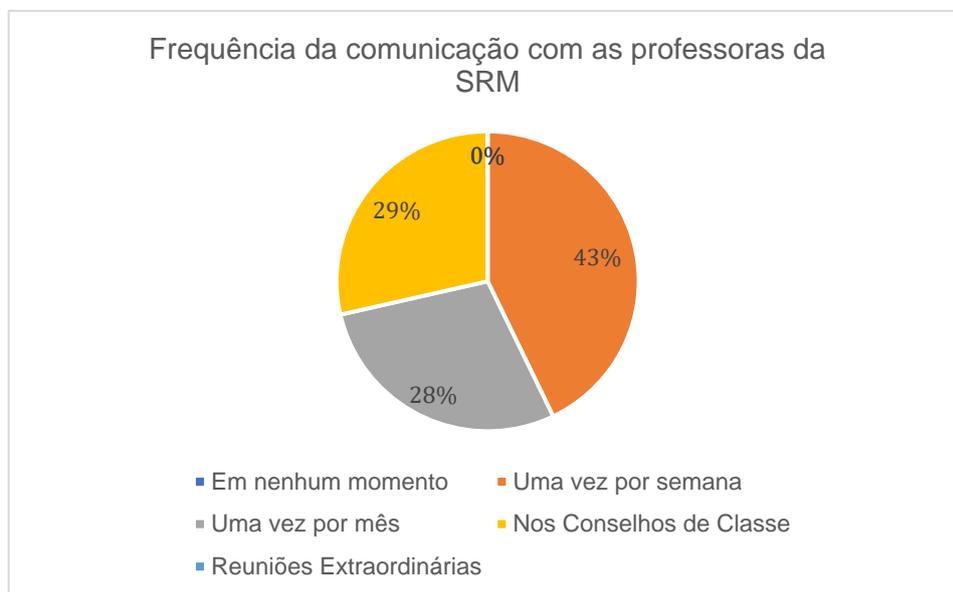
público da educação especial, observou-se que essa comunicação ocorre com menor frequência do que o desejado.

A pergunta feita aos professores foi: "Com que frequência você se comunica com as professoras da Sala de Recursos Multifuncionais acerca do público da educação especial?" e eles tinham as seguintes opções de resposta: "Em nenhum momento, uma vez por semana, uma vez por mês, somente nos conselhos de classe, somente em reuniões extraordinárias".

Os resultados indicam que a comunicação entre os professores e as professoras da Sala de Recursos Multifuncionais não ocorre com a frequência desejada, o que pode dificultar a troca de informações e o planejamento conjunto para atender às necessidades educacionais dos alunos com deficiência. É importante fortalecer e incentivar uma comunicação mais regular e colaborativa entre esses profissionais, a fim de promover uma abordagem mais inclusiva e efetiva no ensino e aprendizado desses alunos.

O gráfico com as respostas apresenta-se da seguinte maneira:

Figura 6 – Resposta dos Professores sobre a frequência da comunicação com as professoras da SRM



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Ao examinar as respostas, fica evidente que a comunicação entre os professores é bastante restrita, o que é surpreendente, considerando que todos atuam na mesma escola e têm os mesmos alunos. A constatação de que a comunicação

entre os professores é insuficiente é um ponto preocupante. A comunicação eficaz entre os membros da equipe educacional é essencial para o bom funcionamento da instituição de ensino e para o desenvolvimento dos estudantes público da Educação Especial.

Capellini e Zerbato (2019, p. 57) afirmam que a prática do Ensino Colaborativo “[...] exige um relacionamento significativo, os profissionais envolvidos precisam ter ou desenvolver habilidades de comunicação, em momentos de formação, para que o trabalho atinja o sucesso”.

Além disso, a comunicação deficiente pode impactar negativamente o relacionamento entre os professores e dificultar a construção de um ambiente colaborativo e de trabalho em equipe. A troca de ideias e a colaboração são fundamentais para a melhoria contínua das práticas pedagógicas, permitindo que os professores compartilhem recursos, estratégias bem-sucedidas e enfrentem desafios em conjunto.

3.4.3 ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

A interpretação e análise das informações colhidas através da coleta de dados, no contexto da pesquisa, será por meio do Método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Este método visa sintetizar e analisar discursos produzidos por grupos, neste caso, os professores, permitindo identificar as principais ideias e sentimentos presentes em suas falas. Os autores Lefèvre e Lefèvre (2005, p. 519) afirmam que:

O Discurso do Sujeito Coletivo é, por isso, uma proposta explícita de reconstituição de um ser ou entidade empírica coletiva, opinante na forma de um sujeito de discurso emitido na primeira pessoa do singular.

Segundo os autores acima citados, o DSC (Discurso do Sujeito Coletivo) é uma forma de reconstruir a opinião coletiva dos professores sobre o tema do Ensino Colaborativo, representando-o na primeira pessoa do singular. Assim, o DSC permite sintetizar as informações coletadas em um discurso coletivo, facilitando a análise e interpretação de dados.

Lefèvre e Lefèvre (2005, p. 522) propõem que:

a grande vantagem do DSC é que ele torna possível a construção de uma síntese do pensamento coletivo, mantendo a complexidade das falas individuais. Essa síntese, permite, por exemplo descrever e compreender as

representações sociais sobre um tema, sem reduzi-las a um conjunto de opiniões individuais.

As perguntas da entrevista estão relacionadas no quadro abaixo:

Quadro 1 – Perguntas feitas nas entrevistas

- 1- Quais são os seus principais desafios ao lecionar para alunos com Necessidades Educacionais Especiais?
- 2- Você recebe informações necessárias a respeito dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) atendidos pela Sala de Recursos Multifuncionais?
- 3- Você e o professor da Sala de Recursos Multifuncionais desenvolvem ações em conjunto para o processo de aprendizagem do aluno com NEE? Caso positivo, quais são elas?
- 4- Você daria alguma sugestão para melhorar a comunicação entre o professor da Sala de Recursos Multifuncionais e o professor da Classe Regular? Caso positivo, quais?

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Com base nas respostas reunidas dos 14 professores entrevistados, podemos tirar conclusões sobre as opiniões dos docentes em relação às temáticas mencionadas anteriormente.

No que diz respeito à resposta da pergunta nº 1, em que os docentes tinham que mencionar quais são os principais desafios ao lecionar para alunos com NEE, podemos destacar as ideias centrais relacionadas no quadro abaixo:

Quadro 2 – Ideias Centrais das Respostas da primeira pergunta

Pergunta nº 1	Ideias Centrais
Quais são os seus principais desafios ao lecionar para alunos com Necessidades Educacionais Especiais?	<ul style="list-style-type: none">• Adaptar as atividades de acordo com cada aluno;• Falta de tempo para planejar atividades adaptadas;• Ausência de Materiais Pedagógicos;• Dificuldade na Interação com a Sala de Recursos;• Falta de apoio técnico especializado;• Carência na formação docente;• Falta de informação sobre as deficiências.

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

A análise dos dados das respostas da segunda pergunta revela que a maioria dos professores afirma não receber as informações necessárias sobre os alunos com Necessidades Educacionais Especiais atendidos pela Sala de Recursos Multifuncionais. Isso indica uma lacuna na comunicação e no compartilhamento de informações entre os profissionais, o que pode impactar negativamente o processo educativo desses alunos.

É fundamental estabelecer canais efetivos de comunicação e garantir que os professores tenham acesso às informações relevantes para melhor atender às necessidades individuais dos alunos com deficiências. Isso promoverá uma maior colaboração e uma abordagem mais inclusiva na educação, permitindo que os alunos recebam o suporte e as adaptações necessárias para o seu pleno desenvolvimento acadêmico e social.

Na visão de Souza et. al. (2017, p. 5), o professor da classe comum deve atuar como um

[...] facilitador no processo de inclusão, e para tanto, precisa conhecer os elementos necessários para atuação com seu aluno PAEE, a fim de identificar

as suas especificidades e seu potencial de desenvolvimento, para, então, poder desenvolver atividades mais eficazes, contribuindo para que esse aluno atinja um nível mais elevado de desenvolvimento e se beneficie do processo de inclusão.

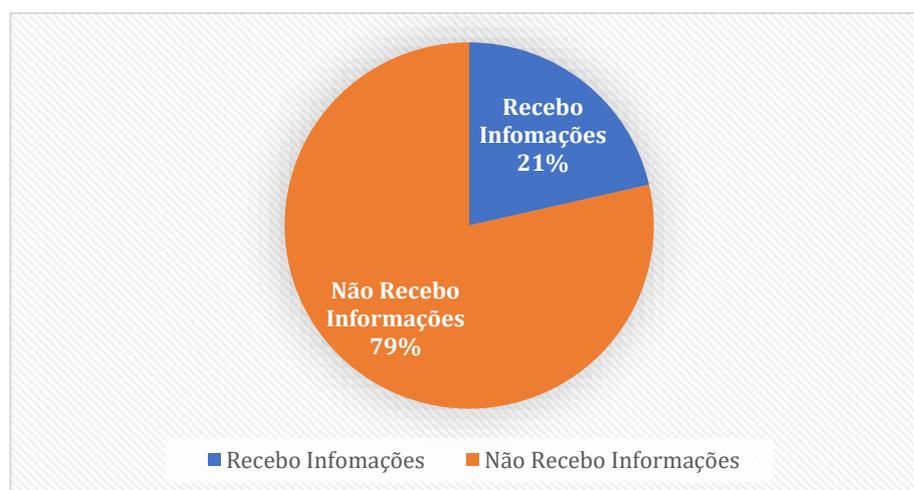
Desta maneira, podemos concluir que é crucial que o professor conheça as necessidades individuais de cada aluno com NEE. Cada um deles é único, com desafios, habilidades e potenciais específicos. Isso exige dedicar tempo para conhecer o aluno, revisando relatórios de avaliação, consultando especialistas e dialogando com os pais ou responsáveis.

Além disso, o professor deve estar disposto a adaptar o currículo regular para atender às necessidades do aluno PAEE. Isso pode envolver a modificação de atividades, materiais didáticos e estratégias de ensino, garantindo que o conteúdo seja acessível e significativo para o aluno.

O conhecimento e a aplicação de estratégias de apoio, como tecnologias assistivas, materiais adaptados e métodos de ensino diferenciados, são igualmente essenciais para ajudar o aluno a atingir seu potencial máximo.

A colaboração é um pilar fundamental da educação inclusiva. O professor deve trabalhar em estreita parceria com profissionais de apoio, terapeutas, pais e outros educadores. A comunicação aberta e regular é crucial para compartilhar informações importantes e criar um ambiente de apoio ao aluno.

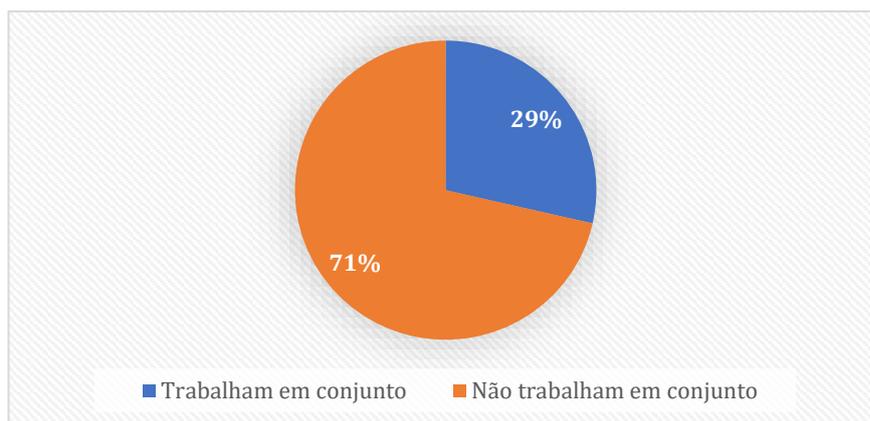
Figura 7 – Respostas sobre o recebimento de informações sobre os alunos atendidos na sala de recursos



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

No que concerne à resposta à terceira pergunta, é possível constatar que a maioria significativa dos professores afirma não estar envolvida em ações colaborativas voltadas para a melhoria do aprendizado dos alunos com Necessidades Educacionais Específicas, conforme evidenciado no gráfico abaixo:

Figura 8 – Respostas sobre o trabalho em conjunto entre o professor da sala de recursos e das salas regulares



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Ao analisar o gráfico acima, observa-se que a maioria dos professores indica que não estão realizando ações conjuntas para a melhoria do aprendizado dos alunos com Necessidades Educacionais Específicas. Essa falta de colaboração pode representar uma barreira para o desenvolvimento e progresso desses alunos, uma vez que a cooperação entre os profissionais é essencial para criar um ambiente de ensino inclusivo e eficaz.

É fundamental promover ações colaborativas entre os professores, compartilhando estratégias, recursos e experiências, a fim de identificar as melhores práticas e adaptar o ensino de acordo com as necessidades individuais dos alunos. Dessa forma, poderão ser desenvolvidas intervenções mais adequadas, promovendo um ambiente educacional mais inclusivo, que valorize e atenda às necessidades de todos os estudantes.

Quanto à resposta da pergunta nº 4, destaca-se as ideias centrais relacionadas abaixo:

Quadro 3 – Respostas sobre sugestões para melhoria da comunicação entre o professor da Sala de Recursos e o professor da classe regular

Pergunta nº 4	Ideias Centrais
Você daria alguma sugestão para melhorar a comunicação entre o professor da Sala de Recursos Multifuncionais e o professor da Classe Regular? Caso positivo, quais?	<ul style="list-style-type: none">• Falar sobre os alunos;• Receber informações sobre como lidar com os alunos;• Trabalhar em conjunto utilizando o PEI e os protocolos;• Conversar com mais frequência;• Momento de interação e conversa;• Sugestões de como lidar com os alunos.

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

3.5 Ética na Pesquisa

O projeto de Pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade do Grande Rio através da Plataforma Brasil, tendo parecer favorável no dia 26 de abril de 2023 sob número 6.022.764.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES SOBRE A PESQUISA

Após a análise realizada para a elaboração do Produto Educacional (PE), constatou-se por meio das entrevistas que, embora os professores mantenham um bom relacionamento com as professoras da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), a comunicação entre eles não ocorre com a frequência e a abrangência desejadas.

Diante dessa constatação, o objetivo principal do produto educacional é melhorar e facilitar a comunicação entre esses dois profissionais, visando potencializar o processo de aprendizado não somente dos alunos público da Educação Especial (PAEE) matriculados na escola, mas também dos alunos que possuam alguma necessidade educacional específica identificada pelo professor da classe comum.

Ao criar o produto, busca-se estabelecer mecanismos e ferramentas que possibilitem uma comunicação mais efetiva e fluida entre os professores e os professores da SRM. Essa comunicação fortalecida permitirá um compartilhamento mais adequado de informações, estratégias e recursos pedagógicos, contribuindo para uma prática educativa mais inclusiva e personalizada.

A autora BORGES (2022, p. 120) observa o quão fundamental é a interação dos profissionais no processo de escolarização dos sujeitos matriculados na escola regular, pois:

[...] por meio dessas relações colaborativas seja nos momentos de planejamento sistemáticos, seja nas conversas informais ou nos momentos de formações continuada, possibilitam oportunidades de diálogos para solucionar problemas complexos e desafios no processo de ensino-aprendizagem.

Com a melhoria na comunicação, espera-se que haja uma maior troca de experiências e saberes, facilitando o trabalho colaborativo entre os profissionais e promovendo o desenvolvimento integral dos alunos. Além disso, o produto educacional também buscará proporcionar um ambiente virtual de interação e apoio mútuo, que possibilite a troca de ideias, dúvidas e sugestões entre os professores, visando à construção coletiva de conhecimento e ao aprimoramento das práticas inclusivas na escola.

Refletir sobre a educação inclusiva implica considerar uma escola que seja acessível a todos, incorporando mudanças nas bases estruturais, no corpo docente e na abordagem crítica, juntamente com a ênfase na excelência do ensino.

O produto educacional também permitirá que a educação continuada dos professores ao desempenhar um papel crucial no contexto educacional, sendo fundamental para o aprimoramento constante das práticas pedagógicas e o desenvolvimento profissional.

Freire (1996, p.39) destaca sobre a formação permanente dos professores ao afirmar:

É pensando criticamente a prática de hoje e de ontem que se pode melhorar a próxima prática. (FREIRE, 1996, p. 39).

Essa reflexão crítica cria uma base sólida para o aprimoramento futuro, permitindo que sejam feitos ajustes, inovações e adaptações às abordagens utilizadas. Além disso, promove uma mentalidade de aprendizado contínuo, estimulando a busca por soluções mais eficazes e a incorporação de melhores práticas.

Assim, o produto educacional terá como propósito central fortalecer a comunicação entre os professores e professoras da SRM criando um espaço de interação que promova uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos, especialmente aqueles que necessitam de atendimento especializado.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

Com a evolução das tecnologias digitais, a criação de um site colaborativo surge como uma solução inovadora para unir esses profissionais e as estratégias para superá-los. Trata-se de um espaço virtual eficaz e seguro, que incentiva a participação ativa dos professores e compartilhamento de conhecimento.

O produto educacional é intitulado "*Inclusão Colaborativa*" e seu principal objetivo é impulsionar a troca de ideias, recursos e experiências entre os professores que lecionam para alunos público da Educação Especial.

Além disso, examinaremos os benefícios e desafios que a adoção dessa ferramenta pode trazer para o ambiente escolar, bem como seu impacto no ensino dos alunos com necessidades específicas de aprendizagem.

O produto educacional em forma de site abrange uma variedade de recursos e funcionalidades projetados especificamente para atender às necessidades dos professores. Por meio desse site, os educadores poderão compartilhar materiais didáticos, facilitando a colaboração e aprimoramento das práticas inclusivas de ensino.

O desenvolvimento do site "*Inclusão Colaborativa*"¹ permitirá que esses profissionais compartilhem práticas pedagógicas bem sucedidas, debatam desafios em comum e construam uma cultura baseada no Ensino Colaborativo.

A plataforma digital irá servir para ambos, tanto as professoras do AEE como os professores das classes regulares compartilharão informações sobre os alunos, tais como: laudos, necessidades educacionais específicas, atividades adaptadas bem como trabalharão colaborativamente na inclusão do aluno público da educação especial.

O trabalho irá basear-se nas premissas do Ensino Colaborativo propostas pelas Mendes, Vilaronga e Zerbato e adaptar a sua utilização no aspecto tecnológico.

A plataforma "*Inclusão Colaborativa*" foi concebida com o objetivo de superar as barreiras tradicionais do ensino e fornecer uma experiência colaboração para todos os usuários. Seu desenvolvimento baseou-se na premissa de que a educação é um direito fundamental, devendo ser acessível a todos, independentemente de suas habilidades, recursos ou localização geográfica.

¹ Produto educacional disponível em: sistema.inclusaocolaborativa.com.br

Mendes, Vilaronga e Zerbato (2022, p. 39) destacam que o desafio que a inclusão escolar impõe ao professor do ensino comum é muito grande, por isso ele vai demandar o apoio de outros profissionais da área da Educação Especial para a construção de práticas inclusivas em sua sala de aula.

O desafio mencionado surge porque os professores do ensino comum podem não ter recebido uma formação específica para atender às necessidades individuais desses alunos com deficiência. Portanto, para criar um ambiente inclusivo em sua sala de aula, o professor precisará de apoio adicional e a plataforma vem ao encontro dessa necessidade destes profissionais.

Os profissionais da Educação Especial têm experiência e conhecimentos específicos em lidar com as necessidades educacionais de estudantes com deficiência. Eles podem fornecer orientações, estratégias e recursos que ajudam os professores do ensino comum a adaptar o currículo, oferecer suporte individualizado e garantir a participação plena e efetiva de todos os alunos.

As autoras Mendes, Vilaronga e Zerbato (2023, p. 64) discorrem sobre isso ao afirmarem:

É provável que nenhum curso de formação inicial ou continuada seja suficiente para abarcar todos os conhecimentos necessários para tornar um professor apto a ensinar com qualidade todos os alunos. Nesse sentido, o coensino[sic] se torna uma proposta interessante de trabalho favorável ao sucesso da escolarização de alunos público-alvo da educação especial, pois funciona por meio da parceria entre dois profissionais, o professor do ensino comum- que tem experiência sobre a sala de aula e conhecimento sobre conteúdos específicos e o professor de Educação Especial, que possui conhecimento especializado sobre as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, além de entender sobre estratégias diferenciadas, adaptação de atividades e materiais e avaliação de recursos necessários para dar acesso ao aprendizado para o aluno em sala de aula.

Era essencial criar um ambiente virtual que fosse acessível, intuitivo e adaptado as demandas dos professores garantindo assim uma participação ativa e engajada. Desde o planejamento inicial até a implementação, foram considerados o design, usabilidade e interação, a fim de criar uma experiência valiosa para os usuários.

Considerando a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados também conhecida como LGPD), foi dada devida atenção à segurança e privacidade dos dados de alunos e usuários, o que resultou na implementação de

medidas de proteção, incluindo a restrição do acesso de cada professor às informações de seus próprios alunos.

Nesse sentido, a restrição de acesso aos dados dos alunos é uma prática recomendada. Por exemplo, cada professor deve ter acesso apenas às informações dos seus próprios alunos. Isso não apenas cumpre com as diretrizes da LGPD, mas também garante que as informações sensíveis sejam acessadas apenas por pessoas autorizadas, minimizando o risco de vazamentos ou uso inadequado desses dados.

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) do Brasil, em vigor desde setembro de 2020, representa um marco importante na regulamentação da privacidade e segurança dos dados pessoais no país. Esta legislação estabelece direitos e responsabilidades claras para empresas, organizações e indivíduos no que diz respeito ao tratamento de informações pessoais, e isso inclui dados de alunos e usuários.

De acordo com a Lei Nº 13.709 em seu Art.14, do tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes, fica explícito que:

Art. 14. O tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes deverá ser realizado em seu melhor interesse, nos termos deste artigo e da legislação pertinente.

1º§ O tratamento de dados pessoais de crianças deverá ser realizado com o consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal. (BRASIL, 2018, *on-line*)

Sendo assim, é fundamental ressaltar a importância da obtenção do consentimento dos responsáveis legais antes de qualquer tratamento de dados pessoais dos alunos. Esse processo não apenas está em conformidade com as regulamentações de privacidade e proteção de dados, mas também demonstra um compromisso ético com a segurança e a privacidade das informações pessoais dos estudantes.

O termo de consentimento serve como um documento formal que esclarece aos responsáveis legais o motivo pelo qual os dados pessoais dos alunos estão sendo coletados e como essas informações serão utilizadas. Ao obter o consentimento, a instituição de ensino estabelece uma base sólida para o tratamento de dados, garantindo que os responsáveis estejam cientes e de acordo com o uso das informações de seus filhos. Isso contribui para a transparência e a confiança entre a

escola e os pais ou responsáveis. A seguir podemos verificar o modelo do Termo de Consentimento a ser assinado pelos responsáveis.

Figura 9 – Termo de consentimento para tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes

 Inclusão Colaborativa	
TERMO DE CONSENTIMENTO PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
<p>Este documento visa registrar a manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o representante legal ou um dos pais do Titular dos Dados Pessoais concorda com o tratamento de seus dados pessoais para finalidade específica, em conformidade com a Lei nº 13.709 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).</p>	
REPRESENTANTE LEGAL OU UM DOS PAIS	
Nome:	
Telefone:	CPF:
TITULAR DOS DADOS (CRIANÇA OU ADOLESCENTE) <i>Pessoa a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.</i>	
Nome:	
CPF:	
<p>Ao assinar o presente termo, o Representante Legal ou um dos pais do Titular consente e concorda que os dados pessoais dos alunos atendidos pela Sala de Recursos Multifuncionais sejam inseridos na plataforma digital intitulada "Inclusão Colaborativa" para que sejam acessados pelo professor do Atendimento Educacional Especializado e da Sala Regular. Desta forma os dados poderão ser consultados de acordo com a necessidade pedagógica visando o benefício do aluno.</p> <p>Dados Pessoais O professor do AEE e da Sala Regular ficam autorizados a consultar os seguintes dados pessoais do aluno:</p> <ul style="list-style-type: none">• Nome completo.• Data de nascimento.• Fotografia.• Nível de instrução ou escolaridade.• Números de telefone do responsável.• Necessidade Educacional Específica do Aluno.• Escola e turma que está matriculado. <p>Finalidades do Tratamento dos Dados O tratamento dos dados pessoais listados nesse termo tem as seguintes finalidades: Propiciar um espaço digital colaborativo no qual os professores das classes regulares possam se manter informados sobre os estudantes atendidos pela Sala de Recursos Multifuncionais, receber</p>	
1	

<p>atividades diversas, compartilhar sequências didáticas, vídeos, sugestões de materiais adaptados e propostas inclusivas.</p>	
Segurança dos Dados	
<p>O acesso aos dados pessoais dos alunos será restrito aos professores das turmas específicas, que só poderão consultar informações dos alunos matriculados em suas respectivas turmas. No entanto, o professor da Sala de Recursos terá permissão para acessar e consultar os dados de todos os alunos que são atendidos na sala.</p>	
Direito de Revogação do Consentimento	
<p>O responsável do aluno poderá solicitar pessoalmente ou via telefone, a qualquer momento, que sejam eliminados os dados pessoais não anonimizados do Titular.</p>	
+/-	
Local e Data:	_____ de _____ de _____
Assinatura do Representante:	<input type="text"/>
<input type="checkbox"/>	
2	

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

A assinatura do termo de consentimento é fundamental para garantir que a coleta e o tratamento de dados pessoais sejam realizados de maneira ética, legal e respeitosa, levando em consideração os direitos e as expectativas dos indivíduos em relação à privacidade de suas informações pessoais.

É fundamental compreender que um produto educacional aqui apresentado foi desenvolvido com base em observações e planejamento e não deve ser visto como uma solução finalizada e imutável. Pelo contrário, ele representa uma proposta em constante evolução, alinhada com a dinâmica do campo educacional.

Essa pesquisa reconhece a natureza mutável da educação e a importância de manter os recursos educacionais flexíveis e atualizados para atender de forma eficaz às demandas em constante evolução da comunidade educacional.

5.1 Ferramentas do Produto Educacional

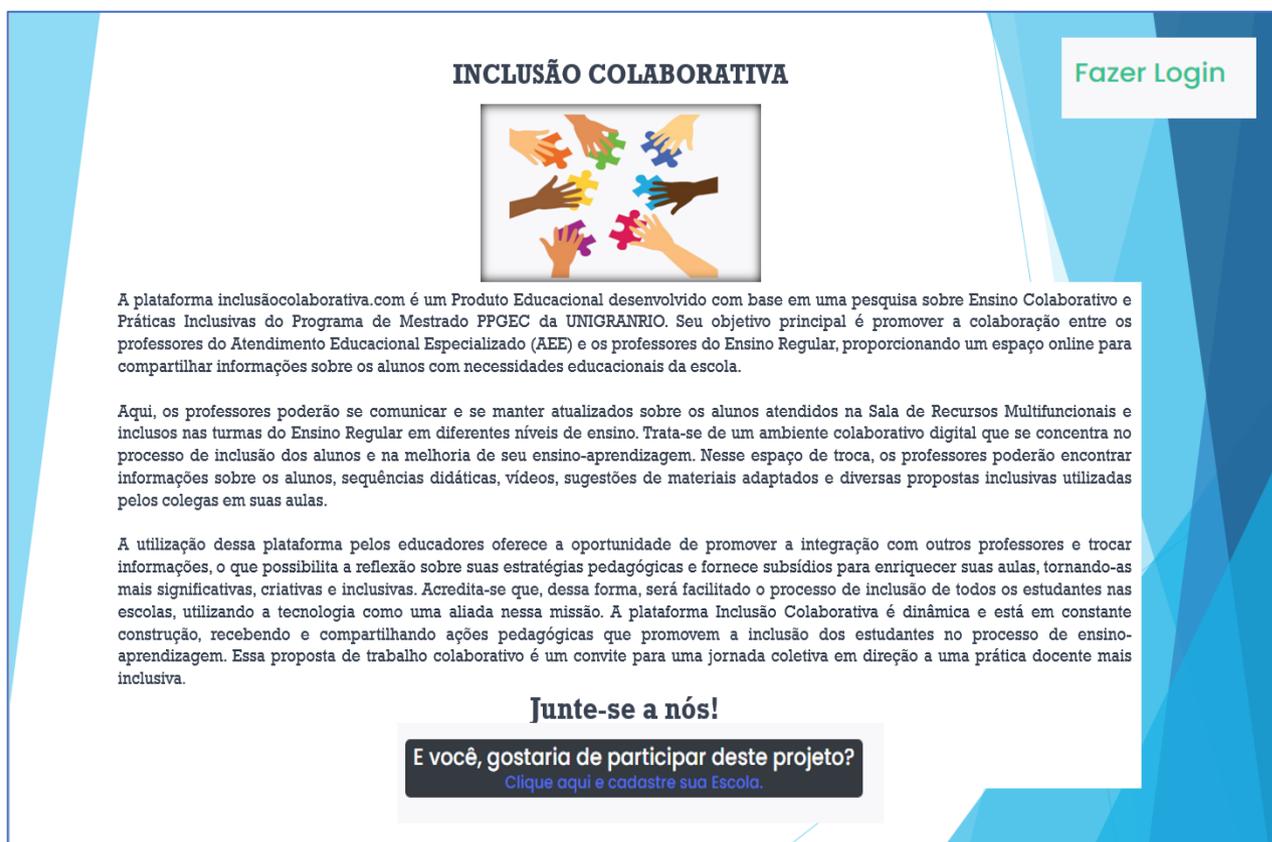
5.1.1 TELA DE LOGIN

Ao inserir o endereço *inclusaocolaborativa.com.br* na barra de endereço do navegador, os professores serão conduzidos a uma página da web do produto educacional. Primeiramente, ela apresenta uma descrição detalhada do produto educacional em questão. Isso engloba informações abrangentes sobre seu propósito, objetivos e como ele se insere no contexto educacional. Os educadores terão uma visão clara do que esperar e como o recurso pode ser aplicado em suas atividades de ensino.

Além disso, a página visa esclarecer o propósito fundamental por trás da criação desse produto educacional. Isso é crucial para que os professores compreendam o motivo de sua existência e como ele pode contribuir para aprimorar a colaboração entre os professores da Sala de Recursos e os professores das Classes Regulares.

No canto superior direito, os professores previamente já cadastrados no site poderão fazer seu login com seu e-mail e senha. O login seguro com e-mail e senha garante a proteção dos dados e da privacidade dos professores, garantindo que apenas os usuários autorizados tenham acesso às funcionalidades e informações do site. Isso contribui para criar um ambiente confiável e seguro para a interação e o compartilhamento de recursos educacionais.

Figura 10 – Tela inicial do Site



Fonte: Site do Produto Educacional (2023)

Ao acessar a página inicial, os usuários terão a opção de conhecer o projeto, fazer o login ou solicitar utilizar as ferramentas disponíveis na plataforma.

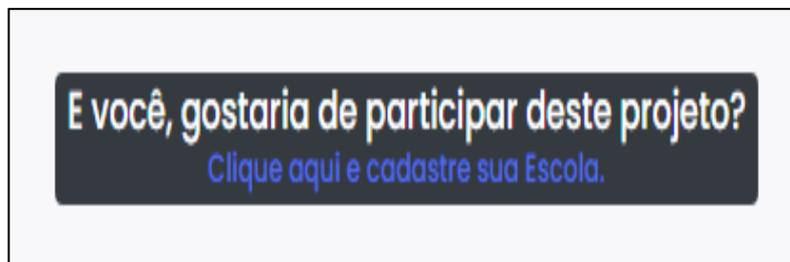
5.1.2 CADASTRO NO PROJETO DE PROFESSORES DE OUTRAS ESCOLAS

O quadro apresentado a seguir ilustra como essa opção de participação e cadastro estará disponível para as escolas interessadas. Ao selecionar essa opção, as instituições poderão obter mais informações sobre como aderir ao projeto e usufruir dos benefícios da plataforma "*Inclusão Colaborativa*".

Dessa forma, o projeto busca expandir seu alcance e impacto, possibilitando que mais escolas se beneficiem do produto educacional desenvolvido e promovam a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em seus ambientes escolares. A replicação do projeto para outras instituições amplia a oportunidade de

compartilhamento de experiências, conhecimentos e recursos, fortalecendo assim a rede de apoio e colaboração entre as escolas participantes.

Figura 11- Link de convite para outras escolas acessarem o site



Fonte: Site do produto Educacional (2023)

Após selecionar a opção desejada, o usuário será direcionado para um formulário de cadastro que está indicado pela figura 3 abaixo. Nesse momento, é solicitado ao interessado que preencha todos os campos obrigatórios com as informações solicitadas sobre a escola. Assim que recebermos o formulário preenchido, enviaremos um e-mail de confirmação, dando continuidade ao processo de participação no site "*Inclusão Colaborativa*".

Nosso objetivo é estabelecer uma comunicação direta e eficiente para garantir que sua escola seja incluída no projeto.

Figura 12 – Tela para cadastro das escolas no projeto

A imagem mostra uma tela de formulário web intitulada "Cadastre sua Escola". O formulário contém os seguintes campos: "Nome", "Telefone" e "Celular" (dividido em dois campos), "Diretor", "Endereço", "E-mail" e "Motivo". No rodapé da tela, há dois botões: "Fechar" (em cinza) e "Confirmar" (em azul).

Fonte: Site do produto Educacional (2023)

Após envio do e-mail de confirmação, forneceremos mais detalhes sobre os próximos passos e como proceder para utilizar a plataforma "Inclusão Colaborativa" em sua instituição de ensino, conforme figura abaixo:

Figura 13 – Resposta enviada por e-mail do cadastro das escolas



Fonte: Site Inclusão Colaborativa (2023)

Essa opção vai ao encontro da necessidade de replicabilidade do Produto Educacional (PE), pois de acordo com Rizzatti et. al. (2020, p. 7)., “[...] trata-se de uma fase obrigatória ao desenvolvimento do produto educacional”.

A replicabilidade de um Produto Educacional refere-se à capacidade de reproduzir ou implementar o produto em diferentes contextos ou ambientes, garantindo resultados consistentes e eficazes.

Uma abordagem fundamental para garantir replicabilidade é estabelecer padrões e procedimentos consistentes. Isso inclui a definição de uma linguagem padronizada, uma abordagem pedagógica uniforme e critérios de avaliação claros. A uniformidade na implementação é crucial para garantir resultados consistentes em diferentes instâncias.

5.1.3 CADASTRO DOS PROFESSORES DA ESCOLA LÓCUS DA PESQUISA

Os professores que fazem parte da escola pesquisada serão cadastrados no site para que utilizem as suas ferramentas disponíveis. Eles poderão ser adicionados através da tela abaixo pelo administrador do site.

Figura 14 – Tela para inclusão dos professores na plataforma



Fonte: Site do produto Educacional (2023)

Assim que os professores forem incluídos com seus dados pessoais, conforme a Figura 15 abaixo, eles receberão em seus e-mails a confirmação do cadastro e a solicitação para que criem a sua senha pessoal para acessarem suas informações e comecem a receber e enviar informações sobre os alunos com as professoras da Sala de Recursos Multifuncionais.

Figura 15 – Tela para inserção dos dados pessoais dos professores

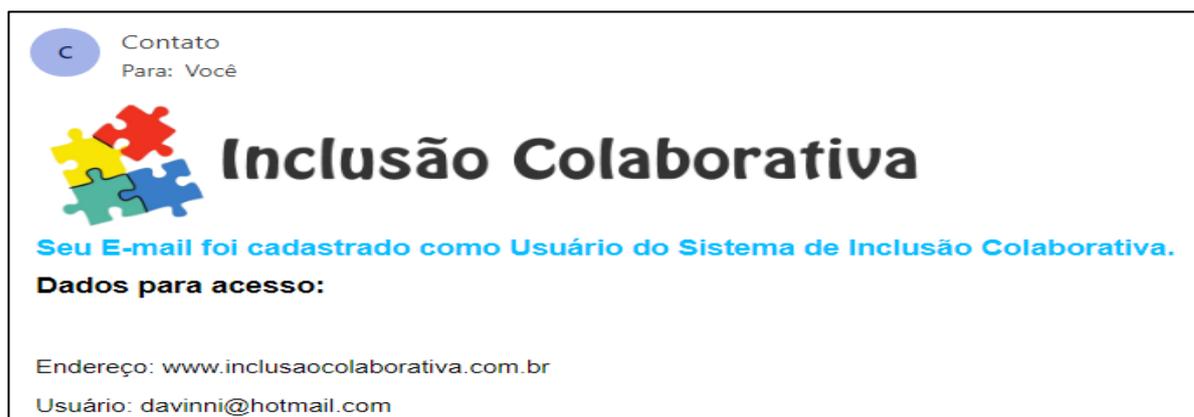
The image shows a web form titled 'PROFESSORES' with a breadcrumb 'Dashboards / Professores'. At the top left, there are two buttons: 'Confirmar' (green) and 'Cancelar' (grey). Below the buttons is a section header 'Dados Pessoais' with a person icon. The form contains the following fields:

Nome	Nascimento	Gênero
<input type="text"/>	<input type="text"/>	Selecione...
Estado Civil	Escolaridade	Nacionalidade
Selecione...	Selecione...	Selecione...
Naturalidade	Pai	Mãe
Selecione...	<input type="text"/>	<input type="text"/>
E-mail	Telefone 1	Telefone 2
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Celular 1	Celular 2	
<input type="text"/>	<input type="text"/>	

Fonte: Site do Produto Educacional (2023)

Desta forma, os professores que já possuem cadastro no site terão a facilidade de fazer login utilizando suas informações de usuário e senha. Abaixo, é possível observar o exemplo de e-mail recebido pelo professor para que crie o seu login e senha para utilização do site:

Figura 16 – Exemplo de e-mail recebido pelos professores incluídos no site



Fonte: Resposta enviada por e-mail (2023)

Após a criação da senha pessoal e o login bem-sucedido, os professores terão acesso a uma variedade de recursos e funcionalidades disponíveis na página inicial "Home". Esses recursos são projetados para ajudar os professores a consultar informações sobre os alunos, interagir com os professores da sala de recursos e acessar conteúdos pertinentes a sua prática. Na figura 17 logo abaixo temos a tela de login para os professores cadastrados para que possam acessar a plataforma e utilizar os recursos encontrados página inicial "Home".

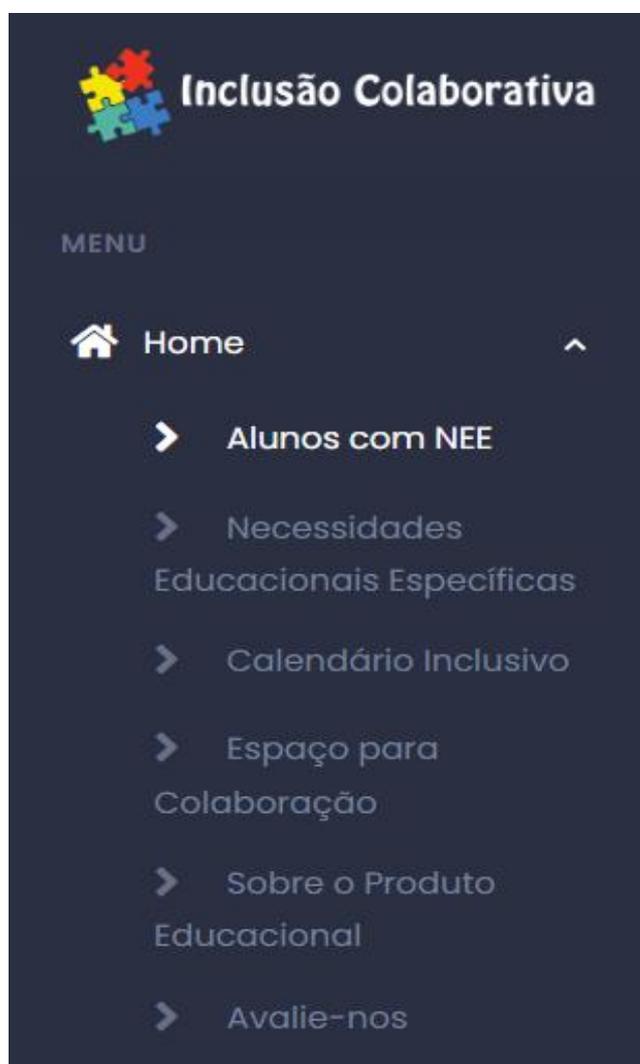
Figura 17 – Tela de Login para os professores cadastrados

Fonte: Site do produto Educacional (2023)

5.1.4 OPÇÕES DA “HOME”

Ao realizar o login com seu usuário e senha, os professores terão acesso as ferramentas da “Home”. O menu de navegação é a barra localizada no topo da página e permite que os usuários acessem as principais seções do site. Cada opção do menu geralmente direciona para páginas específicas, como "Início", "Sobre nós", "Produtos", "Serviços", "Contato" e outras seções relevantes do site.

Figura 18 – Opções da home para os professores cadastrados no site



Fonte: Site do produto Educacional (2023)

5.1.5 FUNCIONALIDADES DA “HOME”

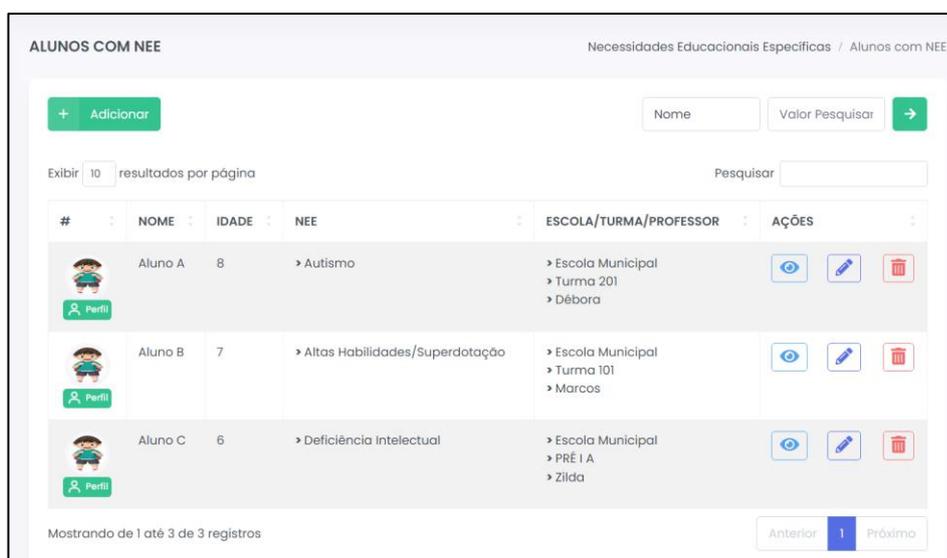
A partir de agora, explicaremos cada item da home e suas funcionalidades:

➤ Alunos com NEE

Na página inicial “Home”, os professores poderão encontrar informações relevantes sobre os alunos com Necessidades Específicas de Aprendizagem matriculados na escola. Isso incluirá detalhes como perfil, nome do aluno, idade, turma e professor responsável. Além disso, os professores terão a opção de acessar e consultar dados pessoais, informações escolares e detalhes educacionais específicos de cada aluno em sua turma. Cada professor terá acesso aos alunos de sua turma e não poderá acessar as informações dos alunos dos demais.

Na plataforma, os professores terão acesso a informações essenciais dos alunos, como o primeiro nome, idade, necessidade educacional específica e a escola e turma em que estão matriculados. Os dados serão apresentados de forma clara e organizada, conforme exemplo ilustrado na figura abaixo:

Figura 19 – Informações iniciais dos alunos



The screenshot shows a web interface titled "ALUNOS COM NEE" with a breadcrumb "Necessidades Educacionais Específicas / Alunos com NEE". It features a search bar with "Nome" and "Valor Pesquisar" fields, a search button, and a dropdown for "Exibir 10 resultados por página". Below is a table with columns: #, NOME, IDADE, NEE, ESCOLA/TURMA/PROFESSOR, and AÇÕES. The table lists three students: Aluno A (8 years old, Autismo), Aluno B (7 years old, Altas Habilidades/Superdotação), and Aluno C (6 years old, Deficiência Intelectual). Each row includes a profile icon, a "Perfil" button, and action icons for view, edit, and delete. At the bottom, it says "Mostrando de 1 até 3 de 3 registros" and has navigation buttons for "Anterior", "1", and "Próximo".

#	NOME	IDADE	NEE	ESCOLA/TURMA/PROFESSOR	AÇÕES
	Aluno A	8	Autismo	Escola Municipal Turma 201 Débora	
	Aluno B	7	Altas Habilidades/Superdotação	Escola Municipal Turma 101 Marcos	
	Aluno C	6	Deficiência Intelectual	Escola Municipal PRÉ I A Zilda	

Fonte: Site do produto Educacional (2023)

Ao clicar no nome do aluno desejado, o professor terá acesso a várias informações mais detalhadas sobre ele, tais como: dados pessoais, dados escolares, informações sobre a NEE e Informações educacionais. Acerca das informações educacionais, serão abordados uma variedade de aspectos, tais como:

1.1 Laudos: Os professores terão acesso aos laudos diagnósticos que ajudam a compreender as necessidades específicas de aprendizagem de cada aluno.

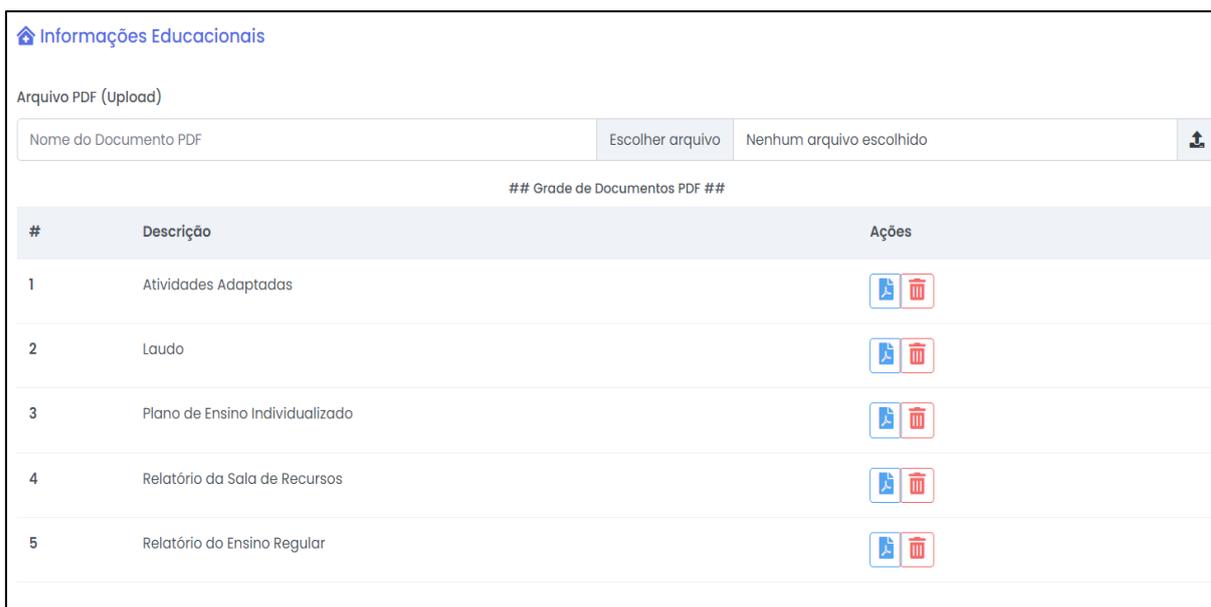
1.2 Atividades Adaptadas: Serão disponibilizadas atividades adaptadas, levando em consideração as habilidades e necessidades individuais de cada aluno.

1.3 PEI (Planejamento Educacional Especializado): Os professores poderão visualizar o PEI, que é o plano de ensino individualizado desenvolvido para atender às necessidades educacionais específicas de cada aluno.

1.4 Relatórios da Sala de Recursos e Classe Regular: Os professores terão acesso aos relatórios gerados tanto pela Sala de Recursos, onde os alunos recebem atendimento especializado, quanto pela classe regular, onde são compartilhadas informações sobre o desempenho e progresso dos alunos.

É importante destacar que será possível carregar e acessar todas as opções mencionadas anteriormente em arquivos no formato PDF. Isso significa que os professores terão a possibilidade de visualizar ou fazer o download dos documentos em PDF relacionados aos alunos de forma individualizada, como laudos e PEI. Esses arquivos podem conter materiais complementares, planos de aula, sequências didáticas, guias pedagógicos e outros recursos educacionais relevantes. O formato PDF é amplamente utilizado devido à sua capacidade de preservar o layout e o conteúdo original do documento, garantindo que os materiais sejam visualizados de forma consistente e acessível pelos usuários. Dessa forma, a plataforma busca oferecer aos professores uma ampla gama de recursos e materiais em PDF, a fim de enriquecer suas práticas pedagógicas e promover um ambiente de aprendizado inclusivo e eficaz.

Figura 20 – Informações disponibilizadas sobre os alunos



The screenshot shows a web interface titled 'Informações Educacionais'. At the top, there is a section for 'Arquivo PDF (Upload)' with a text input field for 'Nome do Documento PDF', a button 'Escolher arquivo', and a status 'Nenhum arquivo escolhido'. Below this is a table with the following data:

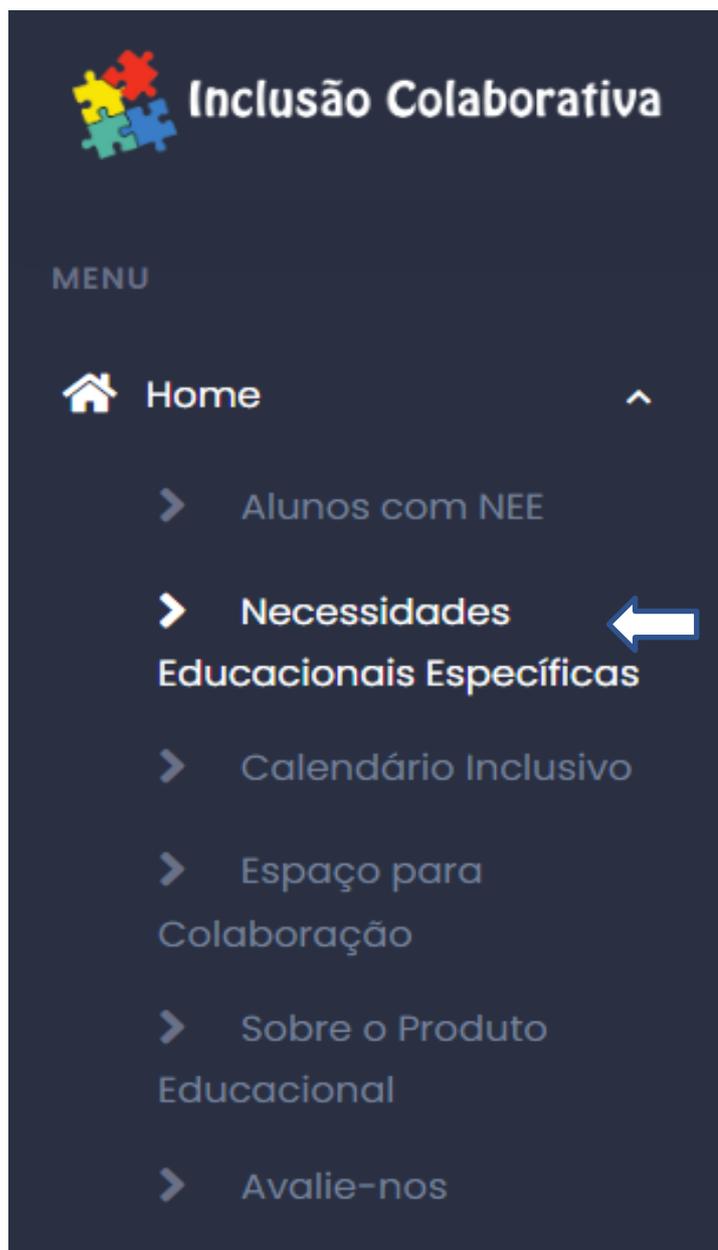
#	Descrição	Ações
1	Atividades Adaptadas	 
2	Laudos	 
3	Plano de Ensino Individualizado	 
4	Relatório da Sala de Recursos	 
5	Relatório do Ensino Regular	 

Fonte: Site do produto Educacional (2023)

➤ **Necessidades Educacionais Específicas**

Ao clicar nesta opção demonstrada na figura abaixo, os professores terão acesso a todas as Necessidades Educacionais Específicas apresentadas pelos alunos da escola com descrição sobre a deficiência ou transtorno, bem como sugestões de textos, livros e vídeos atualizados sobre tal necessidade. Desta forma, os professores poderão atualizar-se através de leituras sobre tais assuntos.

Figura 21 – Necessidades educacionais específicas



Fonte: Site do produto Educacional (2023)

Pode-se verificar na figura abaixo, apenas alguns exemplos de Necessidades Educacionais Específicas disponibilizadas no site. Essa listagem pode ser modificada a qualquer momento com informações atualizadas pelo professor da Sala de Recursos a partir de pesquisas:

Figura 22 – Listagem das necessidades educacionais específicas

The screenshot shows a web interface for managing specific educational needs. At the top, there is a header with the title 'NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS' and a breadcrumb 'Alunos com NEE / Necessidades Educacionais Específicas'. Below the header, there is a green '+ Adicionar' button, a search bar with 'Nome' and 'Valor Pesquisar' fields, and a green search button. A dropdown menu shows 'Exibir 10 resultados por página' and another search bar labeled 'Pesquisar'. The main content is a table with two columns: 'NOME' and 'AÇÕES'. The table lists seven specific educational needs, each with three action icons: a blue play button, a blue edit pencil, and a red trash can.

NOME	AÇÕES
Autismo	  
Síndrome de Down	  
Superdotação	  
Deficiência Intelectual	  
TDAH	  
CID G-40 (Epilepsia)	  
Paralisia Cerebral (CID G80)	  

Fonte: Site do produto Educacional (2023)

Ao clicar em qualquer uma das opções, o professor será direcionado para informações atualizadas e referenciadas sobre cada uma dos transtornos ou deficiências.

Trazemos como exemplo a Deficiência Intelectual e supomos que um dos professores queira saber mais sobre o assunto. Para isso, basta clicar e abrirá uma nova tela com informações sobre o assunto, bem como arquivos relacionados à temática em questão:

Figura 23 – Tela sobre a necessidade educacional específica selecionada

NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS



Nome

Deficiência Intelectual

Descrição

File Edit View Format

   **B** *I*         

Deficiência intelectual: o que é e como reconhecer

A **deficiência intelectual** ou **transtorno do desenvolvimento intelectual** é uma condição que tem como característica a inteligência abaixo da média. Mas, ainda hoje há uma imagem errada de as pessoas que sofrem dessa condição são completamente dependentes ou sem qualquer discernimento. Isso é muito negativo e cria uma imagem cheia de preconceitos que só tornam ainda mais difíceis os desafios que essas pessoas enfrentam.

Na verdade, a questão é bem mais complexa do que essa ideia errada sobre o que é deficiência intelectual. Por isso, preparamos este post para você entender melhor e, assim, aprender a lidar melhor com ele.



Fonte: Site do produto Educacional (2023)

➤ **Calendário Inclusivo**

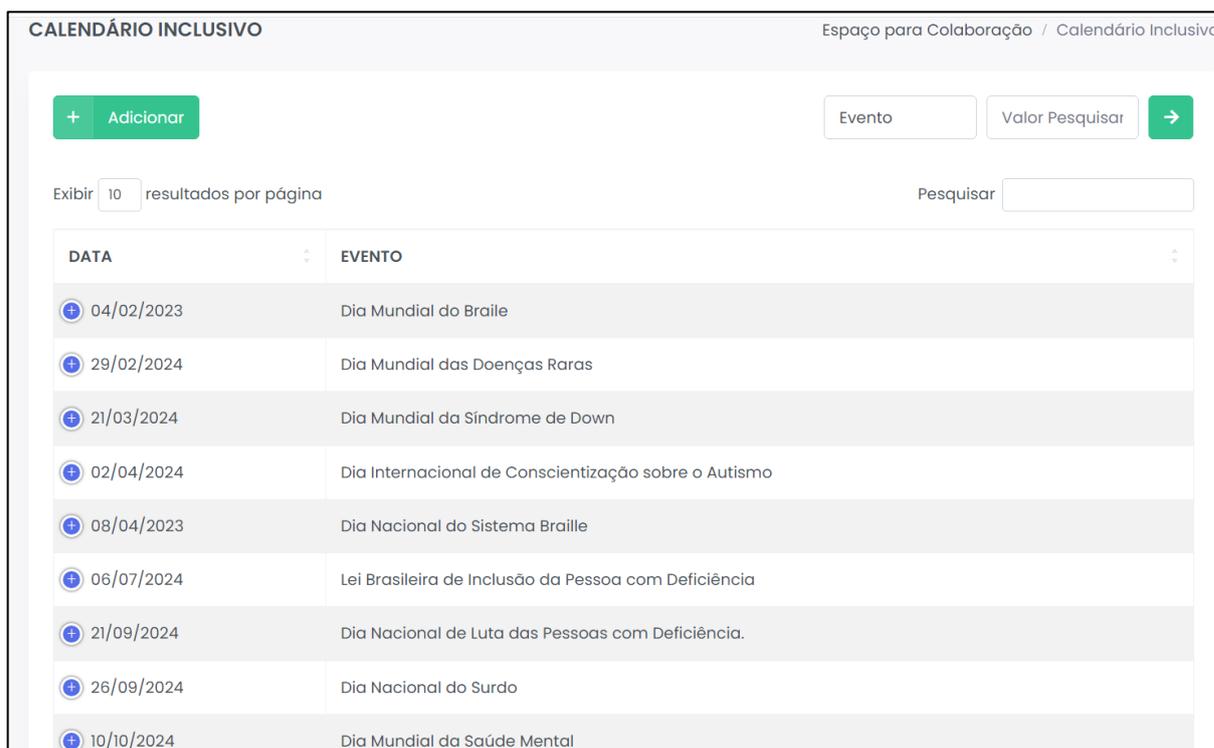
Neste campo, os professores terão um espaço dedicado para promover a conscientização sobre deficiências e transtornos, enfatizando datas comemorativas relevantes. Essas datas podem variar desde o Dia Internacional da Síndrome de Down, o Dia Mundial do Autismo, o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, entre muitas outras. Além de destacar essas datas importantes, o objetivo é oferecer aos professores a oportunidade de compartilhar sugestões de atividades relacionadas a cada ocasião. Essas atividades podem abranger uma ampla variedade de áreas,

como educação inclusiva, sensibilização, aceitação, promoção da igualdade de oportunidades, combate ao preconceito e estímulo à empatia.

Ao fornecer sugestões de atividades, os professores podem inspirar seus colegas e enriquecer a experiência educacional dos alunos, promovendo uma compreensão mais profunda e positiva das deficiências e transtornos. Essas atividades podem incluir palestras, workshops, jogos interativos, exposições de arte, projetos de pesquisa, apresentações culturais, debates, entre outras possibilidades criativas.

Colocaremos como exemplo logo abaixo, o Dia Mundial de Conscientização do Autismo comemorado no dia 04 de abril:

Figura 24 – Exemplo do calendário inclusivo



The image shows a screenshot of a web application titled 'CALENDÁRIO INCLUSIVO'. The interface includes a search bar with 'Evento' and 'Valor Pesquisar' fields, a search button, and a dropdown for 'Exibir 10 resultados por página'. Below the search bar is a table with two columns: 'DATA' and 'EVENTO'. The table lists several events with their respective dates and descriptions.

DATA	EVENTO
04/02/2023	Dia Mundial do Braille
29/02/2024	Dia Mundial das Doenças Raras
21/03/2024	Dia Mundial da Síndrome de Down
02/04/2024	Dia Internacional de Conscientização sobre o Autismo
08/04/2023	Dia Nacional do Sistema Braille
06/07/2024	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência
21/09/2024	Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência.
26/09/2024	Dia Nacional do Surdo
10/10/2024	Dia Mundial da Saúde Mental

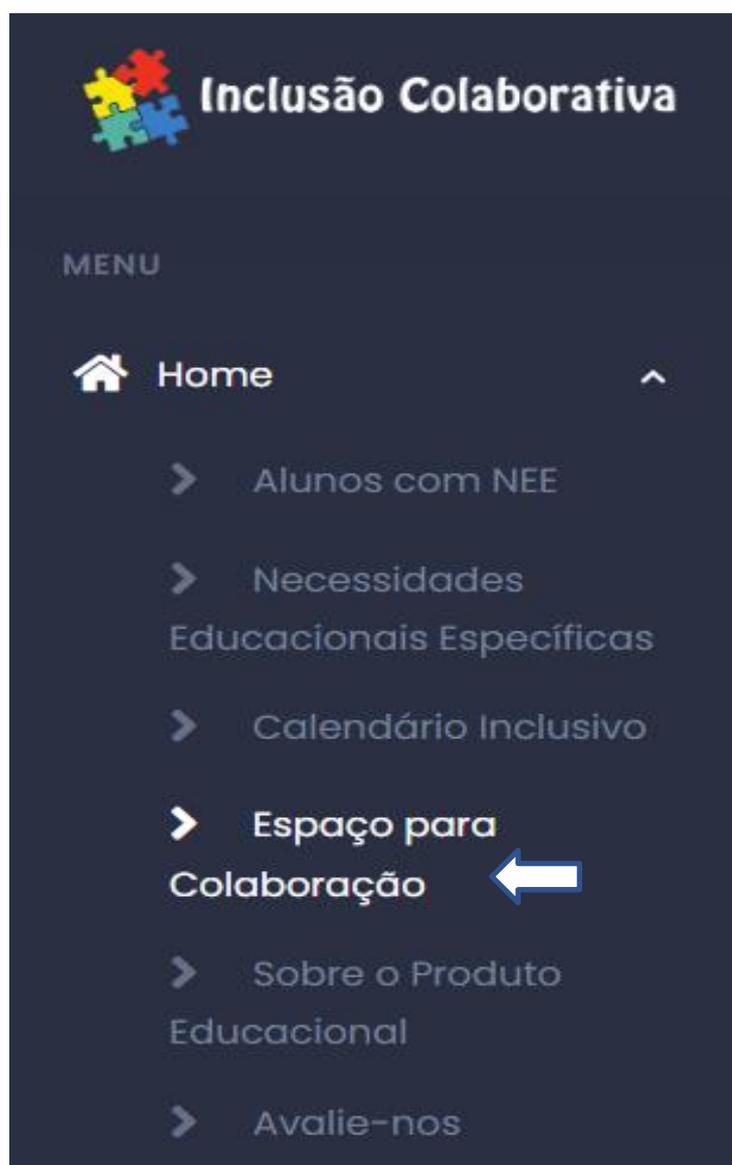
Fonte: Site do produto Educacional (2023)

É importante destacar que para todas as datas, será possível para o professor da Sala de Recursos fazer o upload de arquivos em PDF a fim de orientar os professores das Salas Regulares sobre o que é a data, sobre o que representam e o que pode ser feito de atividade com a turma no dia em questão.

➤ Espaço para Colaboração entre os professores

Nessa seção do site, os professores da Sala de Recursos Multifuncionais e os professores das turmas regulares terão a oportunidade de compartilhar informações relevantes sobre o atendimento oferecido aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Figura 25 – Espaço para colaboração entre os professores



Fonte: Site do Produto Educacional (2023)

Eles poderão fornecer detalhes sobre as particularidades de cada aluno, permitindo uma compreensão mais aprofundada de suas necessidades individuais.

Essa troca de informações possibilitará que ambos os professores tenham acesso a sugestões e estratégias para lidar com diversas situações no contexto educacional. Além disso, o professor do Ensino Regular também terá a possibilidade de compartilhar informações pertinentes sobre os alunos com o professor da Sala de Recursos Multifuncionais.

Essa abordagem bidirecional promove uma colaboração mais efetiva entre os profissionais, resultando em um suporte educacional mais abrangente e personalizado para os alunos com necessidades especiais. Essa colaboração entre os professores da Sala de Recursos e do Ensino Regular é fundamental para promover uma educação inclusiva e de qualidade. Compartilhar informações sobre as particularidades dos alunos e estratégias de manejo de situações específicas possibilita uma abordagem mais eficaz e personalizada no ensino e na aprendizagem. Essa cooperação fortalece a parceria entre os profissionais e contribui para o desenvolvimento acadêmico e socioemocional dos alunos com necessidades especiais.

Abaixo temos o exemplo na tela de colaboração em que cada professor poderá colocar informações sobre seus alunos para trocar informações com as professoras da Sala de Recursos Multifuncionais:

Figura 26 – Exemplo da tela do espaço de colaboração

A imagem mostra uma interface web intitulada "ESPAÇO PARA COLABORAÇÃO". No topo direito, há uma barra de navegação com "Dashboards / Espaço para Colaboração". Abaixo, há um botão verde "+ Adicionar" e uma barra de busca com o texto "Evento" e "Valor Pesquisar" e um botão verde com uma seta para a direita. Abaixo disso, há um campo "Exibir 10 resultados por página" e um campo "Pesquisar". O conteúdo principal é uma tabela com quatro colunas: "DATA/HORA", "ALUNO", "PROFESSOR" e "AÇÕES". Cada coluna possui um ícone de menu suspenso. O corpo da tabela está cinza e contém o texto "Nenhum registro encontrado". Na base da tabela, há o texto "Mostrando 0 até 0 de 0 registros" e dois botões "Anterior" e "Próximo".

Fonte: Site do Produto Educacional (2023)

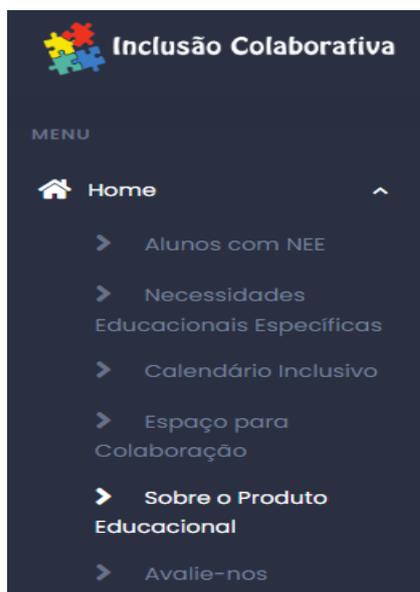
➤ **Sobre o Produto Educacional**

Ao optarem por essa seleção específica, os usuários serão prontamente redirecionados para uma página que se propõe a fornecer uma descrição minuciosa sobre a concepção do produto educacional em questão. Nesse espaço informativo, estarão disponíveis detalhes que abrangem os objetivos fundamentais do produto. Os objetivos delineados nesta seção destacarão de maneira clara e precisa os propósitos intrínsecos pelos quais o produto foi desenvolvido, oferecendo uma visão aprofundada sobre como ele se propõe a promover a educação inclusiva. Este exame detalhado não apenas enfatiza o papel distintivo do produto, mas também fornece uma compreensão abrangente do impacto planejado no cenário educacional, destacando as intenções e a filosofia subjacentes à sua criação destacando seu papel na promoção da educação inclusiva.

Essa seção foi criada para fornecer orientações claras e diretas, ajudando os usuários a compreender melhor o funcionamento do produto e aproveitar ao máximo suas funcionalidades.

Ao ler as informações disponíveis nessa página, os usuários terão a oportunidade de esclarecer dúvidas, obter uma visão abrangente sobre o produto e seus benefícios, além de se sentir mais confiantes em utilizar a plataforma de forma eficaz.

Figura 27 – Sobre o produto educacional



Fonte: Site do Produto Educacional (2023)

Em suma, essa opção na página inicial permite que os usuários acessem informações importantes sobre o produto educacional, compreendam seus objetivos e encontrem respostas para suas dúvidas mais frequentes, garantindo uma experiência satisfatória e esclarecedora.

➤ **Avalie-nos**

Para coletar dados qualitativos sobre a eficácia do produto educacional, será disponibilizado no site um recurso chamado "Avalie-nos". Ao selecionar esse ícone, os usuários serão redirecionados para uma página onde poderão preencher um questionário avaliativo sobre o site.

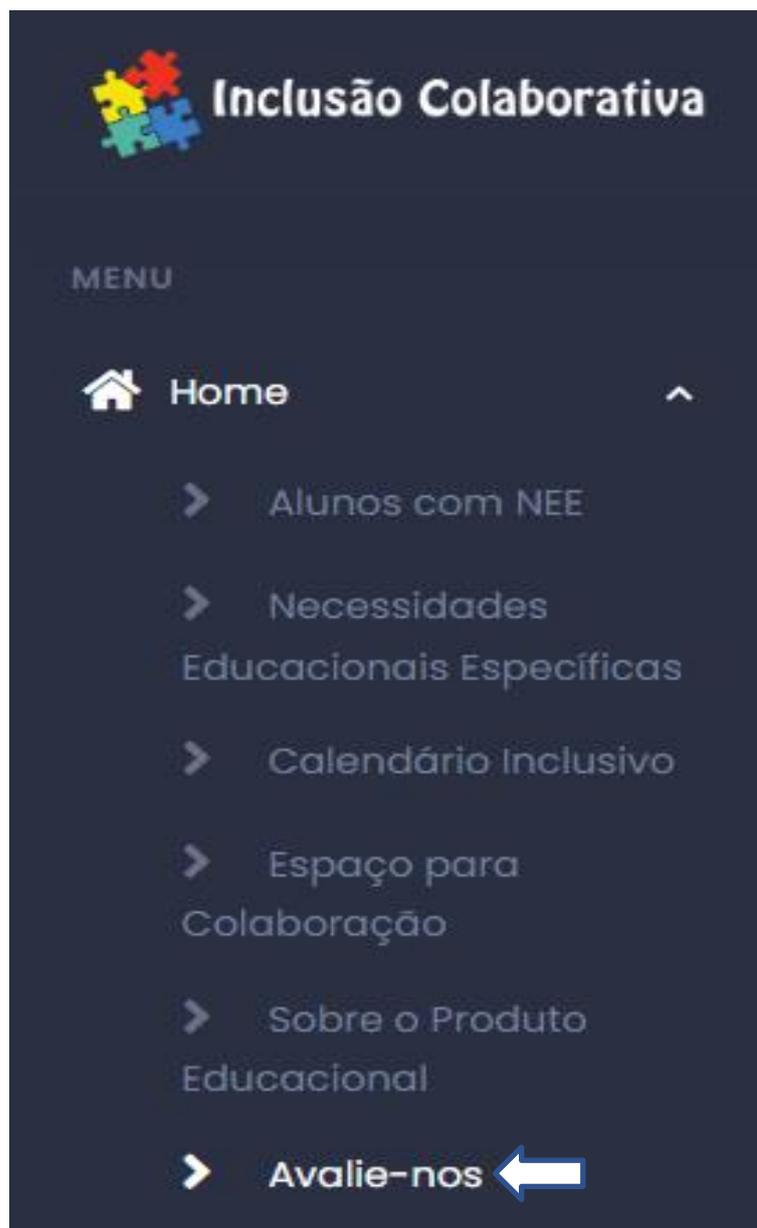
Nesse questionário, os usuários terão a oportunidade de compartilhar suas experiências e opiniões sobre o produto educacional. Eles serão convidados a fornecer feedback sobre diversos aspectos, como usabilidade, navegabilidade, relevância do conteúdo, efetividade das funcionalidades e impacto percebido na prática pedagógica.

O questionário avaliativo permitirá que os usuários expressem suas impressões e sugestões de melhoria, contribuindo para o aprimoramento contínuo do produto. Os dados coletados por meio desse questionário serão analisados de forma a identificar pontos fortes e áreas de aprimoramento, auxiliando no desenvolvimento de melhorias e atualizações futuras.

Com essa abordagem, busca-se envolver os usuários no processo de avaliação e aprimoramento do produto educacional, permitindo que suas opiniões sejam consideradas e valorizadas. O objetivo é proporcionar uma experiência cada vez mais satisfatória e alinhada com as necessidades e expectativas dos usuários.

Em resumo, o recurso "Avalie-nos" no site oferece aos usuários a oportunidade de compartilhar feedback qualitativo por meio de um questionário avaliativo, contribuindo para aprimorar continuamente o produto educacional e promover uma experiência cada vez mais positiva e relevante.

Figura 28 – Tela para avaliação dos usuários



Fonte: Site do Produto Educacional (2023)

Ao clicar na opção acima, os usuários serão encaminhados para página demonstrada na figura abaixo com as perguntas sobre a utilização da plataforma, bem como sugestão de melhorias:

Figura 29- Espaço para Avaliação dos Usuários

The image shows a web-based evaluation form titled "AVALIE-NOS". At the top right, it says "Usuários / Avalie-nos". There is a green "Confirmar" button with a lock icon. Below the button, a blue message asks: "O que você achou do site? E da proposta da inclusão colaborativa? Por gentileza, em menos de cinco minutos você pode avaliar nosso conteúdo e nos auxiliar com futuras melhorias. Agradecemos desde já o apoio!". The form contains three questions:

- 1) As informações disponibilizadas no site contribuíram para a sua prática profissional com crianças com necessidades educacionais especiais?
 Sim
 Não
 Parcialmente
- 2) A plataforma contribuiu no processo de colaboração entre você e a professora da Sala de Recursos?
 Sim
 Não
 Parcialmente
- 3) Quais os aspectos a serem melhorados quanto ao conteúdo e à estrutura do site?

Below the third question is a text input field with a placeholder "Esta área de texto tem um limite de 225 caracteres." and a character count "0 / 200" at the bottom right.

Fonte: Site do Produto Educacional (2023)

➤ Chat

A ideia central é proporcionar uma opção de troca de mensagens direta entre o professor do ensino regular e o professor da sala de recursos. Isso permitirá uma comunicação fluida e eficiente, contribuindo para uma melhor colaboração e apoio aos alunos com necessidades especiais.

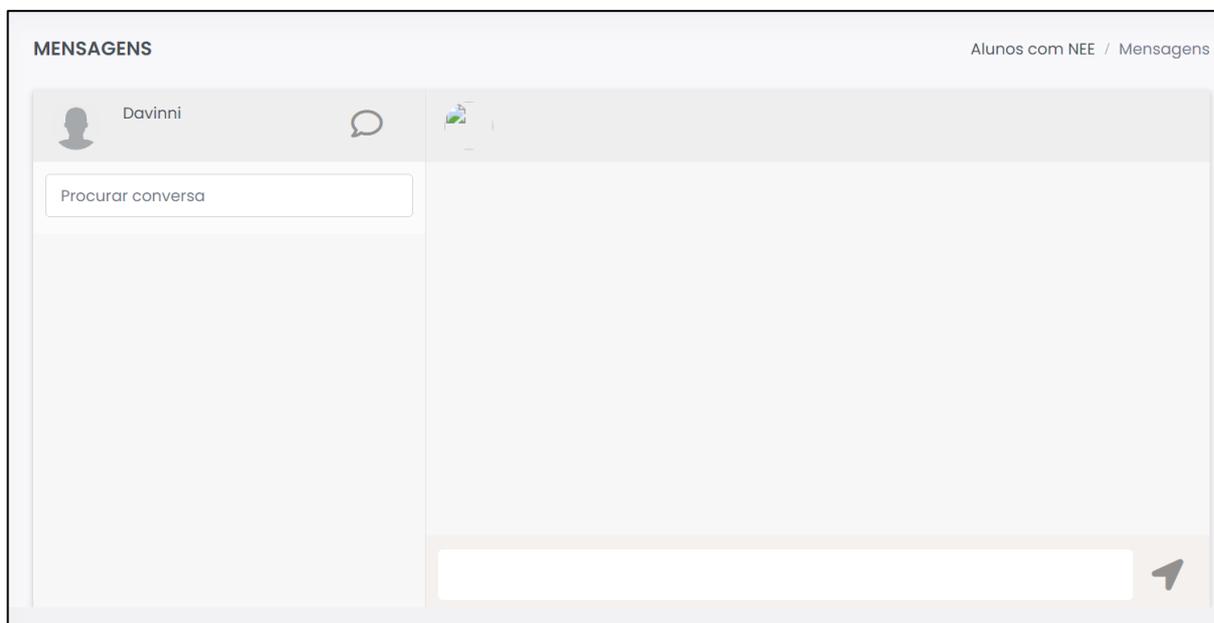
O sistema funcionaria da seguinte forma: quando um professor enviasse uma mensagem pelo site, o outro professor receberia um e-mail automático informando que há uma nova mensagem disponível dentro da plataforma.

Essa funcionalidade de notificação por e-mail agiliza a comunicação e garante que nenhum dos professores perca uma mensagem importante. Além disso, ao manter a troca de mensagens dentro do site, todas as informações relevantes ficam centralizadas e acessíveis para consulta posterior.

Essa opção de troca de mensagens promove uma interação ágil e efetiva entre os professores, permitindo que eles compartilhem informações, discutam estratégias, tirem dúvidas e mantenham-se atualizados sobre o progresso dos alunos. Dessa forma, a colaboração é fortalecida, o planejamento pedagógico é aprimorado e os

alunos com necessidades especiais recebem o suporte adequado em sua jornada educacional.

Figura 30- Espaço para troca de mensagens



Fonte: Site do Produto Educacional (2023)

6 VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

A validação do produto educacional envolve um processo de feedback e análise por parte dos professores participantes da pesquisa.

Ressalta-se a importância do feedback contínuo dos usuários e a colaboração com outros profissionais da área, buscando aprimorar e aperfeiçoar a plataforma de acordo com as demandas dos educadores.

É importante destacar que os professores são os principais usuários deste Produto Educacional e cabe a eles oferecer insights valiosos sobre como melhorá-lo. Sendo assim, a validação ocorrerá mediante estreita colaboração durante todo o processo de desenvolvimento e implementação.

6.1 Metodologia da Validação do Produto Educacional

A avaliação do produto educacional seguirá uma metodologia baseada em pesquisa qualitativa, envolvendo tanto perguntas abertas como fechadas que explorarão a utilização do produto educacional. Para a coleta de dados quantitativos relacionados à eficácia do produto educacional, serão disponibilizados questionários diretamente no site, acessíveis através do ícone "Avalie-nos".

Os usuários serão encaminhados para uma página dedicada, na qual terão a oportunidade de preencher um questionário de avaliação sobre o site. O questionário contemplará os seguintes aspectos:

- Se as informações disponibilizadas no site contribuíram para a prática do professor com crianças com Necessidades Educacionais Especiais (NEE).
- Se a plataforma contribuiu no processo de colaboração entre o professor do Ensino Regular e Professor do AEE.
- Quais são os aspectos a serem melhorados quanto ao conteúdo e estrutura do site.

As duas primeiras questões do questionário foram formuladas como perguntas de escolha múltipla, proporcionando aos participantes as alternativas "sim", "não" e "parcialmente" para indicar suas respostas. Já a terceira e última pergunta foi estruturada de maneira aberta, com o intuito de permitir que os professores compartilhassem suas opiniões e feedback de forma mais detalhada e

contextualizada. Isso possibilitou uma análise mais aprofundada e qualitativa das percepções dos professores em relação ao produto educacional.

Figura 31 – Questionário de avaliação do site pelos professores

O que você achou do site? E da proposta da inclusão colaborativa? Por gentileza, em menos de cinco minutos você pode avaliar nosso conteúdo e nos auxiliar com futuras melhorias. Agradecemos desde já o apoio!

1) As informações disponibilizadas no site contribuíram para a sua prática profissional com crianças com necessidades educacionais especiais?

Sim

Não

Parcialmente

2) A plataforma contribuiu no processo de colaboração entre você e a professora da Sala de Recursos?

Sim

Não

Parcialmente

3) Quais os aspectos a serem melhorados quanto ao conteúdo e à estrutura do site?

Esta área de texto tem um limite de 225 caracteres.

0 / 200

Fonte: Site do Produto Educacional (2023)

6.2 Contexto da validação

O contexto da validação será na Escola pesquisada. A validação de um produto educacional é uma etapa fundamental no seu desenvolvimento e implantação. Ela envolve a avaliação criteriosa e sistemática do produto para determinar sua eficácia, relevância e impacto no contexto educacional em que será utilizado. A validação busca assegurar que o produto atenda aos objetivos de aprendizagem, necessidades dos usuários e padrões de qualidade estabelecidos.

6.3 Sujeitos da Pesquisa

Os professores que participarão da validação serão os mesmos que estão envolvidos no projeto.

6.4 Coleta de Dados

Durante o processo de utilização da plataforma, os professores terão a oportunidade de compartilhar suas experiências e opiniões por meio de respostas e comentários dentro de um item da home. Essas informações serão coletadas e analisadas como parte do processo de avaliação e validação do produto educacional.

As respostas dos professores fornecerão informações sobre a usabilidade da plataforma, a eficácia das ferramentas disponíveis e a experiência geral de utilização. Além disso, os comentários dos professores permitirão identificar possíveis pontos de melhoria e áreas que requerem ajustes.

Essa coleta de dados e feedback dos professores é de extrema importância, pois contribuirá para o aprimoramento contínuo da plataforma. Os resultados dessa análise serão considerados na fase de refinamento e aperfeiçoamento do produto, visando atender de forma mais efetiva às necessidades e expectativas dos professores e, conseqüentemente, dos alunos atendidos.

Ao promover a participação ativa dos professores e valorizar suas percepções, a plataforma busca garantir um processo de validação completo e embasado nas experiências reais dos usuários. Isso contribui para o desenvolvimento de um produto educacional mais robusto, alinhado às demandas e desafios enfrentados pelos professores no contexto educacional.

A coleta de dados foi realizada individualmente, com cada professor recebendo uma apresentação personalizada da plataforma durante o horário de planejamento, nas instalações da Unidade Escolar. Durante essa apresentação, foram fornecidas informações detalhadas sobre as funcionalidades da plataforma, seus objetivos e a maneira adequada de utilizá-la. Posteriormente, após terem tido a oportunidade de explorar a plataforma por conta própria, os professores foram convidados a avaliar sua funcionalidade e usabilidade. Os resultados dessas avaliações são apresentados a seguir.

6.5 Análise de dados

Os dados serão analisados a partir das respostas e comentários dos professores e a partir disso, serão realizadas modificações posteriores no produto que atendam a demanda dos profissionais.

A análise de dados de pesquisa desempenha um papel fundamental no processo de transformar informações coletadas em insights valiosos e significativos. É uma etapa importante para extrair o máximo de valor dos dados obtidos e tirar conclusões embasadas. Vamos explorar algumas considerações e técnicas comuns utilizadas na análise de dados de pesquisa.

6.6 Resultados e Discussões

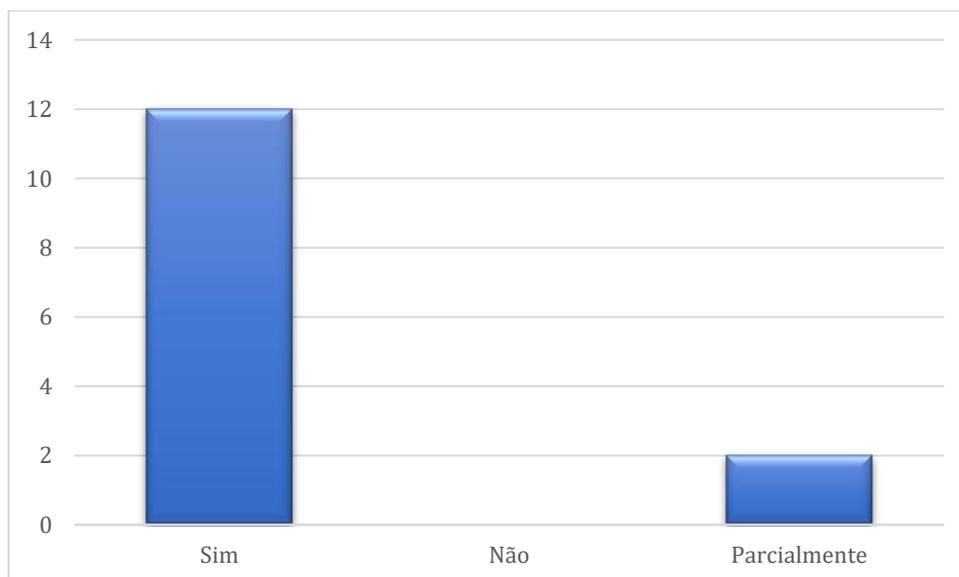
Como apresentado na seção anterior, a pesquisa foi desenvolvida com professores que atuam nas salas regulares e que possuem pelo menos um aluno com Necessidade Educacional Específica (NEE) incluído em sua sala de aula e a criação do produto educacional foi pensado a partir das demandas levantadas a partir da coleta de dados da pesquisa.

Após a utilização do produto educacional pelos professores, pode-se fazer inferências sobre as considerações trazidas por estes profissionais.

Com as respostas dos 14 (quatorze) professores devidamente recebidas e analisadas, temos os seguintes resultados:

Sobre a pergunta nº 1: *“As informações disponibilizadas no site contribuíram para a sua prática profissional com crianças com Necessidades Educacionais Especiais (NEE)?”* temos o seguinte resultado:

Figura 32 – Gráfico das respostas da primeira pergunta



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Com base nesses dados, é possível inferir que os professores consideraram as informações sobre os alunos disponíveis como sendo de grande utilidade. Entendemos que é essencial que os professores tenham acesso a informações detalhadas sobre os alunos com NEE incluídos em suas turmas por várias razões significativas. Primeiramente, isso permite que os educadores personalizem suas abordagens de ensino de acordo com as necessidades individuais de cada aluno. Ao compreender as deficiências específicas e os desafios enfrentados pelos alunos, os professores podem adaptar o conteúdo, as estratégias e os recursos de ensino para garantir que todos tenham a oportunidade de aprender e progredir. O acesso às informações sobre esses alunos é essencial para garantir uma educação de qualidade e inclusiva. Isso beneficia não apenas os alunos com NEE, mas também contribui para a criação de um ambiente de aprendizado que valoriza a diversidade e promove o sucesso acadêmico de todos os alunos.

Pletsch e Damasceno (2015, p. 24) ressaltam que:

[...] atuar com alunos com necessidades educacionais especiais no espaço da escola regular exige outras formas de lidar com o processo escolar; formas estas que precisam ser compartilhadas por todos os ambientes que oferecerem o atendimento educacional especializado, independentemente da sua caracterização. Assim, percebemos que há a necessidade da organização de uma rede de saberes, na qual os profissionais envolvidos com esses alunos, na sala de aula ou em outros ambientes da escola ou ainda no AEE, que pode acontecer fora da sua escola, precisam ter a condição de

compartilhar os caminhos que são necessários para esse aluno aprender e se desenvolver.

Vemos assim a importância do compartilhamento de informações entre os professores que trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais. Quando esses alunos estão integrados em escolas regulares, os métodos de ensino precisam ser adaptados para atender às suas necessidades específicas. No entanto, essas adaptações não devem se limitar apenas à sala de aula; elas precisam ser disseminadas por toda a escola, incluindo serviços de apoio especializado, como o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Isso significa que todos os profissionais envolvidos, sejam eles professores regulares, professores de AEE, terapeutas ou outros especialistas, precisam estar em sintonia e compartilhar suas estratégias, experiências e conhecimento sobre como ajudar esses alunos a aprender e se desenvolver de forma eficaz.

A ideia é criar uma rede de conhecimento na qual todos trabalham em conjunto para proporcionar a melhor educação possível para esses alunos, independentemente do ambiente em que estejam.

Trata-se de uma questão a ser considerada, pois de acordo com Souza et. al. (2017, p. 7):

[...] a falta de compreensão dos professores regulares sobre o trabalho a ser desenvolvido pelo professor de AEE e um plano de atendimento que contemple o apoio ao professor, com observações em sala de aulas e momentos de trocas para sugestões, tem dificultado a construção de práticas pedagógicas inclusivas.

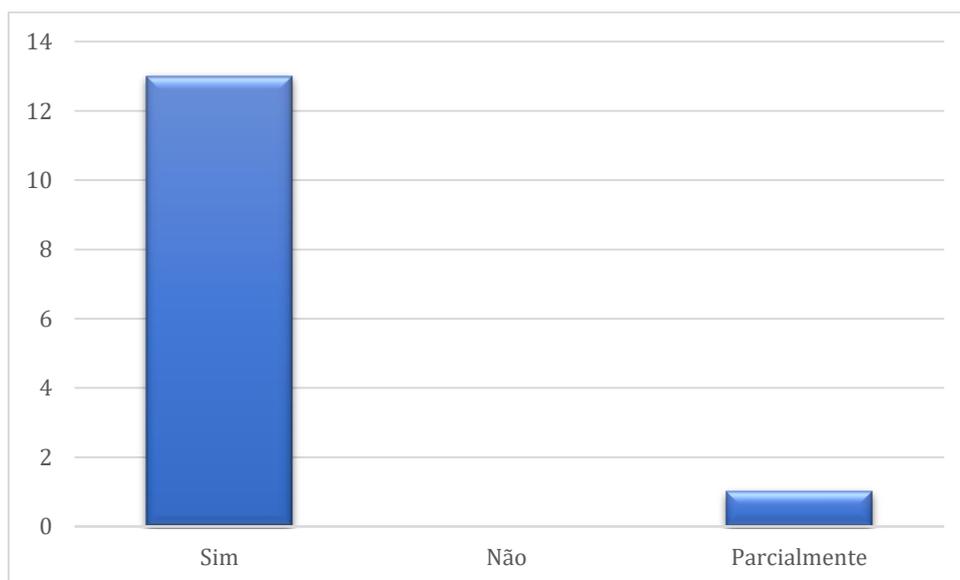
A ausência de compreensão por parte dos professores de ensino regular em relação ao papel desempenhado pelo professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a falta de um plano de atendimento que inclua apoio ao professor, com observações em sala de aula e espaços para troca de sugestões, têm representado obstáculos significativos na construção de práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas.

A falta de entendimento sobre as funções e contribuições do professor de AEE por parte dos educadores das salas regulares muitas vezes resulta em lacunas na colaboração, na adaptação do currículo e na promoção de um ambiente de aprendizado inclusivo. Um plano de atendimento que inclua o apoio ao professor de ensino regular, por meio de observações em sala de aula e momentos para compartilhamento de ideias, é essencial para superar essas barreiras e construir

práticas pedagógicas que atendam às necessidades de todos os alunos, independentemente de suas particularidades.

Em relação à pergunta nº 2: “A plataforma contribuiu no processo de colaboração entre você e a professora da Sala de Recursos?” temos o resultado abaixo:

Figura 33 – Gráfico das respostas da segunda pergunta



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Observa-se com esse resultado que a colaboração entre os dois profissionais foi facilitada com a utilização do produto educacional, tal colaboração é prevista em Lei, conforme exposto abaixo:

A colaboração entre os professores do ensino regular e do AEE estão previstas no artigo 9º da Resolução 4, que aponta ser de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os professores do ensino regular, contando com a participação familiar e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento. (PLETSCH; DAMASCENO, 2015, p. 40)

Essa declaração destaca a importância da colaboração entre os professores que trabalham no Ensino Regular e os que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE) em escolas inclusivas. Essa colaboração é especificamente mencionada no artigo 9º da Resolução 4. O artigo enfatiza que os professores que estão envolvidos no AEE, sejam em salas de recursos multifuncionais ou centros especializados, têm a responsabilidade de trabalhar em conjunto com os professores do ensino regular. Isso significa que eles devem compartilhar informações, estratégias

e recursos para garantir que os alunos com necessidades educacionais especiais recebam o suporte adequado. O artigo 9º da Resolução 4 destaca a importância da colaboração entre os professores do ensino regular, do AEE, as famílias e outros serviços setoriais para fornecer uma educação inclusiva e abrangente para os alunos com necessidades educacionais especiais. Essa colaboração é essencial para atender às necessidades individuais dos alunos e garantir que eles tenham a melhor experiência educacional possível.

Quanto a isso, Souza et. al. (2017, p. 6) acrescentam que:

Considera-se de suma importância a parceria entre os professores de SRM e os professores de sala regular para um melhor e mais efetivo desenvolvimento dos alunos atendidos pelo AEE e há necessidade de se compreender a forma como essa relação vem sendo estabelecida.

A pergunta de número 3 consistiu em uma questão aberta, na qual os professores foram convidados a expressar suas opiniões sobre aspectos que poderiam ser aprimorados em relação ao conteúdo e à estrutura do site. A partir das respostas fornecidas pelos professores, foram identificadas as seguintes contribuições em destaque:

Quadro 4 – Sugestões dos professores após validação

Professores Pesquisados	Sugestões após teste de validação
Professor 1	Permitir que os professores personalizem seus perfis.
Professor 2	Criação de grupos temáticos ou por disciplina, onde os professores possam se reunir para discutir projetos específicos ou compartilhar recursos relacionados a um tópico comum.

continua

Quadro 4 – Sugestões dos professores após validação – continuação

Professor 3	Eu tinha muita dificuldade para obter informações sobre os alunos com deficiência em minha sala, principalmente na hora de planejar as atividades e elaborar os relatórios. Porém percebi que o site vai me ajudar muito nas duas tarefas.
Professor 4	Gostei das opções de acessar as informações dos alunos da minha sala, muitas vezes eles são matriculados e eu não tenho informações sobre as suas necessidades educacionais.
Professor 5	Links de cursos de atualização no site.
Professor 6	Nada a contribuir, apenas elogiar o trabalho.
Professor 7	Fazer um vídeo tutorial para explicar sobre as funcionalidades do site.
Professor 8	Oferecer um tutorial para explicar sobre a utilização do site.
Professor 9	Permitir a inclusão de informações sobre sua experiência, áreas de especialização e interesses dos professores.
Professor 10	O site oferece um material maravilhoso, o ideal é os dados dos alunos sejam atualizados com frequência.
Professor 11	Nada a contribuir.
Professor 12	Adorei a possibilidade de baixar as atividades dentro do site. Isso é incrível e vai poupar muito o meu tempo de planejamento.
Professor 13	A Home é muito objetiva e não tive nenhuma dificuldade em utilizar o site, pois é bastante intuitivo.
Professor 14	Oferecer um suporte técnico e tutoriais para ajudar os professores a aproveitar ao máximo o site.

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

As sugestões e colocações levantadas pelos professores foram analisadas e serão levadas em consideração para posteriores melhorias do site.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) em 23/06 do corrente ano, a pesquisa teve início na Instituição. O primeiro passo consistiu na anotação das observações feitas pela pesquisadora para chegar até ao problema de pesquisa. Em seguida, foi aplicado um questionário de categorização aos participantes e posteriormente, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com os professores da escola lócus da pesquisa.

A análise dos dados foi concluída, com foco especial nas entrevistas realizadas com os professores. As entrevistas realizadas com os professores é uma etapa crucial do processo da pesquisa. Essas entrevistas forneceram informações valiosas sobre as experiências, perspectivas e percepções dos professores em relação aos temas abordados no estudo.

É importante ressaltar que a análise dos dados é um processo minucioso que exige rigor metodológico. Os resultados obtidos a partir dessa análise contribuíram para uma compreensão mais abrangente do tema em estudo e embasaram o planejamento e criação do produto educacional aqui apresentado para aprimoramentos na prática docente e no ambiente escolar.

Após a validação do produto educacional na escola, percebeu-se melhoria na interação e colaboração entre o professor especializado e o professor da sala de aula regular. Essa colaboração permite que as atividades sejam planejadas de acordo com as necessidades individuais de cada aluno, com base nas informações compartilhadas entre os dois profissionais, estando assim em consonância com o Decreto n.º 7.611/11, que representa um marco importante na busca pela educação inclusiva. Ele estabelece a necessidade de colaboração entre os professores das classes comuns e do Atendimento Educacional Especializado (AEE) com o objetivo de garantir a acessibilidade ao currículo e proporcionar um ensino que permita a aprendizagem e participação de todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades educacionais especiais.

A educação é um campo em constante evolução, e para garantir que os alunos recebam o melhor ensino possível, é essencial que os educadores trabalhem em conjunto. A colaboração entre professores desempenha um papel fundamental na

criação de uma rede de saberes que beneficia tanto os momentos específicos, como o Atendimento Educacional Especializado (AEE), quanto as salas de aula regulares.

A presença de um professor especializado pode enriquecer o processo educacional, pois traz conhecimentos específicos e estratégias pedagógicas diferenciadas para atender às necessidades dos estudantes com maior eficácia. Com uma comunicação mais estreita e articulada entre o professor especializado e o professor da sala comum, é possível desenvolver planos de ensino mais personalizados, adaptados às habilidades e dificuldades de cada aluno.

Esse trabalho conjunto entre os dois profissionais possibilita uma abordagem mais inclusiva e individualizada, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade. A troca de informações, recursos e estratégias entre os professores pode ampliar a variedade de abordagens pedagógicas e proporcionar um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e efetivo.

Ao se unirem e compartilharem conhecimentos, experiências e estratégias de ensino, os professores podem oferecer um atendimento mais eficaz às necessidades dos alunos. Isso é particularmente importante para alunos com necessidades educacionais especiais, que podem se beneficiar enormemente de abordagens personalizadas.

Sabe-se que o AEE não é o único espaço responsável pela organização das estratégias de ensino para o aluno com NEE, mas:

Nele pode e deve se caracterizar, a partir de uma atuação colaborativa entre professores, a elaboração de uma rede de saberes para ensinar o aluno, tanto em momentos específicos como o AEE, quanto na sala de aula. (PLETSCH; DAMASCENO, 2015, p. 26)

O trabalho colaborativo entre os dois profissionais contribui na reflexão e planejamento das práticas pedagógicas, ampliando, dessa maneira, as possibilidades os alunos terem acesso a um ensino de qualidade. A articulação entre esses dois profissionais contribui na qualificação do trabalho pedagógico desenvolvido com os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A troca de experiências entre professores não apenas enriquece a prática pedagógica, mas também promove um ambiente de aprendizado contínuo. Os educadores podem aprender uns com os outros, identificar melhores práticas e

adaptar suas abordagens para se adequarem às necessidades em constante mudança dos alunos.

Além disso, a colaboração permite o desenvolvimento de estratégias de ensino personalizadas. Cada aluno é único, e os professores, ao trabalharem juntos, podem criar abordagens que considerem as características individuais de cada um, promovendo assim um aprendizado mais eficaz e significativo.

Quando não há colaboração entre os professores, há uma fragmentação das reais necessidades especiais de aprendizagem do aluno, como se na sala de aula comum se aprendesse de uma forma e na sala de recursos de aprendesse de outra.

A articulação entre a sala de aula comum e o atendimento educacional especializado pressupõe “criar pontes”, ou seja, interagir, afetar um ao outro em uma relação de diálogo constante.

Nesse sentido, “o ensino colaborativo deve ser entendido como um novo modelo de educação, no qual todos se sintam responsáveis pelo processo de inclusão escolar”. (FONTES, 2009, p. 42).

Espera-se que, por meio dessa interação e planejamento colaborativo, seja possível identificar as necessidades específicas de cada aluno e oferecer suporte adequado, promovendo seu desenvolvimento acadêmico, social e emocional de forma integral. A integração de recursos é outra vantagem da colaboração entre professores. Ao compartilhar materiais, recursos didáticos e tecnologias educacionais, os educadores podem enriquecer o processo de ensino e torná-lo mais envolvente e diversificado.

Dessa forma, a expectativa é que a implementação desse produto educacional contribua para uma maior interação e articulação entre os professores, resultando em atividades planejadas de forma mais personalizada e adaptada às necessidades individuais dos estudantes, com base nas informações compartilhadas entre os dois profissionais.

Através dessa troca de informações e colaboração, os professores terão acesso a uma visão mais completa do perfil e das necessidades educacionais dos estudantes, permitindo que eles planejem suas aulas de forma mais efetiva e inclusiva. Isso significa que as atividades serão desenvolvidas levando em consideração as características específicas de cada aluno, suas habilidades, desafios e interesses e contribuindo para potencialização o se atendimento e contribuir para o

seu aprendizado. Portanto, a criação de uma rede de saberes por meio da colaboração entre professores é uma abordagem que não só beneficia os alunos, mas também enriquece a prática pedagógica e promove um ambiente educacional mais inclusivo e eficaz.

REFERÊNCIAS

AZAMORW, Janeth. **Pesquisa participante e representações sociais**: uma articulação necessária. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2021.

BORGES, Carline Santos. **Atendimento Educacional Especializado na Escola Comum com Ação Pedagógica Favorecedora da Educação Inclusiva**. 1. ed. São Paulo: CRV, 2020.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa Participante**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 2008. Disponível em: www.mec.gov.br/seesp. Acesso em: 16 maio 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Sala de Recursos Multifuncionais: espaço para o atendimento educacional especializado.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CÂMARA DA EDUCAÇÃO BÁSICA. Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf
Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: Conselho Nacional de Educação: Câmara da Educação Básica, 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Emendas Constitucionais de Revisão. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Nota Técnica nº 11/2010, de 07 de maio de 2010. Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010. Disponível em: <https://iparadigma.org.br/biblioteca/educacao-inclusiva-nota-tecnica-no-11-de-2010-seesp-atendimento-educacional-especializado-aee/#:~:text=Nota%20T%C3%A9cnica%20N%C2%BA%2011%20de%202010%20%E2%80%93%20SEESP,Salas%20de%20Recursos%20Multifuncionais%2C%20implantadas%20nas%20escolas%20regulares>. Acesso em: 3 maio 2023.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Adaptações Curriculares. Estratégias para Educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEESP, 1998.

BRASIL. Decreto n. 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei n. 9.394/96 e acrescenta dispositivo ao Decreto n. 6.253/2007, de 13 de novembro de 2007. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm. Acesso em: 10 maio 2023.

Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/decreto/D6571>. Acesso em: 15 de maio 2022.

BURKLE, Thyene da Silva. **A sala de recursos como suporte à educação inclusiva no município do Rio de Janeiro**: das propostas legais às práticas cotidianas. 2010. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CAPELLINI, V. L. M. F. **Avaliação das possibilidades do ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental**. 2004. 300f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Programa de pós-graduação em Educação Especial: UFSCar, São Carlos, 2004.

CAPELLINI, V. L. M. F.; Zerbato, A. P. **O que é Ensino Colaborativo?** São Paulo: Edicon, 2019.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa** [on-line]. n. 116, p. 245-262, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000200010>. Acesso em: 14 maio 2022.

DIEKER, L. A.; BARNETT, C. A. Effective co-teaching. **TEACHING Exceptional Children**, 29 (1), 5-7. Interactions. White Plains, NY: Longman, 1996.

FERREIRA, Bárbara Carvalho et. al. Parceria colaborativa: descrição de uma experiência entre o ensino regular e especial. **Revista Educação Especial**, n. 29, 2007. Disponível em: <http://cascavel.cpd.usfm.b/revistas>. Acesso em: 15 maio 2022.

FONTES R. S. **Ensino colaborativo**: uma proposta de educação inclusiva. Araraquara: Junqueira e Marin Editores, 2009.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à Prática educativa. 30ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

GOMES, K. M.L. R.; BARBY, A. O. M. Coensino, ensino colaborativo e docência compartilhada na inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista: uma revisão integrativa. **Educação em Revista**, Marília, v. 23, n. 1, p. 287-304, 2022.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**. 23. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

Guélhiri, Vaniéli et al. Ensino Colaborativo: Análise das publicações das revistas de educação especial e brasileira de educação especial de 2012 a 2017. **Revista CAMINE: Caminhos da Educação**, França, v. 10, n. 1, 2018.

Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html> Acesso em: 4 jul. 2023.

HUBERMAN, M. O ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA, A. (Org.). **Vidas de professores**. Porto: Porto Editora, 1992.

IBGE. **Cartilha do Censo 2010: Pessoas com Deficiência**. Brasília, DF: IBGE, 2012.

INEP. Censo Escolar da Educação Básica de 2022. Brasília: Ministério da Educação, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em: 9 maio 2023.

LEFÉVRE, F.; LEFÉVRE, A. M. C. **O discurso do sujeito coletivo**: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: EDUCS, 2005.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Giovanni Bohn. O uso das tecnologias como ferramenta para a formação continuada e autoformação docente. [S. n. : s. l.], 2021.

MAGE-Lei nº 2.326-16-Plano Municipal de Educação-MPRJ Acesso em 10 de dezembro 2023

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas et al. Pesquisa Quantitativa e/ou Qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades. *Revista Sustinere*, v. 7 n. 2, jul-dez 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/sustinere/article/view/41193> Acesso em: 5 maio 2023.

NUNES, Sylvia da Silveira; SAIA, Ana Lúcia; TAVARES, Elizete. Educação **Inclusiva**: entre a história, os preconceitos, a escola e a família. **Psicol., Ciênc. Prof.**, (Impr.), 35 (4), dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/gtPdZxY4yHrX9Lz9txCtQ7c/> Acesso em: 1 maio 2022.

PEREIRA et al. Uso das tecnologias de informação e comunicação por professores da área da saúde da Universidade Federal de São Paulo. **Rev. bras. educ. med.** 40 (1), jan.-mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/cdTKD88VBJddcLcfL46Kfdb/> Acesso em: 1 maio 2022.

PLETSCH, Márcia Denise; DAMASCENO, Allan. **Educação Especial e Inclusão Escolar**: Reflexões sobre o fazer pedagógico. Seropédica: EDUR – Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015.

PLETSCH, Márcia Denise; GLAT, Rosana (Orgs.). Estratégias Educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

RENDERS, E. C. C.; BARBOSA, D. A. de L. O ensino colaborativo e a educação inclusiva: aproximações com a inclusão escolar de alunos com deficiência. *EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação*, [S. l.], v. 7, n. 17, p. 1467–1485, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/5111>. Acesso em: 2 mar. 2023.

RIZZATTI et al. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. *ACTIO*, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, maio/ago. 2020.

SCHUHMACHER, Vera Rejane Niedersberg. As barreiras da prática docente no uso das tecnologias de informação e comunicação. *Ciênc. Educ.*, Bauru, v. 23, n. 3, p. 563-576, 2017.

SOUZA, Hellen Karolinni Rocha et. al. Inter-relação entre professores da sala de atendimento educacional especializado e do ensino regular. *RPGE – Revista online de Política e Gestão Educacional*, v. 21, 2017.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1999.

Vaillant, D. Formação contínua de professores: das teorias às práticas colaborativas. *Revista Educação em Questão*, 54(40), 27-51, 2016.

VALENTE, J. A. A Comunicação e a Educação baseada no uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação. *Revista UNIFESO – Humanas e Sociais*.

ANEXOS
(Anexos 1 e 2)

ANEXO 1 – APROVAÇÃO DO CEP

UNIVERSIDADE DO GRANDE
RIO PROFESSOR JOSÉ DE
SOUZA HERDY - UNIGRANRIO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Contribuições do Ensino Colaborativo para Inclusão e Aprendizagem do Aluno público-alvo da Educação Especial.

Pesquisador: DAVINNI DA SILVA MACEDO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 67737922.1.0000.5283

Instituição Proponente: "Universidade do Grande Rio "Professor José de Souza Herdy" -

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.022.764

Apresentação do Projeto:

Considerando que os profissionais da escola, principalmente os professores, não devem trabalhar de maneira isolada, trazemos a proposta de um trabalho colaborativo como uma sugestão de pesquisa, na qual tem como premissa a divisão de tarefas e responsabilidades de planejamento, instrução e avaliação dos alunos da educação especial. Trata-se de uma estratégia de trabalho de parceria que permite o compartilhamento de responsabilidades entre o professor do ensino comum e o professor da Educação Especial da Sala de Recursos, trabalhando juntos para favorecer a escolarização em classe comum dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Objetivo da Pesquisa:

Confeção de uma plataforma digital em que os professores do Ensino Comum e da Sala de Recursos possam trocar informações e trabalhar colaborativamente para contribuir nos aspectos referentes à inclusão e aprendizagem do aluno Público Alvo do Atendimento Educacional Especializado na escola pesquisada.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Há o risco de não haver a observação ativa e participação. Somente com a observação ativa, preenchimento de formulário e pesquisa qualitativa é possível fazer a análise de dados. Há o benefício da melhoria no atendimento do aluno com necessidades educacionais especiais e

Endereço: Rua Prof. José de Souza Herdy, 1160
Bairro: 25 de Agosto **CEP:** 25.071-202
UF: RJ **Município:** DUQUE DE CAXIAS
Telefone: (21)2672-7733 **Fax:** (21)2672-7733 **E-mail:** cep@unigranrio.com.br

UNIVERSIDADE DO GRANDE
RIO PROFESSOR JOSÉ DE
SOUZA HERDY - UNIGRANRIO



Continuação do Parecer: 6.022.764

contribuição para formação dos professores. Os professores das classes comuns e o da sala de recursos poderiam ter acesso ao currículo por meio de ações colaborativas, potencializando o processo de aprendizagem dos alunos atendidos pelo AEE.

Nesta plataforma, os professores poderão colocar as especificidades dos alunos, sugestões de atividades, conteúdos trabalhados e como foi a receptividade do aluno com a tarefa, informações específicas sobre a deficiência ou transtorno do aluno em um ambiente de interação, diálogo e troca.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa cumpre os critérios estabelecidos pelo CEP.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória constam da maneira exigida.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto "Contribuições do Ensino Colaborativo para Inclusão e Aprendizagem do Aluno público-alvo da Educação Especial" recebeu duas relatorias anteriores. Este parecer se refere ao terceiro envio. Houve rejeição por parte da primeira relatoria, solicitando adequação/inclusão em sete documentos: cronograma, folha de rosto, carta de anuência, TCLE, orçamento, projeto detalhado e questionários. Em devolutiva após a revisão dos documentos mencionados, na segunda relatoria, houve a necessidade de adequação de 4 documentos: folha de rosto, orçamento, cronograma e projeto detalhado. O projeto chegou a sua terceira rodada de relatorias. Nesse ponto do processo, no primeiro momento foram avaliados os quatro documentos que tinham pendência da última relatoria. Pela ordem, constata-se que a pesquisadora adequou:

- 1- FOLHA DE ROSTO: foi datado e assinado pelo pesquisador responsável e pela responsável pela Instituição envolvida, devidamente identificados: nome completo e cargo, com carimbo;
- 2- ORÇAMENTO: os valores referentes ao custo da pesquisa foram apresentados. A pesquisadora datou e incluiu assinatura do pesquisador responsável.
- 3- CRONOGRAMA foi alterado para a dada correta no pedido de adequação.
- 4- PROJETO DETALHADO: incluído os termos finais solicitados.

Constando que estavam agora todos de acordo com a solicitação de relatoria anterior, foi dado prosseguimento à avaliação de todos os outros documentos, nos quais, tendo já passado por algumas avaliações, estão corretos no que diz respeito aos termos do Comitê de Ética.

Endereço: Rua Prof. José de Souza Herdy, 1160
Bairro: 25 de Agosto **CEP:** 25.071-202
UF: RJ **Município:** DUQUE DE CAXIAS
Telefone: (21)2672-7733 **Fax:** (21)2672-7733 **E-mail:** cep@unigranrio.com.br

UNIVERSIDADE DO GRANDE
RIO PROFESSOR JOSÉ DE
SOUZA HERDY - UNIGRANRIO



Continuação do Parecer: 6.022.764

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1973850.pdf	14/02/2023 09:53:55		Aceito
Orçamento	Orcamento_projeto_de_pesquisa.pdf	14/02/2023 09:46:10	DAVINNI DA SILVA MACEDO	Aceito
Cronograma	cronograma_cep.pdf	14/02/2023 09:41:37	DAVINNI DA SILVA MACEDO	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	14/02/2023 09:39:44	DAVINNI DA SILVA MACEDO	Aceito
Outros	Questionario.pdf	16/12/2022 15:29:59	DAVINNI DA SILVA MACEDO	Aceito
Declaração de concordância	Carta_de_anuencia.pdf	16/12/2022 15:25:36	DAVINNI DA SILVA MACEDO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEP.pdf	16/12/2022 15:22:54	DAVINNI DA SILVA MACEDO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Davinni_Macedo.doc	27/06/2022 16:44:10	DAVINNI DA SILVA MACEDO	Aceito
Outros	Modelo.pptx	27/06/2022 16:37:16	DAVINNI DA SILVA MACEDO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

DUQUE DE CAXIAS, 26 de Abril de 2023

Assinado por:
SERGIAN VIANNA CARDOZO
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Prof. José de Souza Herdy, 1160
Bairro: 25 de Agosto CEP: 25.071-202
UF: RJ Município: DUQUE DE CAXIAS
Telefone: (21)2672-7733 Fax: (21)2672-7733 E-mail: cep@unigranrio.com.br

ANEXO 2 – TCLE



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(De acordo com as normas da Resolução nº 466, do Conselho Nacional de Saúde de 12/12/2012)

Prezado (a) professor (a), você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada "A prática do Ensino Colaborativo para aprendizagem do Público Alvo da Educação Especial". O motivo da sua escolha deve-se ao fato de ser professor (a) e atuar juntamente a alunos com necessidades educacionais especiais em processo de inclusão.

Importante esclarecer que a sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição lócus da pesquisa.

Os objetivos deste estudo constituem em: compreender as relações estabelecidas entre os professores da sala de recursos e os professores do ensino comum no atendimento aos alunos do atendimento educacional especializado, contribuir com a formação dos educadores envolvidos na pesquisa, buscar maneiras de inserir ações colaborativas cotidianas entre os professores do ensino comum e da educação especial e problematizar a articulação entre o professor do ensino comum e o professor especializado no contexto da escola comum.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder entrevistas semiestruturadas e participar de grupos de reflexão sobre a temática do Ensino Colaborativo.

Os riscos relacionados com sua participação é a possibilidade de cansaço e desconforto ao responder às perguntas. Os benefícios relacionados com a sua participação são: contribuir para a prática do Ensino Colaborativo e à aprendizagem do Público Alvo da Educação Especial; colaborar para a formação profissional da pesquisadora e dos sujeitos participantes da pesquisa e desenvolver o produto educacional intitulado xxxxxxxxxx

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o total sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação, desta forma serão utilizados nomes fictícios para identificação dos respondentes das entrevistas e coleta de dados.

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o (a) senhor (a), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento, com os pesquisadores responsáveis Davinni da Silva Macedo e Luciano Luz Gonzaga no e-mail davinni@hotmail.com ou no telefone (21) 98618-4120.

Luciano Luz Gonzaga
Pesquisador Responsável

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNIGRANRIO, localizado na Rua Prof. José de Souza Herdy, 1160 – CEP 25071-202 TELEFONE (21) 2672-7733 – ENDEREÇO ELETRÔNICO: cep@unigranrio.com.br

Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 2022.

Participante da pesquisa

APÊNDICES

(Apêndices A, B e C)

APÊNDICE A – CATEGORIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES



Caracterização dos (as) participantes das salas regulares

- 1- Idade: _____ anos
- 2- Estado Civil: () casado (a) () solteiro (a) () divorciado (a)
() outro: _____
- 3- Tempo de magistério: _____ anos
- 4- Sexo biológico: () masculino () feminino () prefiro não informar
- 5- Cor da pele: () branca () parda () preta () amarela () indígena
- 6- Tem graduação? () sim () não. Se sim, qual? _____
- 7- Tem especialização? () sim () não. Se sim, em qual área? _____
- 8- Tem mestrado? () sim () não. Se sim, em qual área? _____
- 9- Tem doutorado? () sim () não. Se sim, em qual área? _____
- 10- Conhece a sala de Recursos Multifuncionais da escola? () sim () não.
- 11- Conhece as professoras que atual na sala de Recursos Multifuncionais?
() sim () não
- 11- Qual a distância da sua casa até a escola? () até 1km () 2 a 4 km
() 5 a 7km () 8 a 10km () mais de 10km
- 12- Como é a sua comunicação com as professoras da sala de Recursos Multifuncionais em relação ao público-alvo da educação especial?
() não há () razoável () boa () excelente
- 13- Com que frequência você se comunica com as professoras da sala de Recursos Multifuncionais acerca do público-alvo da educação especial?
() em nenhum momento () uma vez por semana () uma vez por mês
() somente nos conselhos de classe () somente em reuniões extraordinárias.

Obrigada pelo seu tempo!

APÊNDICE B – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Questionário Professor Ensino Regular

NOME:	
IDADE:	
TEMPO DE MAGISTÉRIO:	
TRABALHA EM QUANTAS ESCOLAS?	
FORMAÇÃO:	
É PROFESSOR DE QUAL ANO DE ESCOLARIDADE?	

- A) Quais são os seus principais desafios ao lecionar para alunos com Necessidades Educacionais Especiais?

- B) Você recebe informações necessárias a respeito dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) atendidos pela Sala de Recursos Multifuncionais?

- C) Você e o professor da Sala de Recursos Multifuncionais desenvolvem ações em conjunto para o processo de aprendizagem do aluno com NEE? Caso positivo, quais são elas?

- D) Você daria alguma sugestão para melhorar a comunicação entre o professor da Sala de Recursos Multifuncionais e o professor da classe regular? Caso positivo, quais?

APÊDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES



Inclusão Colaborativa

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Este documento visa registrar a manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o representante legal ou um dos pais do Titular dos Dados Pessoais concorda com o tratamento de seus dados pessoais para finalidade específica, em conformidade com a Lei nº 13.709 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

REPRESENTANTE LEGAL OU UM DOS PAIS	
Nome:	
Telefone:	CPF:
TITULAR DOS DADOS (CRIANÇA OU ADOLESCENTE)	
<i>Pessoa a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.</i>	
Nome:	
CPF:	

Ao assinar o presente termo, o Representante Legal ou um dos pais do Titular consente e concorda que os dados pessoais dos alunos atendidos pela Sala de Recursos Multifuncionais sejam inseridos na plataforma digital intitulada "Inclusão Colaborativa" para que sejam acessados pelo professor do Atendimento Educacional Especializado e da Sala Regular. Desta forma os dados poderão ser consultados de acordo com a necessidade pedagógico visando o benefício do aluno.

Dados Pessoais
O professor do AEE e da Sala Regular ficam autorizado a consultar os seguintes dados pessoais do aluno:

- Nome completo.
- Data de nascimento.
- Fotografia.
- Nível de instrução ou escolaridade.
- Números de telefone do responsável.
- Necessidade Educacional Específica do Aluno.
- Escola e turma que está matriculado.

Finalidades do Tratamento dos Dados
O tratamento dos dados pessoais listados nesse termo tem as seguintes finalidades:
Propiciar um espaço digital colaborativo no qual os professores das classes regulares possam se manter informados sobre os estudantes atendidos pela Sala de Recursos Multifuncionais, receber

1

atividades diversas, compartilhar seqüências didáticas, vídeos, sugestões de materiais adaptados e propostas inclusivas.

Segurança dos Dados
O acesso aos dados pessoais dos alunos será restrito aos professores das turmas específicas, que só poderão consultar informações dos alunos matriculados em suas respectivas turmas. No entanto, o professor da Sala de Recursos terá permissão para acessar e consultar os dados de todos os alunos que são atendidos na sala.

Direito de Revogação do Consentimento
O responsável do aluno poderá solicitar pessoalmente ou via telefone, a qualquer momento, que sejam eliminados os dados pessoais não anonimizados do Titular.

Local e Data:	_____ de _____ de _____
Assinatura do Representante:	

2